



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM
COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

JOSÉ EDUARDO DE AZEVEDO GOMES RODRIGUES

**O ENSINO DE JORNALISMO NO BRASIL E EM PORTUGAL:
UMA ANÁLISE DOCUMENTAL CRÍTICA-COMPARATIVA
DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA UFT E UC**

PALMAS/TO

2021

JOSÉ EDUARDO DE AZEVEDO GOMES RODRIGUES

**O ENSINO DE JORNALISMO NO BRASIL E EM PORTUGAL:
UMA ANÁLISE DOCUMENTAL CRÍTICA-COMPARATIVA
DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA UFT E UC**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Comunicação e Sociedade, da Universidade Federal do Tocantins - UFT, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Jr.

Linha de pesquisa: Comunicação, Poder e Identidades

PALMAS/TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R696e Rodrigues, José Eduardo.

O Ensino de Jornalismo no Brasil e em Portugal: Uma análise documental crítica-comparativa das diretrizes pedagógicas da UFT e UC. / José Eduardo Rodrigues. – Palmas, TO, 2021.

121 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, 2021.

Orientador: Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

1. Ensino de Jornalismo. 2. Jornalismo no Norte do Brasil. 3. Jornalismo em Portugal. 4. Processo de Bolonha. I. Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO
JOSÉ EDUARDO DE AZEVEDO GOMES RODRIGUES

“O ENSINO DE JORNALISMO NO BRASIL E EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL CRÍTICA-COMPARATIVA DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA UFT E UC”

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora

Data de aprovação: 17/12/2021

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Universidade Federal do Tocantins
Orientador



Prof. Dr. Vilso Junior Chierentin Santi
Universidade Federal de Roraima
Primeiro avaliador – Membro Externo



Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho /
Universidade Federal do Tocantins – Membro Interno
Segundo avaliador

Ao meu saudoso avô Zezito...

“Os oprimidos sempre acreditarão no pior sobre si mesmos”.

Frantz Fanon

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço primeiramente ao Eduardo de dois anos atrás. Que não desistiu quando recebeu alguns “nãos” durante o processo de ingresso em um mestrado. O Eduardo que, mesmo com três empregos nas costas, essa pós-graduação e mais uma graduação, conseguiu chegar até aqui. Também puxo um pouco a orelha desse mesmo Eduardo. Não precisa tanta coisa de uma vez só, viu? Mas você conseguiu. Parabéns.

Agradeço também à minha mãe Clezia, que tanto fez e faz por todos nós e, inclusive por mim. Minha melhor amiga. Obrigado por todo o apoio e por ser uma referência em educação para mim. Agradeço ainda às minhas irmãs Bruna e Brenda, em nome de todas as pessoas da minha família. Essa é uma conquista da gente.

Agradeço ao meu esposo Alexandre Pearsa pelo companheirismo durante esse processo e por ser uma pessoa que esteve sempre ao meu lado. Você e a nossa outra família – aqui incluo toda a família Pearsa – foram essenciais nesta jornada. Obrigado por tudo.

Aos meus amigos que também me ajudaram e facilitaram essa caminhada, que não foi fácil. Obrigado pelas conversas, apoio, dedicação e abraços quando necessário. Não vou citar todos e todas, para não incorrer no erro de esquecer alguém... mas sintam-se abraçados.

Agradeço ao Prof. Dr. Eder que me deu algumas luzes durante a escrita deste trabalho e que acreditou em mim mesmo quando eu não acreditava. Obrigado!

Também agradeço ao Prof. Dr. Gilson Porto, meu orientador, pela paciência, carinho e humanidade durante esse processo. Você é uma pessoa incrível. Em seu nome agradeço aos Professores Nelson e Vilso, que estão na minha banca. Tenho certeza de que não poderia estar melhor assistido em um momento tão importante como este.

Agradeço ainda ao PPGCOMS e à UFT por esta oportunidade de me tornar mestre em uma universidade pública. É uma honra ter realizado minha graduação e pós-graduação aqui. Obrigado por tudo.

RODRIGUES, José Eduardo de Azevedo Gomes. 2021. 121f. **O ensino de jornalismo no Brasil e em Portugal: uma análise documental crítica-comparativa das diretrizes pedagógicas da UFT e UC.** Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo realizar uma análise documental crítica-comparativa entre o Ensino de Jornalismo no Brasil e Portugal, com o objetivo de compreender o nível de convergência entre as diretrizes pedagógicas curriculares que norteiam as respectivas formações. Neste contexto foi realizada uma delimitação para a Região Norte do País e, posteriormente para a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Em Portugal a Licenciatura em Jornalismo e Comunicação da Universidade de Coimbra (UC) foi a escolhida para que houvesse o confronto de informações. Um levantamento documental seguindo as cinco dimensões de Cellard (2012) foi realizado nos Projetos Pedagógicos Curriculares das Instituições, para que se pudesse estudar as práticas de ensino. Nesta parte aproveitou-se do espaço de estudo para analisar os PPCs de todas as universidades da Região Norte do Brasil que ofertam até o ano de 2021, a graduação em Jornalismo ou Comunicação Social - Jornalismo. Como forma de organizar o caminho metodológico a pesquisa foi definida como sendo de natureza básica; documental e bibliográfica; qualitativa; com abordagens descritivas e comparativas; e, para nortear o processo de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados foi escolhida a análise de conteúdo. Uma das considerações levantadas no estudo é a de que a UFT construiu as diretrizes do ensino de Jornalismo de forma técnica e com riquezas de informações. Já na Universidade portuguesa não dispõe de documento específico que trate sobre essa questão, mas um site com *hiperlinks* e informações generalizadas. Vale destacar o caráter mercantil observado na instituição europeia. Diferentemente do PPC da UFT, que se atenta às informações de ensino praticamente em sua totalidade, na UC as informações sobre como ingressar e permanecer na Universidade ganham maior destaque.

Palavras-chave: Ensino de Jornalismo. Jornalismo no Norte do Brasil. Jornalismo em Portugal. Processo de Bolonha.

RODRIGUES, José Eduardo de Azevedo Gomes. 2021. 121f. **The teaching of journalism in Brazil and Portugal: a critical-comparative documentary analysis of the pedagogical guidelines of UFT and UC.** Dissertation (Master's degree) - Master in Communication and Society, Federal University of Tocantins, Palmas, 2020.

ABSTRACT

The research aims to perform a critical-comparative documental analysis between the Teaching of Journalism in Brazil and Portugal, in order to understand the level of convergence between the pedagogical curricular guidelines that guide the respective trainings. In this context, a delimitation was made for the North Region of the country and, subsequently, for the Universidade Federal do Tocantins (UFT). In Portugal, the degree in Journalism and Communication from the University of Coimbra (UC) was chosen for the comparison of information. A documental survey following Cellard's five dimensions (2012) was carried out in the Curricular Pedagogical Projects of the Institutions, so that the teaching practices could be studied. In this part, the study space was used to analyze the PPCs of all the universities in the Northern Region of Brazil that offer, until the year 2021, the undergraduate degree in Journalism or Social Communication - Journalism. In order to organize the methodological path, the research was defined as basic in nature; documental and bibliographic; qualitative; with descriptive and comparative approaches; and, to guide the process of pre-analysis, material exploration and treatment of results, content analysis was chosen. One of the considerations raised in the study is that the UFT built the guidelines for the teaching of Journalism in a technical way and with a wealth of information. At the Portuguese University there is no specific document that deals with this issue, but a site with hyperlinks and general information. It is worth noting the commercial character observed in the European institution. Differently from the UFT's PPC, which focuses on teaching information practically in its entirety, at the UC the information on how to get in and stay at the University gains greater prominence.

Keywords: Journalism Teaching. Journalism In Northern Brazil. Journalism In Portugal. Bologna Process.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As cinco dimensões de análise documental.....	29
Figura 2 - Percorso Metodológico	32
Figura 3 - Países e anos em que ocorreram as primeiras experiências.....	35
Figura 4 - Instituição dos cursos de Jornalismo no Brasil por ano e Universidade até 1968 ...	39
Figura 5 - Ano de criação dos cursos de Jornalismo nas Universidades Federais da Região Norte do Brasil.....	43
Figura 6 - E-mail de solicitação do PPC de Jornalismo da UC.....	91
Figura 7 - Modelo de análise do Projeto Pedagógico Curricular	99
Figura 8 - Matriz Curricular de Jornalismo da UFT.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos de Jornalismo nas Universidades Federais.....	26
Quadro 2 - Solicitação via e-Sic dos PPCs do curso de Jornalismo das Universidades Federais do Norte do Brasil	27
Quadro 3 - Etapas para a Análise de Conteúdo conforme Bardin.....	31
Quadro 4 - Iniciativas de instituição do ensino de jornalismo em Portugal antes de sua consolidação em 1979	49
Quadro 5 - Solicitação do PPC de Jornalismo da UFAC via e-Sic.....	59
Quadro 6 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da UFAC.....	61
Quadro 7 - Solicitação do PPC de Jornalismo da UNIFAP via e-Sic	63
Quadro 8 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da UNIFAP	64
Quadro 9 - Solicitação do PPC de Jornalismo da UFAM via e-Sic	67
Quadro 10 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da UFAM.....	68
Quadro 11 - Solicitação do PPC de Jornalismo do ICSEZ (UFAM) via e-Sic	70
Quadro 12 - Dados de identificação do curso de Jornalismo do ICSEZ(UFAM).....	72
Quadro 13 - Solicitação do PPC de Jornalismo da UFPA via e-Sic	74
Quadro 14 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da UFPA	76
Quadro 15 - Solicitação do PPC de Jornalismo da Unifesspa via e-Sic.....	77
Quadro 16 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da Unifesspa	79
Quadro 17 - Solicitação do PPC de Jornalismo da UNIR via e-Sic.....	81
Quadro 18 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da UNIR.....	82
Quadro 19 - Solicitação do PPC de Jornalismo da UFRR via e-Sic	84
Quadro 20 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da UFRR	85
Quadro 21 - Solicitação do PPC de Jornalismo da UFT via e-Sic	89
Quadro 22 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da UFT.....	90
Quadro 23 - Dados de identificação da licenciatura.....	94
Quadro 24 - Universidades do Norte do Brasil e autores adotados nas disciplinas de “Teorias da Comunicação”, conforme as biografias básicas constantes nas matrizes curriculares	97
Quadro 25 - Grade curricular: Licenciatura em Jornalismo e Comunicação da UC.....	102
Quadro 26 - Comparação da disciplina de "Teorias da Comunicação"	105
Quadro 27 - Informações gerais UFT x UC	108

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

DCN: Diretrizes Curriculares Nacionais
ECTS: European Credit Transfer and Accumulation System
e-Sic: Sistema de Informação ao Cidadão
Federais
OMS: Organização Mundial de Saúde
PPC: Projeto Pedagógico de Curso
Reuni: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades
SUS: Sistema Único de Saúde
UC: Universidade de Coimbra
UFAC: Universidade Federal do Acre
UFAM ICSEZ: Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
UFAM: Universidade Federal do Amazonas
UFPA: Universidade Federal do Pará
UFRR: Universidade Federal de Roraima
UFT: Universidade Federal do Tocantins
Unifap: Universidade Federal do Amapá
Unifesspa: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Unir: Universidade Federal de Rondônia
Unirg: Universidade de Gurupi
Unitins: Universidade do Tocantins

SUMÁRIO

PARTE I

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Justificativa.....	16
1.2 Problema de Pesquisa	18
1.3 Objetivos.....	18
2 METODOLOGIA.....	20
2.1 A escrita em tempos de Pandemia.....	20
2.2 Percorso metodológico I.....	21
2.3 Percorso metodológico II.....	25

PARTE II

3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM JORNALISMO NO MUNDO: HISTÓRICO....	34
3.1 A formação em Jornalismo no Brasil	37
3.2 Os cursos de jornalismo nas universidades federais do Norte do Brasil.....	40
3.3 O ensino de jornalismo na Universidade Federal do Tocantins	44
3.4 Resolução nº 1 de 27 de setembro de 2013: Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo no Brasil	46
3.5 A formação em jornalismo em Portugal.....	48
3.6 O ensino de jornalismo na Universidade de Coimbra	51
3.7 O processo de Bolonha.....	52

PARTE III

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES.....	57
4.1 Os Projetos Pedagógicos dos cursos de Jornalismo das federais do Norte do Brasil.....	57
4.1.1 O PPC da UFAC.....	58
4.1.2 O PPC da UNIFAP.....	61
4.1.3 O PPC da UFAM.....	65
4.1.4 O PPC da UFAM ICSEZ.....	69
4.1.5 O PPC da UFPA	72
4.1.6 O PPC da Unifesspa	76
4.1.7 O PPC da UNIR.....	79
4.1.8 O PPC da UFRR.....	83
4.1.9 O PPC da UFT.....	86
4.2 O Pedagógico da Licenciatura em Comunicação e Jornalismo da UC	90
4.3 Análise crítica: parâmetros	94
4.4 Análise crítica-comparativa: PPC do curso de Jornalismo da UFT x PPC Licenciatura em Comunicação e Jornalismo da UC.....	98
4.4.1 Fundamentos Pedagógicos	100
4.4.2 Análise curricular	101
4.4.3 Características gerais dos processos pedagógicos	108

PARTE IV

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS	115

PARTE I

1 INTRODUÇÃO

A proposta de realização de um estudo que verse sobre o ensino de Jornalismo e a formação dos profissionais no Brasil e em Portugal busca dar continuidade às preocupações existentes na academia, como também interessados sobre o tema, em especial aos estudos relacionados à Região Norte do País.

É necessário destacar ainda na introdução o momento em que se escreve os contextos teóricos e os resultados da pesquisa. O mundo vive a Pandemia causada pelo Sars-Cov-2, que causa a doença COVID-19. Um momento muito delicado para a população global e que também afetou a produção de conhecimento por inúmeros fatores. O pesquisador também precisou readequar processos metodológicos para alcançar os resultados finais que serão apresentados ao longo do trabalho. É importante esclarecer neste momento este ponto, para que o leitor ou leitora possa compreender com mais facilidade alguns dos critérios utilizados no estudo. Apesar da Pandemia, foi feito o possível para que a produção de conhecimento não fosse afetada. Seguimos em frente!

Por meio de uma comparação entre o ensino no Brasil e Portugal também foi possível observar avanços e retrocessos formativos a partir da análise documental dos Projetos Pedagógicos Curriculares. Com essas informações detalhadas uma comparação crítica pode auxiliar o processo de investigação proposto nesta pesquisa. Neste sentido será possível obter resposta ou respostas ao questionamento norteador do trabalho, que possam auxiliar no processo de alcance dos objetivos geral e específicos estabelecidos. Pôrto Júnior (2017), Silva (2018), Rodrigues (2018), Melo (2019), por exemplo, já possuem pesquisas que buscam respostas para fatores que influenciam a formação em Jornalismo em Portugal e no Brasil, com foco neste País para Região Norte.

Logo, como delimitação do problema, estabelece-se o seguinte questionamento: *“Qual o nível de convergência entre as diretrizes pedagógicas curriculares que norteiam a formação do Profissional de Jornalismo no Brasil e em Portugal?”. Como delimitante estabeleceu-se os Projetos Pedagógicos Curriculares da Universidade Federal do Tocantins e da Universidade*

Coimbra. Nesse sentido, torna-se importante investigar a partir dessas instituições, as situações que podem afetar nos avanços do processo de ensino/aprendizagem e na formação de profissionais preparados para um mercado de trabalho em constante mudança.

Neste contexto, é relevante a realização de análises com o intuito de colaborar com estudos sobre as características dos projetos pedagógicos do curso de Comunicação/Jornalismo no Brasil e, mais especificamente, ao Estado do Tocantins. Para um melhor entendimento sobre os processos de ensino aprendizagem, também torna-se importante realizar uma comparação com outros contextos históricos e culturais da mesma área de atuação. No caso desta análise, os projetos pedagógicos do curso de Comunicação/Jornalismo em Portugal.

No Tocantins, estado brasileiro escolhido para esta análise, o Curso de Comunicação/Jornalismo foi gestado numa instituição, a Unitins, em 1996 e, posteriormente transferido todo o corpo discente e infraestrutura para a UFT, até sedimentar-se efetivamente nesta última instituição. Dessa maneira, existem políticas curriculares e institucionais intencionalizadas que marcaram essa trajetória de projetos pedagógicos que foram sendo adaptados na UFT. Ao longo dos anos, o jornalismo na UFT se firmou e curso semelhante em instituição de ensino superior privada em Palmas não logrou êxito e foi encerrado legalmente. No Tocantins também é possível encontrar outra graduação na área, porém não gratuita, sediada na Universidade de Gurupi (Unirg)¹.

O ensino de jornalismo na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra foi instituído em 1993. Isto é, as duas graduações que serão utilizadas no decorrer deste estudo foram criadas na mesma década. Neste sentido é preciso verificar quais as razões políticas e ideológicas para os projetos pedagógicos de curso e os percalços/desatinos que ocorreram ao longo do tempo e como isso afetou a formação em jornalismo nos locais analisados. Como forma de melhor organizar o processo de escrita desta pesquisa em quatro partes e subdivida em cinco capítulos específicos, que são precedidos ao final pelas referências.

A Parte I trata desta introdução, da justificativa do trabalho, o problema de pesquisa e os objetivos geral e específico e a metodologia utilizada. Nesta parte são apresentadas noções introdutórias do que será demonstrado ao longo da pesquisa, os direcionamentos norteadores e

¹ <http://www.unirg.edu.br/jornalismo>

uma breve consideração sobre o momento pandêmico vivido no mundo. Também é nesta parte em que se explica os procedimentos metodológicos que serão utilizados. A escolha metodológica parte do pressuposto de este é um estudo de natureza básica, que realizará uma análise documental crítica-comparativa, de caráter qualitativo, descritiva e que interpretará as informações à luz da análise de conteúdo.

A Parte II do estudo traz informações norteadores sobre o contexto histórico da formação em Jornalismo no mundo, delimitando essa questão para o Brasil e, posteriormente para Portugal. Aqui são delimitados a história da criação dos cursos de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins e da Universidade de Coimbra, que serão comparados ao final do trabalho. Também é nesta parte da pesquisa em que se trata brevemente sobre o Processo de Bolonha, uma forma encontrada na Europa de que buscou estabelecer um compromisso de ensino superior entre Países do continente.

A penúltima parte apresentada no trabalho é a Parte III. Aqui são apresentadas as análises e discussões da pesquisa. São tratados de forma mais detalhada e à luz das cinco dimensões de Cellard (2012) os projetos pedagógicos de todas as instituições federais do Norte do Brasil que ofertam a graduação em Jornalismo. Nesta parte o PPC da Universidade de Coimbra também é analisado. Depois de um processo de construção e interpretação dos conteúdos, define-se nesta parte as obras de Sen (2010); Rousseau (1999); e Adorno e Horkheimer (1947); para auxiliar nos parâmetros de criticidade das diretrizes pedagógicas. Nesta parte é realizado um levantamento sobre a disciplina de teorias da comunicação dos cursos de Jornalismo da UFT e da UC, como forma de conhecer informações sobre uma temática responsável pela promoção do pensamento crítico. Ainda nesta parte da pesquisa é realizada a análise documental crítica comparativa. Para realizar este procedimento é apresentado um modelo de análise de PPC, que perpassa pela leitura dos documentos, avaliação dos fundamentos pedagógicos, análise curricular e, posteriormente, a caracterização dos respectivos processos pedagógicos.

Por fim a última etapa deste trabalho: a Parte IV, local em que consta as considerações finais do estudo. Nesta parte o pesquisador expõe as reflexões sobre o que foi encontrado durante o processo e responde ao questionamento norteador da dissertação. É nesta parte em

que se mostra como foi possível alcançar os objetivos propostos, além de trazer na sequência as respectivas referências bibliográficas utilizadas para embasar teoricamente o trabalho.

1.1 Justificativa

No Brasil é perceptível a necessidade de se pesquisar ensino de jornalismo, em especial, nas unidades federativas não pertencentes ao eixo daquelas regiões que trazem a área da comunicação sedimentada desde as últimas quatro décadas do século XX. Nesse sentido, torna-se importante investigar o ensino de Jornalismo nas Universidades da Região Norte do Brasil. Também é importante o desenvolvimento de pesquisas nesta área, pois elas tendem a evidenciar situações que podem afetar nos avanços do processo de ensino/aprendizagem e, conseqüentemente, na formação de profissionais preparados para um mundo em constante mudança.

Neste contexto é relevante a realização de análises com o intuito de colaborar com estudos sobre as características do processo pedagógico do curso de Comunicação/Jornalismo no Brasil e, mais especificamente, ao Estado do Tocantins. Para um melhor entendimento sobre os processos de ensino aprendizagem, também torna-se importante realizar uma comparação com outros contextos históricos e culturais da mesma área de atuação. No caso desta análise, os projetos pedagógicos da Licenciatura em Comunicação e Jornalismo em Portugal.

No Tocantins, estado brasileiro escolhido como delimitante para esta análise, o Curso de Jornalismo foi gestado numa instituição, a Unitins, posteriormente transferido todo o corpo docente e infraestrutura para a UFT, até sedimentar-se efetivamente nesta última instituição. Porém, ao longo dos anos, o jornalismo na UFT se firmou e curso semelhante em instituição de ensino superior privada em Palmas não logrou êxito e foi encerrado legalmente. Até o ano de 2020, além da UFT, há apenas outra graduação na área, ofertada pela Universidade de Gurupi (Unirg). Dessa maneira, existem políticas curriculares e institucionais intencionalizadas que marcaram essa trajetória de projetos pedagógicos que foram sendo adaptados na UFT. É preciso verificar quem elaborou, razões políticas e ideológicas para os projetos pedagógicos de curso e os percalços/desatinos que ocorreram ao longo do tempo.

Da mesma forma pretende verificar todo esse contexto em Portugal, para que se possa realizar uma comparação entre as situações nos dois Países. Na federação europeia, por exemplo, outros contornos ditavam a modernização na profissionalização, conforme pode ser observado,

A construção mais importante exercitada por Bolonha, e principalmente nos cursos de Comunicação e Jornalismo, foi a cultura da modernização. Dezenas de universidades e sistemas educativos foram atualizados com dinâmicas mais inclusivas, que permitiram uma maior mobilidade. Essa é uma conquista inegável do Processo de Bolonha. (PÔRTO JUNIOR, 2017, p. 92)

O Processo de Bolonha teve uma conotação voltada para uma capacitação que viesse a atender os anseios do mercado e da economia europeia. Logo, estudar o contexto dessa profissionalização, em comparação com a realidade brasileira, poderá facilitar a compreensão sobre os projetos pedagógicos ensinados durante a graduação em jornalismo, permitindo observar avanços e pendências de conhecimento que possuem/possuíram em relação à graduação. Com essa análise realizada haverá condições de apresentar percepções sobre debilidades e forças em cada um dos Países analisados.

Este estudo poderá contribuir para que seja verificada a diversidade, representatividade, universalidade, vulnerabilidade, peculiaridades, e até mesmo subjetividades inerentes à formação em jornalismo. Neste sentido, a presente proposta de investigação tem como escopo compreender as diferenças e pontos em comum entre as formações em Jornalismo no Brasil e em Portugal. Os dados podem ser esclarecedores para muitos que possam vir a ter a área como opção em sua escolha de profissionalização.

Justifica-se ainda a escolha de analisar o ensino de jornalismo e a atuação profissional no Brasil e em Portugal, tendo como delimitante nos dos países, respectivamente, a oferta da graduação na Universidade Federal do Tocantins e na Universidade de Coimbra. A delimitação pelas duas instituições, e a justificativa para analisar essas duas graduações, também se dá pelo fato do orientador deste estudo ser docente da graduação em Jornalismo/UFT e Investigador Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra (UC-Portugal). Tal fator efetiva contato próximo com as duas instituições e promove um leque maior de possibilidades de análises. Outro fator que reforça a necessidade de se pesquisar indicadores formativos na área de Jornalismo é a de contribuir com pesquisas

sobre o tema que já vêm sendo realizadas pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da UFT, além do interesse do pesquisador em conhecer melhor o processo pedagógico no País europeu e de forma mais aprofundada, o brasileiro com foco na Região Norte.

Dessa maneira, disponibilizar no acervo da Universidade uma nova pesquisa que trate especificamente sobre os processos pedagógicos nos dois países analisados, poderá contribuir com discussões e debates que envolvam melhorias na formação de um profissional Jornalista, que é essencial para o processo de fortalecimento de democracias, tão abaladas por governos autoritários nos mais diversos Países, incluindo o Brasil, nos últimos tempos.

1.2 Problema de Pesquisa

O tema central deste estudo envolve o “Ensino de Jornalismo no Brasil e em Portugal”. Posteriormente reduzimos o campo analisado, pois a formulação e a delimitação de um problema são necessárias para direcionar de forma objetiva o trabalho realizado e para facilitar o processo de pesquisa (VIEIRA e ARNAUT DE TOLEDO, 2011).

Buscou-se compreender os Projetos Pedagógicos Curriculares das graduações em Jornalismo no Norte do Brasil, delimitando posteriormente essa avaliação para a formação na área ofertada pela Universidade Federal do Tocantins, e a Universidade de Coimbra, como referência para Portugal. Neste sentido, o questionamento norteador da pesquisa foi o de saber: *“Qual o nível de convergência entre as diretrizes pedagógicas curriculares que norteiam a formação do Profissional de Jornalismo no Brasil e em Portugal?”. A partir da definição do problemática foi necessário estabelecer objetivos, objetivos específicos para dar sequência na construção do processo metodológico de pesquisa.*

1.3 Objetivos

Como Objetivo Geral, o estudo tem como foco “*Compreender as diretrizes pedagógicas curriculares da formação em Jornalismo no Brasil e em Portugal*”, em seus níveis de graduação, tendo como delimitante para a comparação, as formações ofertadas na Universidade Federal do Tocantins e Universidade de Coimbra. Para construir o processo de investigação, também foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Realizar um levantamento documental seguindo as cinco dimensões propostas por Cellard (2005), com informações sobre as graduações em Jornalismo nas instituições analisadas.
2. Estudar as práticas de ensino do Brasil (Graduação em Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins) e Portugal (Ciclo I de Jornalismo e Comunicação na Universidade de Coimbra), a partir de seus respectivos Projetos Pedagógicos Curriculares.
3. Estabelecer uma análise crítica-comparativa das informações da graduação em Jornalismo da UFT e da Licenciatura em Comunicação e Jornalismo da UC.

É importante esclarecer que estudos que envolvam as duas universidades – Universidade Federal do Tocantins e Universidade de Coimbra – mesmo com realidades distintas e com suas respectivas especificidades, atende ao proposto da pesquisa, pois ambas possuem realidades formativas na área de Jornalismo.

2 METODOLOGIA

2.1 A escrita em tempos de Pandemia

O resultado da seleção da Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da UFT, da qual o pesquisador foi selecionado, foi divulgado em 16 de março de 2020. Nesse período, a pandemia causada pelo Sars-Cov-2, doença causada pelo então “novo Coronavírus”, vinha sendo discutida mundialmente. Uma semana antes dessa divulgação o Diretor-Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom, decretou oficialmente Estado de Pandemia para aquilo que viria a ser – e até o presente momento desta escrita ainda é – um dos maiores problemas de saúde pública em escala mundial enfrentado pela sociedade no século XXI (WERNECK, 2020), que ocasionou até o ano de 2021 milhões de mortes.

“No Brasil, os primeiros casos foram confirmados no mês de fevereiro, e diversas ações foram implementadas a fim de conter e de mitigar o avanço da doença” (CAVALCANTE et al. 2020, p. 02). Muitas dúvidas começaram a permear as discussões em torno de como seria o processo de ensino na pós-graduação da UFT, que até então funcionava integralmente de forma presencial. Entre as mais diversas dúvidas que acometiam a todos durante esse processo, o tempo continuava a correr e meses se passaram para que fossem clareadas novos métodos de se remodelar o ensino dentro do novo contexto pandêmico. Somente em agosto de 2020, quatro meses após a divulgação citada no início deste tópico, foram iniciadas as aulas do Programa e formato de aulas virtuais foi o escolhido.

Definido o primeiro ponto neste processo de pesquisa começou-se o debate para a resolução de outros, que viriam a ser fundamentais para o desenrolar da pesquisa. É necessário esclarecer que a Pandemia foi um fator determinante para a readequação da metodologia científica que esperava-se realizar ao longo dos anos de 2020 e 2021. O impacto, em um primeiro momento da escrita, foi negativo. Como produzir enquanto estamos vivendo um momento em que as pessoas estão morrendo? Neste caminho tão difícil alguns colegas não conseguiram continuar a pós-graduação e se desligaram do programa. Isso afeta a cabeça de qualquer pesquisador. Será que é possível continuar? Desistir? Sorte daquele que pode contar com inúmeras pessoas e de uma orientação adequada. Sorte deste pesquisador. Em conjunto

foram reestruturadas as formas de se obter informações e, também, os procedimentos metodológicos.

O Projeto que deu origem a este estudo tinha como uma de suas prioridades, por exemplo, visitas *in loco* em Portugal. Eram esperados diversos contatos diretos, por meio de entrevistas, com pessoas que pudessem contribuir com suas vivências e percepções na construção da pesquisa. Infelizmente, devido ao contexto pandêmico explicado, e por prezar a saúde do próprio pesquisador e de outras pessoas que estariam envolvidas neste trabalho, foi readequada toda a trajetória metodológica de forma que nenhum dos envolvidos fosse colocado em risco durante o andamento da pesquisa. Acredita-se que, dentro das possibilidades, foi possível alcançar resultados satisfatórios.

É importante esclarecer estes pontos sobre o contexto pandêmico para que a leitora ou leitor possa entender, mesmo que brevemente, sobre como uma doença conseguiu interferir globalmente na vida das pessoas. Infelizmente muitas famílias perderam pessoas para a COVID-19 e não há o que se fazer em relação a isso. Muito poderia ter sido feito, caso diversos governantes tivessem realizado trabalhos medianos frente a Pandemia. Veja só que aqui não se fala de trabalhos de excelência, mas, no mínimo, medianos. Triste o povo que não contou com lideranças sérias em um dos momentos mais necessários deste século. Fica registrado o sentimento deste pesquisador por todos os cidadãos e cidadãs que tiveram que se despedir de algum ente querido ou amigo. E a quem trabalhou a favor da doença, este pesquisador acredita que não se deve aguardar a história para que sejam cobradas as devidas responsabilidades. Que o Tribunal Penal Internacional, ou seja, o Tribunal de Haia possa condenar essas pessoas ainda em vida.

2.2 Percurso metodológico I

Como forma de promover uma leitura agradável e objetiva nesta parte do trabalho, optou-se por apresentar os procedimentos detalhados que nortearão as formas da pesquisa no decorrer deste capítulo. Nesta parte é descrito o tipo de pesquisa realizado, a abordagem escolhida e o método de interpretação definido para analisar as informações levantadas.

Para buscar resposta ou respostas ao questionamento inicial e norteador da pesquisa, e também para alcançar os objetivos geral e específicos buscou-se definir o local de onde seriam retiradas as informações necessárias para iniciar o processo de investigação, isto é, qual seria o *Corpus* da análise. Para Bardin (1977, p. 96-97) o *Corpus* é “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”.

Como o objetivo geral deste estudo é “*Compreender as diretrizes pedagógicas curriculares da formação em Jornalismo no Brasil e em Portugal*”, optou-se por escolher como *Corpus* da pesquisa os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) dos cursos de Jornalismo, ou Comunicação Social – Jornalismo, das Universidades Federais do Norte do Brasil, com delimitação posterior para a graduação da Universidade Federal do Tocantins e as diretrizes curriculares da Licenciatura em Jornalismo e Comunicação, sediada na Universidade de Coimbra, formação escolhida conforme justificativa apresentada anteriormente.

Em uma descrição básica sobre o que são PPCs é esclarecido que eles são documentos pautados em “diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria–prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2015, p. 24).

Neste sentido, decidiu-se trabalhar na presente proposta de investigação, com técnicas de análise documental crítica-comparativa. Fontes documentais podem proporcionar ao pesquisador, além de informações necessárias para um estudo científico, a economia de tempo e a evitar o contato direto com pessoas (GIL 2008). A pesquisa que envolve documentos é utilizada há muito tempo e tem se consolidado no âmbito de estudos históricos e das ciências sociais. Desde o período do Renascimento, por exemplo, o método de análise crítica dos documentos interessa diversos pesquisadores (LE GOFF, 1990). Neste sentido, e levando em consideração o momento pandêmico atual, este tipo de análise possui grande valor para que, no final do percurso metodológico, possam ser alcançados os resultados cientificamente satisfatórios.

O tipo de pesquisa documental é compreendido por pesquisadores e pesquisadoras como uma forma de obtenção de informações ou dados sobre temas analisados, de modo geral, a partir de documentos oficiais (LÜDKE e ANDRÉ, 1986; PIMENTEL, 2001; LAKATOS e

MARCONI, 2003; GIL, 2008; CELLARD, 2012). A conceituação de documento como monumento a ser contemplado e analisado (LE GOFF, 1990) também é levada em consideração nesta pesquisa, pois:

Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é "falso", avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. (LE GOFF, 1990, p. 91).

O formato de pesquisa documental também tem sido utilizado em pesquisas do próprio Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (RODRIGUES, 2018; SILVA 2018; MELO, 2019), que contribuíram para o crescimento do acervo bibliográfico regional com análises voltadas para o Ensino de Jornalismo, com foco na região Norte do Brasil. Neste contexto, ao definir a técnica utilizada, também é importante esclarecer que:

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. Uma vantagem adicional dos documentos é o seu custo, em geral baixo. Seu uso requer apenas investimento de tempo e atenção por parte do pesquisador para selecionar e analisar os mais relevantes (LÜDKE e ANDRÉ, 1986 p. 38).

O conceito de “crítica-comparativa” dos documentos traz uma relevância maior para esta pesquisa, pois destaca que o estudo não será apenas observacional. A investigação crítica dos documentos se sobressai na questão da percepção do *Corpus* analisado, o que por consequência auxiliou na construção de relatórios cada vez mais complexos e completos. Cellard (2012, p. 299) reforça essa informação ao dizer que a “avaliação crítica constitui a primeira etapa de toda análise documental” e que é preciso “usar de prudência e avaliar adequadamente, com olhar crítico, a documentação que se pretende analisar”. Também é necessário esclarecer que, do documento, o pesquisador deve se ater em somente obter informações contidas ali dentro, mas não incluir nada que seja externo ou que não esteja expressado naquele material (LE GOFF, 1990). Sobre a importância da comparação neste processo, cabe ressaltar que ele “é usado tanto para comparações de grupos no presente, no

passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento” LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 107).

Neste sentido, após a conceituação sobre a relevância da pesquisa documental para a ciência e pesquisa, definiu-se esta forma de obtenção de informações – por meio dos PPCs dos cursos de Jornalismo das Universidades Federais da Região Norte do Brasil e da licenciatura em Comunicação e Jornalismo da Universidade de Coimbra – para iniciar todo o processo de investigação realizado neste trabalho.

Para dar seguimento neste processo metodológico é preciso também estabelecer a abordagem da pesquisa. Neste sentido optou-se pela Qualitativa. Este tipo de abordagem é comumente usado em pesquisas que se utilizam de documentos (GODOY, 1995; KRIPKA, SCHELLER e BONOTTO, 2015). O objetivo foi o de absorber ao máximo os benefícios que essa perspectiva pode oferecer. Ao entrar em contato com os documentos foi possível construir por meio das informações levantadas, dados que foram qualificados de sentido. A pesquisa também é descritiva, porque estudos deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinado [...] fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008, p. 28).

Após estabelecer o tipo de pesquisa e as abordagens adotadas, torna-se pertinente definir os devidos encaminhamentos de compreensão do conteúdo levantado, como o método de interpretação das informações. Para tanto escolheu-se a Análise de Conteúdo:

[...] é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 1977, p. 31).

A conceituação sobre a análise de conteúdo também se dá a partir da sua comparação com o objeto da linguagem. Este seria a própria língua de maneira macro e coletiva, enquanto que o objeto da análise de conteúdo viria a ser a palavra em seu parâmetro individualizado, em relação à linguagem (PÊCHEOUX, 1973, *apud* FRANCO, 2005). Neste sentido torna-se pertinente utilizar essa forma de análise para interpretar as informações levantadas por meio do

Corpus da pesquisa. Essa técnica também utiliza-se de mecanismos de observação, que envolvem parâmetros estabelecidos pelo pesquisador e o objeto analisado (GUERRA, 2008).

Ao esclarecer o processo metodológico também é necessário estabelecer a natureza da pesquisa. Neste trabalho ela é definida como Básica, isto é, a pesquisa tem o objetivo de contribuir com os avanços bibliográficos sobre o tema estudado, sem ter como foco a aplicação imediata ou prática dos resultados obtidos (GIL, 2008; KINCHESCKI, ALVES e FERNANDES, 2015).

A construção desta parte metodológica é importante, pois facilita o processo de análise e reconhecimento de forças e fragilidades encontradas, além da compreensão sobre semelhanças e diferenças entre documentos que direcionam o processo de formação de profissionais da comunicação graduados no Brasil e em Portugal. É importante destacar que este estudo não tem como objetivo definir projetos curriculares melhores ou piores, mas ele poderá contribuir com o debate sobre a formação em Jornalismo e possivelmente com pesquisas que venham a ter o tema como escopo de análise.

2.3 Percurso metodológico II

Para alcançar respostas aos questionamentos propostos nesta pesquisa foi necessário estabelecer percursos metodológicos. Todas as etapas foram construídas com o objetivo de obter as informações necessárias para compreender como se dá o ensino de jornalismo nos dois Países analisados. A partir da pesquisa pretende-se obter resposta ao questionamento que conduz este estudo: *“Qual o nível de convergência entre as diretrizes pedagógicas curriculares que norteiam a formação do Profissional de Jornalismo no Brasil e em Portugal?”*.

A pesquisa, conforme descrito anteriormente, será realizada a partir de três macro áreas de estudo. A primeira é a análise documental crítica-comparativa. Neste primeiro momento, como forma de obter as informações iniciais para o desenvolvimento do trabalho, será realizado um levantamento documental dos Projetos Pedagógicos do curso de Jornalismo das Universidades Federais do Norte do Brasil.

Também é importante destacar que para contribuir com o referencial da pesquisa também foi realizado um levantamento bibliográfico nesta parte do trabalho, isto é, “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 158). Gil (2008) explica que há semelhanças entre levantamento documental e bibliográfica. No entanto destaca que,

A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p. 51).

Dando sequência aos procedimentos que serão adotados na realização da pesquisa torna-se pertinente definir o que será realizado na primeira etapa do estudo. Neste contexto é necessário esclarecer que até o primeiro semestre de 2021, os cursos de Jornalismo ofertados em universidades federais da Região Norte são nove.

Quadro 1 - Cursos de Jornalismo nas Universidades Federais da Região Norte do Brasil

nº	UF	Universidade
1	Acre	UFAC
2	Amapá	UNIFAP
3	Amazonas	UFAM
4	Amazonas	UFAM ICSEZ
5	Pará	UFPA
6	Pará	Unifesspa
7	Rondônia	UNIR
8	Roraima	UFRR
9	Tocantins	UFT

Elaborado pelo Autor, 2021.

Como forma de obter os PPCs em vigência de todos os cursos foi solicitado pelo pesquisador para cada uma das nove instituições citadas acima o referido documento, utilizando as regras estabelecidas pela Lei de Acesso a Informação (nº 12.527/2011) via e-SIC². O

² <https://falabr.cgu.gov.br/Principal.aspx>. O e-Sic permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal.

questionamento realizado para todas as instituições da Região Norte foi: “Gostaria de receber o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) em vigência do curso de Jornalismo ou Comunicação Social - Jornalismo da instituição. Desde já agradeço a atenção”. Abaixo a organização de quando foram solicitadas as informações, o protocolo do atendimento e quando elas foram respondidas.

Quadro 2 - Solicitação via e-Sic dos PPCs do curso de Jornalismo das Universidades Federais do Norte do Brasil

Protocolo	Instituição	Data da solicitação	Data da Resposta
23546.043207/2021-40	UFAC – Fundação Universidade Federal do Acre	29/06/2021	12/07/2021
23546.043206/2021-03	UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins	28/06/2021	12/07/2021
23546.043212/2021-52	UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia	23/06/2021	12/07/2021
23546.043211/2021-16	UFPA – Universidade Federal do Pará	23/06/2021	12/07/2021
23546.043208/2021-94	UFRR – Fundação Universidade Federal de Roraima	23/06/2021	12/07/2021
23546.043213/2021-05	UNIFAP – Fundação Universidade Federal do Amapá	22/06/2021	12/07/2021
23546.043210/2021-63	UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	22/06/2021	12/07/2021
23546.043209/2021-39	UFAM – Fundação Universidade do Amazonas	22/06/2021	12/07/2021
23546.061360/2021-59	UFAM – Fundação Universidade do Amazonas - Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia	04/10/2021	13/09/2021

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A solicitação da informação por meio oficial é uma forma e garantir a veracidade dos documentos que serão analisados, uma das dimensões de análise documental propostas por Cellard (2012) que será vista mais adiante. É importante destacar que neste processo de obtenção das informações dos PPCs a UFRR encaminhou um documento chamado “ementário”, que não contemplava as diretrizes de um Plano Pedagógico Curricular. Alertada por meio do pesquisador a instituição encaminhou o documento correto posteriormente. Outro ponto que merece ser destacado é a resposta encaminhada pela UNIR. Diferentemente das demais instituições esta Universidade não encaminhou o documento, conforme solicitado. Porém, em sua resposta, foi informado o passo a passo para que se obtivesse acesso ao

documento: “O Projeto Político Pedagógico do curso de Jornalismo do Câmpus de Porto Velho pode ser acessado por meio da página: www.daci.unir.br, na aba 'Jornalismo' e, em seguida, ‘Projeto Político-Pedagógico’”. Seguindo a orientação da instituição foi possível obter o PPC da referida graduação.

Sobre o PPC do curso de Jornalismo da UFAM – Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia, foi possível acessá-lo posteriormente à obtenção das informações das demais universidades, conforme pode ser observado no Quadro 2. Isso ocorreu pelo fato de ainda existir uma dificuldade de encontrar informações organizadas de forma regionalizada sobre a formação em Jornalismo no Brasil. Após uma sugestão externa de que haveria uma graduação na área ofertada pela UFAM – ICSEZ, na cidade de Paritins, o pesquisador conseguiu confirmar também via e-Sic a veracidade da informação. O Projeto dessa graduação foi encaminhado pela instituição no dia 04 de outubro de 2021 e passou a integrar o escopo de estudo desta pesquisa.

Organizado todo o levantamento de cursos de no norte Brasil a pesquisa passou a organizar as informações necessárias sobre a formação em Portugal. Para ter acesso ao PCC vigente da Licenciatura em Comunicação e Jornalismo da Universidade de Coimbra foi acessado, inicialmente, o site da instituição. Em um primeiro momento foi possível obter uma série de informações sobre a formação na área. No entanto, como a disposição dessas informações é diferente das contidas nos PPCs dos cursos das instituições brasileiras, o pesquisador precisou entrar em contato com a Coordenação do Curso, por meio do *e-mail* da coordenação disponibilizado no site da UC.

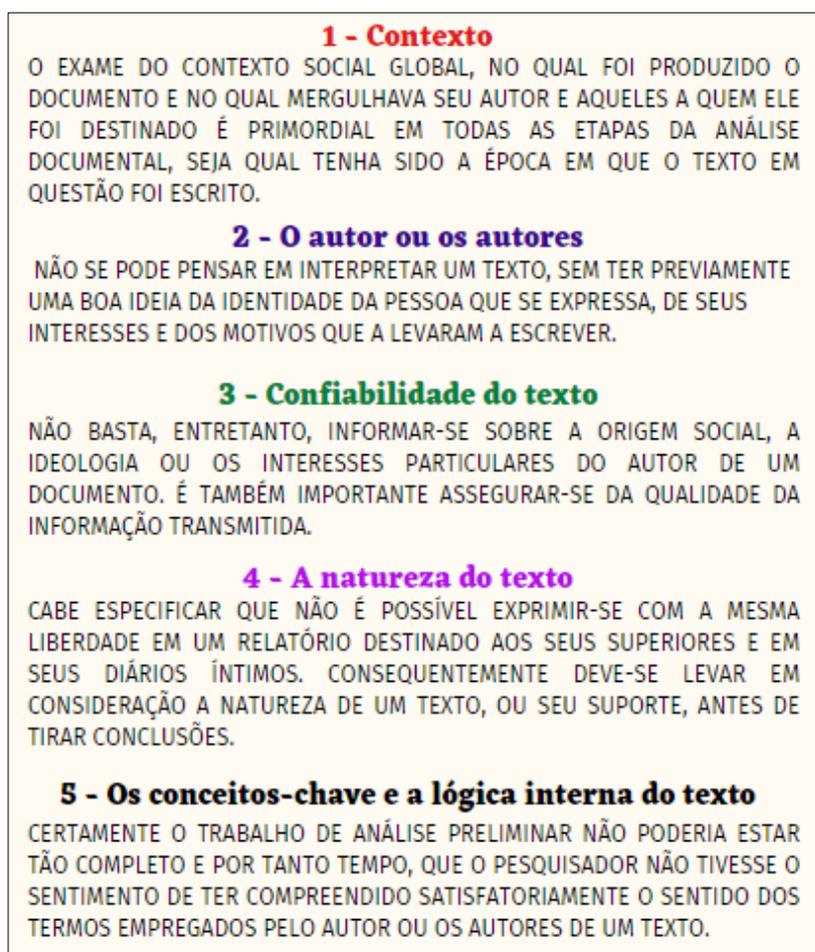
Para confirmar a informação correta sobre as diretrizes curriculares do curso foi solicitado no dia 09 de junho de 2021 o Projeto Pedagógico da Licenciatura em Jornalismo e Comunicação. O pesquisador foi respondido no dia 11 de junho de 2021 com o link³ onde estariam disponibilizadas estas informações. Eram as mesmas informações já encontradas pelo pesquisador inicialmente.

Após obter todos os PCCs dos cursos de Jornalismo da Região Norte do Brasil e da Licenciatura em Comunicação e Jornalismo da UC foi possível iniciar a análise documental sobre as linhas formativas da área. Utilizou-se para tabular os dados gerais de cada um dos projetos, o programa de criação de planilhas eletrônicas *Excel*. Neste momento as informações

³ <https://apps.uc.pt/courses/PT/course/5341>.

gerais de cada um dos cursos no Brasil e o de Portugal foram tabuladas. Para isso estabeleceu um método de organização qualitativa dos respectivos PPCs, ao utilizar as cinco dimensões da análise documental propostas por Cellard (2012):

Figura 1 - As cinco dimensões de análise documental



Fonte: Cellard, 2012, p. 299-303.

Esclarecer esta parte torna-se necessário para que se possa obter informações gerais e fidedignas dos documentos analisados, que envolvem a formação em Jornalismo no norte do Brasil e sobre a formação em Portugal. A partir desse direcionamento é possível observar de forma crítica as diferenças e similaridades entre as respectivas linhas de formação. No Brasil, por exemplo, inicialmente conseguiu-se identificar que nem todos os PPCs seguem o estabelecido na Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso.

Em Portugal este mesmo documento que direciona a formação não possui a sistematização que os PPCs das graduações brasileiras. É somente um site com informações gerais e um ementário disponível em um *hiperlink*. Estas e outras observações poderão ser conferidas posteriormente na análise de resultados.

Após essa caracterização documental de todos os Projetos das graduações em Jornalismo no Norte do Brasil e da Licenciatura em Comunicação e Jornalismo da UC foi preciso estabelecer delimitações para que a pesquisa alcançasse uma análise documental crítica-comparativa entre Brasil e Portugal.

Ao finalizar a tabulação das informações dos respectivos cursos analisados chega-se à terceira etapa do estudo. Nesta parte da pesquisa, com todos os dados já levantados e qualificados, é realizada a comparação entre as informações obtidas. Para auxiliar neste processo de análise documental crítica-comparativa, o pesquisador se utilizará de recursos advindos da análise de conteúdo. Como forma de nortear os parâmetros nesta parte do estudo, o pesquisador recorrerá aos estudos de Bardin (1977); Franco (2005) e Guerra (2008).

Bardin (1977) reforça que documentos podem ser sujeitos à análise de conteúdo e exemplifica, na parte de seu estudo em que trata particularmente de inferências, sobre como estabelecer o método de análise:

[...] o médico faz deduções sobre a saúde do seu cliente graças aos sintomas, do mesmo modo que o grafólogo que pretende proceder com seriedade, infere dados sobre a personalidade do seu cliente, a partir de índices que se manifestam com frequência suficiente, ou em associação significativa com outros índices, na grafia do escritor. O mesmo se passa com a análise de conteúdo [...]. (BARDIN, 1977, p. 41).

Ao seguir o exemplo acima, as informações organizadas dos PPCs nortearam o processo de pesquisa documental crítica-comparativa. Estabelecidas as cinco dimensões da análise documental propostas por Cellard (2012), a abordagem qualitativa e o estudo descritivo das informações foi possível construir um levantamento de informações que serão trabalhadas por meio da análise de conteúdo

Neste contexto, Franco (2005, p.16) explica que toda “a análise de conteúdo, implica comparações contextuais. Os tipos de comparações podem ser multivariados. Mas, devem, obrigatoriamente, ser direcionados a partir da sensibilidade, da intencionalidade e da

competência teórica do pesquisador”. Guerra (2008, p. 62) complementa essa explicação ao afirmar que a análise de conteúdo “tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objecto de estudo”.

Bardin (2016) também estabelece uma organização em três etapas para que se possa construir esse tipo de análise:

Quadro 3 - Etapas para a Análise de Conteúdo conforme Bardin

Tipo	Conceituação
Pré-análise	Leitura flutuante; escolha dos documentos; formulação de hipóteses e dos objetivos; referenciação dos índices e a elaboração de indicadores; preparação do material.
Exploração do material	Codificação, decomposição ou enumeração do material analisado.
Tratamento dos resultados, inferência e interpretação	Síntese e seleção de resultados; adiantamento de interpretações dos resultados.

Fonte: Bardin (2016), organizado pelo autor (2021).

Ao atribuir essas etapas propostas por Bardin segue-se para os encaminhamentos finais da pesquisa, que serão debatidos na análise de resultados. Como delimitante para cada País optou-se por avaliar a Universidade Federal do Tocantins e a Universidade de Coimbra, duas instituições estudadas com frequência pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje), do qual o pesquisador faz parte como membro. Também justifica-se a delimitação pelas duas instituições, pelo fato do orientador deste estudo ser docente da graduação em Jornalismo/UFT e Investigador Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra (UC-Portugal). Tal fator efetiva contato próximo com as duas instituições e promove um leque maior de possibilidades de análises. Essa delimitação é necessária para que as informações levantadas sobre os PCCs das duas instituições sejam confrontadas. Como forma de realizar um procedimento adequado durante a comparação entre as diretrizes pedagógicas da UFT e da UC um modelo de análise de PPC é definido nesta parte do processo.

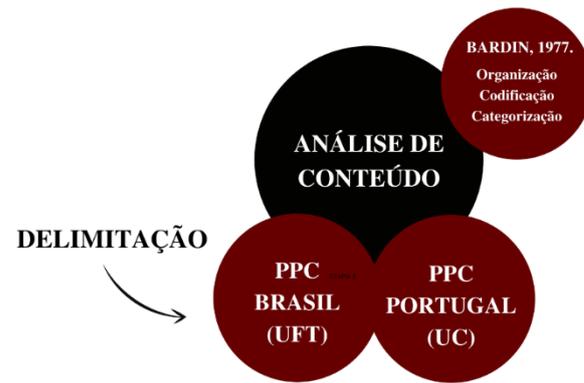
A partir desta organização seguiu-se os caminhos determinados até chegar nas considerações finais, momento em que o pesquisador teve condições teóricas para responder,

mesmo que parcialmente, ao questionamento feito no início do trabalho. Ao seguir a linha metodológica traçada nesta pesquisa também foi possível alcançar os objetivos geral e específicos, que nortearam os rumos deste estudo.

Para finalizar esta parte do trabalho o pesquisador construiu uma figura que representa todas as etapas metodológicas que serão seguidas no percurso da análise. Esse tipo de demonstração gráfica pode facilitar o entendimento do caminho a ser percorrido durante a busca por respostas, que norteia as pesquisas científicas.

Figura 2 - Percurso Metodológico





Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

PARTE II

3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM JORNALISMO NO MUNDO: HISTÓRICO

A profissionalização em jornalismo como se conhece hoje passou por um percurso histórico muito peculiar no que diz respeito ao seu crescimento e fortalecimento. Sua institucionalização enquanto processo formativo universitário tem início nos Estados Unidos da América (EUA). Entretanto, muito antes, na Alemanha Europeia, as discussões em torno da temática começavam a caminhar na academia.

Dentro desse contexto de início do pensamento acadêmico relacionado à prática jornalística, está o crescimento da imprensa e o aumento significativo na circulação de jornais. Mesmo não havendo um acordo absoluto nos estudos verificados sobre a data exata em que os informativos tornaram-se diários (SOUSA, 2004), há uma convergência de que sua veiculação no dia-a-dia foi fundamental para o início das discussões sobre o jornalismo no ambiente acadêmico. “Coube institucionalmente à Universidade de Leipzig e pessoalmente a Tobias Peucer a primazia dessa inovação cognitiva” (MELO, 2004, p. 54).

A apresentação de estudos provenientes de uma pesquisa realizada por Peucer, foi destacada por Jorge Pedro Sousa:

Quando, em 1690, o alemão Tobias Peucer, um erudito de Görlitz que tinha estudado teologia e medicina, apresentou, na Universidade de Leipzig, Alemanha, a sua tese doutoral sobre as relações e relatos de novidades, diríamos hoje sobre jornais e notícias, ou seja, sobre jornalismo, o tempo era de mudança política e social (2004, p. 32).

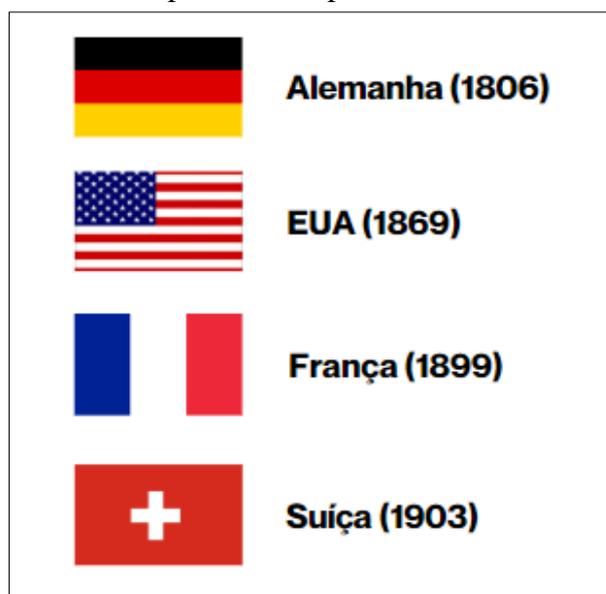
Anúnciação (2019, p. 69-79) complementa as informações sobre Peucer, ao detalhar o estudo apresentado pelo pesquisador naquela época:

O trabalho foi elaborado na Universidade de Leipzig, na Alemanha, fundada no século XV. Dividido em 29 pequenas partes (com, no máximo, três parágrafos), o texto de Peucer é considerado um marco da pesquisa em jornalismo e coloca a Alemanha como pioneira nesse processo ao qual se juntará, alguns anos depois, entre fins do século XIX e início do século XX, os pensadores Ferdinand Tönnies, Karl Bücher, Karl Marx, Max Weber e Otto Groth (em sua maioria, oriundos da sociologia).

Percebe-se que já havia um tímido interesse sobre a área no contexto universitário. Nesta época, a produção de notícias era basicamente realizada pela elite e voltada para ela. As informações jornalísticas, ainda que pioneiras naquele período, ficaram inacessíveis para muitas pessoas pela exclusividade com que o conteúdo era construído (MELO, 2004). Com a ascensão social que ocorreu por inúmeros fatores históricos, como a Revolução Industrial já no século XVIII, a demanda e o consumo de informação aumentaram de forma significativa. Neste contexto, conforme destaca Melo (2004, p. 74) “foi natural que eclodissem demandas para a capacitação de produtores noticiosos sintonizados com as novas aspirações sociais”.

Mesmo com o debate iniciado no meio acadêmico sobre temas relativos ao jornalismo, o caminho para sua inserção institucional no ambiente universitário perdurou por mais alguns anos após a apresentação de Tobias Peucer. De acordo com Melo (2004) as primeiras experiências de ensino na área ocorreram nos respectivos Países e anos:

Figura 3 - Países e anos em que ocorreram as primeiras experiências



Fonte: Produzido pelo autor com informações de Melo (2004).

Houve um crescimento significativo nos debates sobre a necessidade de uma formação específica em jornalismo. No contexto europeu, mesmo antes da formalização das experiências educacionais na França e na Suíça, o V Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Portugal (1898), é destacado como um desses locais de debates. Neste Congresso, “o francês

Albert Bataille defendia a necessidade da educação profissional e de preparo específico dos jornalistas (COSTA, 2015). Naquela ocasião, seu discurso em defesa da formação na área mostrou-se bastante progressista.

“o jornalismo converteu-se numa carreira: é preciso deixar de dizer que a nossa profissão recruta os seus adeptos entre os desenganados de todas as carreiras; para chegar ao recrutamento regular, à renovação normal do pessoal da imprensa, é preciso organizar os quadros de reserva e tornar menos penosos os anos de aprendizagem aos jovens que se sintam com vocação; e para isso é necessário que a educação geral se complete com a educação profissional”. (MARCOS, 1987: 115- 116, apud, MELO, 2004, p. 75-76).

Ao tempo em que esses diálogos ocorriam na Europa, na América do Norte as questões que envolviam o ensino de jornalismo no ambiente universitário também eram discutidas. Debates que envolviam posicionamentos favoráveis e contrários à criação de cursos na área, destacavam-se com empresários ligados ao ramo do jornalismo como debatedores. Walter Williams era um dos favoráveis à implementação em universidades. Fundador do curso na Universidade de Missouri, do qual tornou-se reitor posteriormente, foi um jornalista visionário que elaborou uma formação na área com predileções técnicas e práticas (COSTA, 2015).

Outro empresário que teve grande destaque na América do Norte no que diz respeito à defesa da formação em jornalismo foi o jornalista Joseph Pulitzer. Seus posicionamentos vanguardistas sobre esta questão fizeram com que seu nome ficasse marcado a posteriori na história do jornalismo mundial. “É a própria história de vida de Pulitzer que nos levou a olhar para ele como referência. Seu nome foi imortalizado e é lembrado anualmente na distribuição do prêmio que leva seu nome, um marco na vida jornalística e cultural dos EUA” (KOSHIYAMA, 2005, p. 4).

Joseph Pulitzer buscou nos EUA uma universidade que promovesse o ensino de jornalismo. Como benefício para essa inclusão, ele faria uma doação milionária. Inicialmente, conforme diz Melo (2004), as negociações ocorreram com a conceituada Universidade de Havard. No entanto, não houve acordo nesta questão, pois o então responsável pela instituição queria oferecer uma formação técnica e menos intelectual. O jornalista é retratado como um dos defensores da profissionalização acadêmica na área e, diferentemente de outros empresários ligados à imprensa dos EUA, manteve seu objetivo de incentivar a formação de jornalistas,

tendo fechado posteriormente essa questão com a Universidade de Columbia (KOSHIYAMA, 2005).

Em uma de suas publicações, “The College of Journalism” de 1904, Pulitzer mostrou sua preocupação com uma formação acadêmica intelectual, que promovesse uma educação progressista voltada ao jornalismo:

“Nada de ensinar tipografia ou gerência, nada de reproduzir com triviais variações o curso de uma escola comercial. Isto não é de âmbito universitário! A idéia é a de trabalhar para a comunidade, e não para o comércio, e não para o indivíduo, mas unicamente para o público. A Escola de Jornalismo deve ser, no meu conceito, uma escola não-comercial e mesmo anticomercial. Deve exaltar os princípios, o conhecimento e a cultura às expensas do negócio, se necessário. Deve construir ideais, mantendo a contabilidade no seu lugar, e fazer da alma do jornalista a alma do jornal.” (RIZZINI, 1953: 23, *apud* MELO, 2004, p. 77).

Essa visão de um profissional humanista e profissionalmente capacitado intelectualmente para a exercer a função de produtor de informações, fez com que Joseph Pulitzer ficasse conhecido mundialmente após sua morte. Um ano após, em 1912, o curso de jornalismo foi oficialmente incluído na grade acadêmica da Universidade de Columbia.

Compreender esses aspectos históricos, mesmo que brevemente, faz com se tenha uma percepção sobre o contexto da criação dos cursos de jornalismo no Brasil e em Portugal, que são o foco desta pesquisa. A seguir serão descritos os principais aspectos da história da formação institucional nestes dois Países.

3.1 A formação em Jornalismo no Brasil

O início da institucionalização do ensino em jornalismo no Brasil gera controvérsias entre alguns pesquisadores da área. Enquanto alguns definem o marco inicial da educação superior na área no ano de 1947, na Faculdade Cásper Líbero, outros relatam que o marco inicial ocorreu em 1938, na Universidade do Distrito Federal (UDF). Não obstante ao que ocorria na Europa e na América do Norte, como mostrado no capítulo anterior, que já implementava cursos

superiores de jornalismo em universidades, no Brasil a discussão sobre essa questão também tomava contornos institucionais.

Um dos pontos centrais no contexto desses debates é a criação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Conflitos internos dentro das próprias redações foram centrais para a criação da instituição:

Cria-se um antagonismo latente entre os “redatores” e os “repórteres”, figurando estes últimos com segmento subalterno, recrutado nas camadas médias da sociedade, mas carente de formação superior. Quem percebe com clareza essa contradição, identificando uma espécie de “luta de classes” no interior das redações dos jornais cariocas, é o fundador da Associação Brasileira de Imprensa, o catarinense Gustavo de Lacerda (MELO 2005, p. 79).

A ABI foi fundada em 1908 e capitaneia a defesa da profissionalização em jornalismo, reforçando a importância de uma formação na área (DINIZ, 2010). Essa defesa tinha como objetivo proporcionar educação intelectual aos repórteres da época, que eram menosprezados pelas elites, geralmente bacharéis, que compunham as chefias de redações à época (MELO, 2005). Os debates gerados sobre a importância de uma capacitação profissional na área de jornalismo foram ganhando contornos entre empresários, entidades representativas, intelectuais e dentro do próprio poder público. Tanto que no final da década de 1930, sob os olhares de representantes sindicalistas dos profissionais de jornalismo e membros do Governo de Getúlio Vargas, era instituída a primeira legislação que regulamentava a profissão (PETRARCA, 2005).

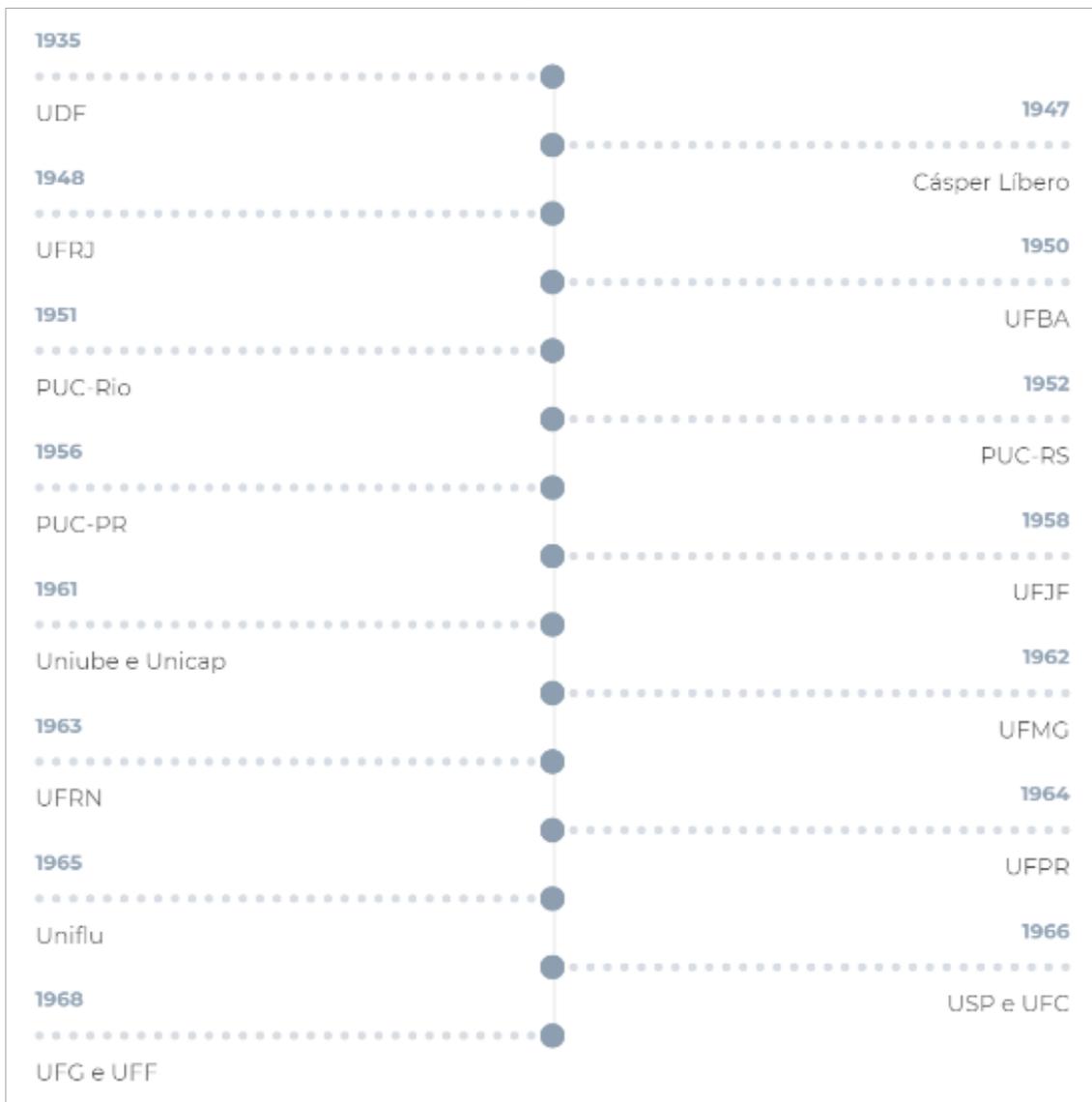
No que concerne ao meio acadêmico, a fundação da Universidade do Distrito Federal em 1935, no Rio de Janeiro, teria sido fundamental para a instalação do primeiro curso de jornalismo do País. Nesta instituição teria ocorrido, com apoio fundamental do jornalista Pedro da Costa Rego, editor do jornal Correio da Manhã, as primeiras aulas de jornalismo no Brasil (MELO, 2005; HOHLFELDT e VALLES, 2008; DINIZ 2010).

Outros pesquisadores divergem desse marco inicial na história do ensino acadêmico na área no País, ao retratarem em suas obras que a primeira faculdade a admitir um curso de jornalismo foi a “Faculdade Cásper Líbero”, em 1947, pensada pelo empresário e jornalista homônimo (FENAJ, 2002; HIME, 2005; KOSHIYAMA, 2005; LOPES, 2013). As discussões

sobre essa temática divergem no aspecto do marco inicial. Porém, nos anos subsequentes, houve um crescimento contínuo de cursos de jornalismo em universidades brasileiras.

Mesmo com uma história de ensino em jornalismo um pouco mais tardio em relação à Europa e à América do Norte, o Brasil mostrou efetivo crescimento na institucionalização do curso no ambiente acadêmico. Até em um período marcado pela ditadura civil-militar, um dos momentos mais repressivos ao trabalho da imprensa na história recente do País, houve a criação de cursos em universidades, com destaque para as públicas.

Figura 4 - Instituição dos cursos de Jornalismo no Brasil por ano e Universidade até 1968



Fonte: Lopes (2003); Melo (2004); FENAJ (2002), adaptado pelo autor (2020).

A partir desse primeiro aspecto observado sobre o crescimento do ensino em jornalismo no Brasil, pode-se perceber que até 1968 nenhum curso na área tinha sido instituído no norte do País. Logo, torna-se perceptível a necessidade de se pesquisar indicadores sobre esta temática, em especial, nas unidades federativas não pertencentes ao eixo daquelas regiões que trazem a área da comunicação sedimentada desde o século passado.

Neste contexto será analisado no tópico seguinte, com o intuito de aprofundar a análise sobre os cursos de jornalismo no Norte do Brasil, os anos de criação das graduações em cada uma das federações dessa região.

3.2 Os cursos de jornalismo nas universidades federais do Norte do Brasil

O primeiro curso de jornalismo do Norte do Brasil surgiu no ano de 1969, na Universidade Federal do Amazonas (LOPES, 2003), o que tornou a instituição a “pioneira” no ensino de jornalismo na região.

Criado em 1969, inicialmente com o nome de Curso de Jornalismo, o Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Amazonas persegue excelência nas atividades fundamentais de ensino, pesquisa e extensão. No ano de 1970 a primeira turma prestou vestibular e o curso foi iniciado, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com 30 vagas (BRASIL, 2008, p. 14).

Com carga horária total de 2.730 horas, o curso recebe por semestre 42 alunos. O profissional formando na universidade torna-se um habilitado para exercer a profissão nos mais variados meios de comunicação e em assessorias (BRASIL, 2008). De acordo com a estimativa de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Amazonas possui 3,8 milhões de habitantes, sendo que 1,7 milhão residem na Capital, Manaus, município em que o curso é ofertado pela UFAM.

Em 1976 foi a vez da UFPA instituir em seu rol de graduações, o curso de comunicação social – jornalismo, mas que só veio ser reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) em 1981 (BRASIL, 2002). A carga horária total do curso é de 2.700 horas. O ensino é ofertado na

Capital do Pará, Belém, que possui conforme dados do IBGE uma população estimada em 2020 de 1,4 milhão de habitantes.

Os cursos de jornalismo ofertados tanto na UFAM quanto na UFPA foram os únicos do Norte do Brasil a serem instituídos no período da ditadura-civil militar. Todos os demais tiveram sua instituição a partir da década de 1990. Em 1991, foi a vez do ensino em jornalismo ser estabelecido em Roraima, na UFRR. Sediado na Capital do Estado, Boa Vista, cidade que, de acordo com o IBGE, possui 419 mil habitantes.

Cinco anos mais tarde, em 1996, foi a vez da UFT instituir a graduação em comunicação social – jornalismo em sua grade. No tópico seguinte será aprofundado o início do curso neste Estado, inicialmente foi ofertado em instituição Estadual, já que o estudo sobre esta graduação será utilizado nesta pesquisa.

Em 1997 a UNIR criou o seu primeiro curso de jornalismo. Diferentemente das demais universidades federais citadas anteriormente, esta instituição oferecia a graduação em um município que não era a capital. No entanto, em 2019, o curso foi transferido do interior para a Capital, Porto Velho. Com essa transferência, todas as capitais dos Estados da região Norte do Brasil passaram a ter graduações em jornalismo em suas universidades federais.

O primeiro curso de jornalismo do norte do Brasil do século XXI foi criado pela UFAC. Um dos objetivos com a instituição da graduação foi o de resolver problemas de formação e qualificação que já existiam há alguns anos (BRASIL, 2013). Ele está sediado em Rio Branco, cidade que possui 403 mil habitantes conforme o IBGE. Neste Estado também foi ofertado de forma provisória uma graduação especial na área de forma presencial e modular na cidade de Cruzeiro do Sul, que fica na região interiorana no Estado (BRASIL, 2013).

Já em 2007 foi a vez da criação do curso de jornalismo no Estado do Amapá, por meio da Unifap. “O estado do Amapá (AP) está localizado na região norte do país, limitando-se ao sul e oeste com o estado do Pará, ao norte com a Guiana Francesa, a noroeste com a República do Suriname e a leste e nordeste com o Oceano Atlântico” (BRASIL, 2015, p. 9). Atualmente são necessárias 3.600 horas totais para um profissional sair bacharel em Jornalismo pela instituição. Neste mesmo ano também foi criado no UFAM - Instituto de Ciências Sociais, Educação e

Zootecnia (UFAM ICSEZ), no município de Parintins, a graduação na área. Esta é a única formação do Norte do Brasil que não é ofertada em uma Capital.

Por fim, o último curso na área criado na Região, em 2013, é a graduação na Unifesspa. Atualmente o curso de Jornalismo está sediado na cidade de Rondon do Pará. Entre as justificativas para a oferta do curso nesta cidade é dito que,

O curso de jornalismo, em Rondon do Pará se insere no contexto de expansão da Unifesspa e de sua estratégia de fortalecimento multicampi. O dinamismo econômico e a diversidade das relações sociocultural e política exigem cada vez mais profissionais com habilidades e competências para atuar nos processos de comunicação das organizações privadas, de gestão pública e o do terceiro setor. O papel do jornalista torna-se imprescindível para qualificar os conteúdos veiculados nos meios de comunicação existentes na região [...]. Outro elemento importante para a implantação do curso de jornalismo são as questões que envolvem conflitos sociais e violência, em uma região marcada pela contradição entre capital e trabalho e profundas desigualdades sociais. É necessário criar mecanismos de comunicação e possibilitar a formação de profissionais comprometidos com os direitos humanos e difusores da comunicação libertadora e transformadora (BRASIL, 2018, p. 8-9).

O crescimento do ensino em jornalismo na região norte ocorreu de forma tímida, quando se é delimitada essa discussão para o âmbito das universidades federais. No entanto, cabe destacar que houve um crescimento mais significativo quando se é tratada a instituição de novos cursos na área em faculdades particulares da mesma região.

A evolução na oferta do curso de Comunicação Social/Jornalismo na Região Norte foi mais acentuada a partir dos anos 2000. Entre os anos de 2004 e 2017 houve um aumento de 77% na oferta nas instituições particulares. Nas instituições federais mesmo com o Reuni e outros incentivos governamentais o curso não teve aumento significativo da oferta (SILVA, 2018, p. 74).

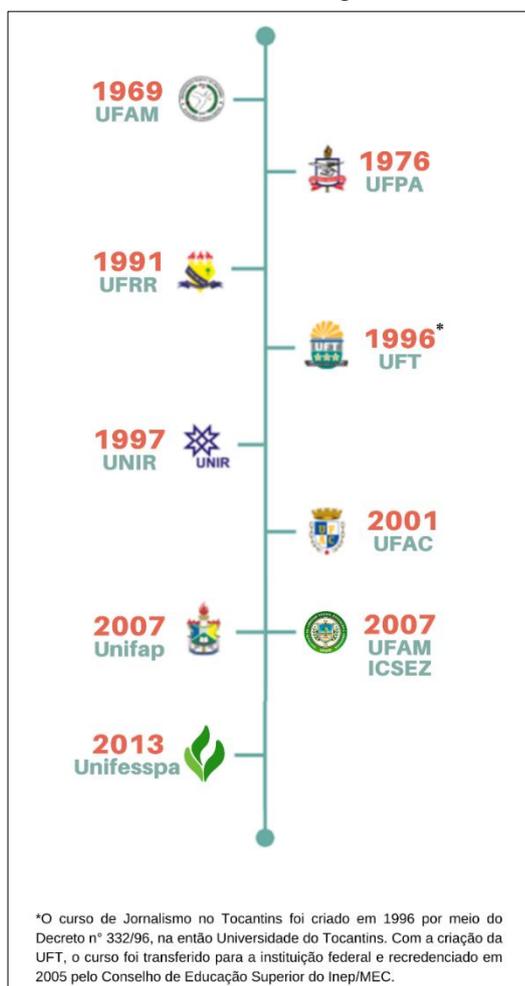
Este estudo não tem como objetivo aprofundar a discussão sobre o ensino de jornalismo em universidades particulares, já que o objetivo é realizar uma comparação entre a Região Norte do Brasil e Portugal, tendo como delimitante a Universidade Federal do Tocantins e a Universidade de Coimbra. Entretanto é importante perceber, mesmo que brevemente, essa questão sobre a formação na área de jornalismo em universidades particulares não somente na região, mas em todo o País:

No Brasil, a expansão de escolas de comunicação, na década de 60 para a década de 70, foi conduzida de forma muito particular: abriram-se as comportas para o ensino

privado, esvaziou-se de recursos o ensino público, e criaram-se faculdades como estabelecimentos comerciais para passar diploma aos novos profissionais da moda – jornalistas, publicitários, relações públicas, enfim os chamados comunicadores. Desse forno, saíram e estão saindo levas de jovens jornalistas ao mercado de trabalho que, aos poucos, foi saturando (MEDINA, 1982, p. 87).

Ao seguir no contexto do ensino de jornalismo no norte do Brasil, e ao levar em consideração apenas as universidades federais, pode-se observar que foram necessários 38 anos para que houvesse a graduação em jornalismo gratuita em todas as federações da região. Esse é o tempo que distancia a criação do curso na UFAM, em 1969, da criação do curso na Unifap, em 2007.

Figura 5 - Ano de criação dos cursos de Jornalismo nas Universidades Federais da Região Norte do Brasil



Fonte: Planos Pedagógicos de Jornalismo da UFAM; UFPA; UFRR; UFT; UNIR; UFAC, Unifap, UFAM ICSEZ e Unifesspa, adaptados pelo autor (2021).

Ao observar a evolução da criação de cursos de jornalismo em universidades federais do norte do Brasil, percebe-se a distância entre o processo de ensino na área em comparação com a região sudeste. Enquanto o primeiro curso foi pensado em 1935, na UDF (RJ), e instituído definitivamente em 1948 na UFRJ, o primeiro no Norte foi criado mais de duas décadas depois, em 1969 na UFAM. A situação é ainda pior quando se comparado os programas de pós-graduação em comunicação. O primeiro do Brasil foi instituído na década de 1970. Já o primeiro da região norte passou a integrar o Sistema Nacional de Pós-Graduação em Comunicação somente no ano 2008, na UFAM. (BRASIL, 2015).

3.3 O ensino de jornalismo na Universidade Federal do Tocantins

O desenvolvimento institucional da formação acadêmica e profissional dos jornalistas no Brasil remonta ao ano de 1969, quando por meio do decreto-lei 972/69 a atividade profissional do comunicador passou a ter critérios definidos pelo Estado, em pleno regime militar, com foco em uma educação acadêmica (OLIVEIRA, 2009). Como o foco deste trabalho, de uma forma macro, trata-se de uma comparação entre Brasil e Portugal fez-se necessária inicialmente a contextualização histórica da profissão no País latino-americano. No Brasil, por exemplo, optou-se por escolher como delimitante o curso de jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e em Portugal a Universidade de Coimbra.

Como destacado anteriormente, o ensino de jornalismo no Estado do Tocantins deu-se a partir de 1996. Inicialmente, ofertado pela Universidade do Tocantins (UNITINS), instituição de ensino superior da rede estadual, e, posteriormente sob a responsabilidade da Universidade Federal.

Mesmo antes da criação do Tocantins e da Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), outras graduações eram disponibilizadas no então norte de Goiás. Essa oferta ocorria para atender a demanda das elites e eram encontradas nos municípios de Araguaína, Gurupi e Porto Nacional (SOUZA, SILVA e LUDWI, 2018). À época, logo após a criação do Estado, havia diversas lacunas profissionais, desde a mão de obra técnica geral até profissionais com atuação específica.

Neste contexto, a Universidade do Tocantins é criada em 1990, por meio do Decreto 252. Já em outubro de 1991 ela torna-se autarquia, sendo que em 1996 a instituição passa a ser reconhecida como Fundação Universidade do Tocantins – Unitins (TOCANTINS, 2019). SOUZA, SILVA e LUDWI (2018) complementam a informação ao destacar que os primeiros Centros de Extensão/Integrados da recém-criada Unitins, com graduação em pedagogia, foram nas cidades de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis.

Posteriormente, já com a criação de Palmas, os cursos de direito, economia e comunicação foram implantados na Capital, fortalecendo este local como centro de formação acadêmico. No que concerne à profissionalização na área de comunicação social com habilitação em jornalismo, o portal institucional da UFT na internet apresenta os aspectos legais do curso:

O curso de Bacharelado em Comunicação Social foi criado pelo Decreto Estadual n.º 332 Diário Oficial do Estado do Tocantins, n.º 556, página 5080, de 18 de outubro de 1996, e pela resolução de criação: Resolução Unitins n.º 001/96, de 04 de novembro de 1996. O funcionamento foi autorizado pelo parecer n.º 076/00, publicado em Diário Oficial de 28 de agosto de 2000, n.º 965, página 20939. A primeira estrutura curricular do curso de Comunicação Social foi autorizada pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins, conforme parecer n.º 068/99 “Aprovação de grades curriculares e autorização para funcionamento do Curso de Comunicação Social”, processo n.º 1999/2700/002024, aprovado em 04 de maio de 1999. O reconhecimento do curso foi feito pelo Conselho Estadual de Educação, por meio do Parecer n.º 306/2001, aprovado em 20/09/2001 (BRASIL, 2019, *online*).

O cenário político regional passava por modificações que se viram refletir no próprio desenho curricular dos projetos pedagógicos dos cursos universitários. Tais mudanças tiveram grandes reflexos no contexto acadêmico estadual como, por exemplo, a criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Em 2000 foi sancionada a Lei n.º 10.032 que criava esta instituição. Anos mais tarde, o Governo Estadual e Federal assinaram um convênio com o objetivo de transferir os cursos de graduação da então Unitins para a nova instituição, entre eles o curso de Comunicação Social (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2019). As transformações pedagógicas e na profissionalização na área seguiram o ritmo político e ideológico da época e os projetos curriculares pedagógicos de curso, conseqüentemente, passaram por readequações.

Com a publicação da Resolução nº 05/2015 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe/UFT), a graduação em comunicação social com habilitação em jornalismo passasse a ser apenas bacharelado em jornalismo. “Preparar para o exercício da profissão jornalistas capazes de sistematizar, organizar e divulgar as informações de interesse público, atuando em diversos meios de comunicação com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética e crítica” (BRASIL, 2015) é o objetivo geral do curso de jornalismo da UFT.

Em mais de duas décadas de existência do curso, entre agosto de 1997 e dezembro de 2020, centenas de pessoas se graduaram em jornalismo pela Unitins/UFT. No entanto, a formação no curso não é indicativo de atuação profissional em jornalismo nem no estado do Tocantins ou em outras regiões brasileiras. Existe um conjunto de questões sobre as características propostas de formação profissional do curso de comunicação, desde a opção institucional para curso de jornalismo até as oportunidades vivenciadas pelos egressos nos espaços regional e nacional que apontam para outras lógicas e interesses políticos, econômicos e ideológicos. Uma dessas questões passa necessariamente pela não obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, definida em 2009, fator complicador que fez com que muitos buscassem outras áreas de atuação.

A partir desse breve apanhado histórico, buscou-se apresentar como se deu o início da formação em jornalismo no norte do Brasil, com foco especial à Universidade Federal do Tocantins, local em que está sediada uma das graduações em jornalismo no Tocantins. A partir dessa percepção inicial sobre o início do ensino em um dos locais que será analisado nesta pesquisa, torna-se pertinente realizar o mesmo percurso na outra instituição de ensino que será estudada: a Universidade de Coimbra, em Portugal.

3.4 Resolução nº 1 de 27 de setembro de 2013: Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo no Brasil

No dia 27 de setembro de 2013 foi publicado pelo Governo Federal brasileiro, por meio do Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior a Resolução nº 1, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo no Brasil.

Esta Resolução está subdividida em 18 artigos, que orientam a forma de se construir os Projetos Pedagógicos das graduações em Jornalismo no País. Eles tratam da estrutura de um PPC, seus elementos, indicações, aptidões esperadas de um profissional da área, eixos de formação, organização curricular, disciplinas, cargas horárias mínimas, estágio curricular, questões que são obrigatórias, optativas e complementares, métodos de avaliação interna e externa e o período para que cada instituição teria para se readequar a essas diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013).

Um dos principais pontos que orientam a forma de produção dos PPCs no Brasil é Art. 6º, que define seis eixos específicos, com seus respectivos objetivos, na organização curricular:

Nome do Eixo e seus objetivos
I - Eixo de fundamentação humanística: Objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de 5 interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos; as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento e o acesso aos bens culturais da humanidade, sem se descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades locais, comunitárias e da vida cotidiana
II - Eixo de fundamentação específica, cuja função é proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; manifestações públicas, industriais e comunitárias; os instrumentos de autorregulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes.
III - Eixo de fundamentação contextual, que tem por escopo embasar o conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura, em suas dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e socioculturais, o que deve incluir as rotinas de produção e os processos de recepção, bem como a regulamentação dos sistemas midiáticos, em função do mercado potencial, além dos princípios que regem as áreas conexas.
IV - Eixo de formação profissional, que objetiva fundamentar o conhecimento teórico e prático, familiarizando os estudantes com os processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística, possibilitando-lhes investigar os acontecimentos relatados pelas fontes, bem como capacitá-los a exercer a crítica e a prática redacional em língua portuguesa, de acordo com os gêneros e os formatos jornalísticos instituídos, as inovações tecnológicas, retóricas e argumentativas.
V - Eixo de aplicação processual, cujo objetivo é o de fornecer ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, de modo que possa efetuar coberturas em diferentes suportes:

jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho.

VI - Eixo de prática laboratorial, que tem por objetivo adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de informações e valores. Possui a função de integrar os demais eixos, alicerçado em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro, jornal mural, radiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros.

Fonte: DCN, 2013, p. 5

Ao descrever as formas e orientações para a confecção de um PPC é possível perceber a preocupação em organizar um padrão a ser seguido pelas instituições, em suas formas de ensino de Jornalismo no Brasil. Silva (2018); Rodrigues (2018) e Melo (2019), em seus respectivos estudos, utilizam em algum momento das suas pesquisas as referências das DCNs para confirmar as diretrizes e orientações dadas às instituições que ofertam a graduação na área. Neste contexto, compreender que existe esse documento norteador leva o pesquisador a crer que os PPCs dos cursos de Jornalismo estudados, e que serão apresentados e destrinchados a posteriori, possuem uma certa coesão e coerência entre si. É necessária essa percepção, portanto, para a sequência interpretativa desta análise, pois é partir dos Projetos Pedagógicos Curriculares dos cursos de Jornalismo das universidades federais da Região Norte, que serão baseadas as discussões e considerações propostas inicialmente nesta pesquisa.

3.5 A formação em jornalismo em Portugal

O século XX em Portugal foi marcado por inúmeros períodos que influenciaram diretamente em questões culturais, políticos e institucionais. O principal deles, conhecido por “Salazarismo” (1933-1974), foi uma época de ditadura no País Europeu. António de Oliveira Salazar era o responsável pela gestão político-administrativa e pelo regime fascista.

Ele ficou no governo durante quarenta anos consecutivos, sendo que trinta e seis na qualidade de seu chefe e de seu responsável máximo, dando-lhe forma e conteúdo, qual seja, a criação do Estado Novo, que seria derrubado pela Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974 (RAMPINELLI, 2014, p. 120).

Entretanto, mesmo que o Salazarismo seja reconhecido como um sistema que perdurou até o ano de 1974, outro governante assumiu o poder em Portugal antes da revolução. “Marcello Caetano desempenhou o cargo de Presidente do Conselho, entre 27 de setembro de 1968 e 24 de Abril de 1974” (CARVALHO, 2009, p. 28). Ele inaugurou uma época que ficou conhecida em Portugal como “marcelismo”.

No Governo de Salazar nenhuma das tentativas de avanço no que diz respeito a institucionalização do ensino de jornalismo logrou êxito e algumas posições em relação a essa questão só tiveram avanços no período marcelista (VALQUARESMA, 2018). Sabe-se que a ditadura é um período sem liberdade de imprensa ou de liberdades individuais, além de um regime extremamente repressivo. Neste sentido, compreende-se as frustrações nas tentativas de se levar para as universidades a formação crítica de pessoas que estariam a frente do processo de produção de informação.

Antes da instituição do primeiro curso de jornalismo em Portugal, muitas iniciativas para que houvesse formação na área foram buscadas, mas sem sucesso (TEIXEIRA, 2012). Entretanto, tais ações foram importantes por levantar a discussão sobre a importância de um caráter formativo para a área.

Quadro 4 - Iniciativas de instituição do ensino de jornalismo em Portugal antes de sua consolidação em 1979

Responsável	Ano	Ação realizada
Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa	1926	Primeira tentativa para criar uma escola de jornalismo
Diário da Noite	1936	Publicação de coletânea de textos intitulada “Escolas de Jornalismo”.
Sindicato Nacional de Jornalistas	1941	Projeto de um “Curso de Formação Jornalística”
Sindicato Nacional de Jornalistas	1960	Aprovação de estatutos que se referiam à criação de uma escola de jornalistas
Instituto Superior de Estudos Ultramarinos	1962	Lecionamento de curso de formação para jornalistas
Jornal Diário Popular	1966	Promoção de um Curso de Iniciação Jornalística
Sindicato Nacional de Jornalistas	1968	Organização do “I Curso de Jornalismo”
Sindicato Nacional de Jornalistas	1971	Criação da comissão que elaborou o “Projeto do Ensino de Jornalismo em Portugal”

Grupo Quina (jornais Diário Popular, Record e Radiotelevisao) ⁴	1973	Criação da Escola Superior de Meios de Comunicação Social (encerrou em 1975).
--	------	---

Fonte: Canavilhas (2009); Teixeira (2012), adaptado pelo autor (2020).

Diferentemente do Brasil, que mesmo em décadas obscuras de ditadura conseguiu ampliar o ensino de jornalismo em universidades públicas e particulares, o País europeu só veio a ter sucesso nesta questão em 1979, isto é, cinco anos depois da abertura política democrática no País.

Até o ano de “1968, Portugal era, porventura, o último país no Ocidente sem ensino do jornalismo institucionalizado” (CASCAIS, 2008, p. 02), tendo instituído o primeiro curso na área da comunicação somente no ano de 1979, na Universidade Nova de Lisboa (CANAVILHAS, 2009; PÔRTO JÚNIOR, 2012; RODRIGUES, 2018; VALQUARESMA, 2018). Após essa criação, o número de instituições que passaram a ofertar a graduação na área aumentou consideravelmente nos anos seguintes,

As primeiras licenciaturas em Comunicação Social surgiram em universidades públicas em 1979 e 1980, respectivamente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Uma década depois das primeiras licenciaturas apareciam três novas licenciaturas, todas com designação comum: Ciências da Comunicação, título que se tornaria dominante no ensino superior universitário. Uma das novas licenciaturas surge no ensino público, na Universidade da Beira Interior, em 1989, e as restantes duas no ensino particular: Universidade Autónoma de Lisboa, também em 1989, e Universidade Fernando Pessoa, do Porto, em 1990 (MESQUITA e PONTE 1997, *online*).

Como pode ser observado houve um crescimento da oferta de ensino em comunicação e jornalismo em Portugal no período posterior ao fim da ditadura. “[...] este aumento verificou-se após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia (actual União Europeia)” (GRAÇA, 2007 *apud* TEIXEIRA, 2012 p. 413). Neste contexto, os demais que surgiram tiveram o curso de Universidade Nova de Lisboa como exemplo (CANAVILHAS, 2009). Entre universidades públicas e particulares, a formação ganhou contornos específicos a depender da instituição a qual era ofertada.

⁴ Teixeira (2012) se refere a este como “Grupo Financeiro Borges e Irmãos”.

Somente em 1993, isto é, 14 anos após a criação da primeira graduação em comunicação em Portugal, o curso de licenciatura em jornalismo finalmente chegaria à Universidade de Coimbra (PEIXINHO et. al. 2016; TEIXEIRA, 2012; PORTO JÚNIOR). Este estudo versa, entre outros aspectos, sobre a comparação entre o ensino de jornalismo no norte do Brasil, com delimitante a Universidade Federal do Tocantins, e o ensino ofertado em Portugal. Neste sentido optou como delimitante o curso sediado na Universidade de Coimbra, isto é, a primeira formação em Jornalismo do País europeu. Importante ressaltar que ambas as graduações, tanto a da UFT, quanto a licenciatura em jornalismo de Coimbra, foram criadas na mesma década.

3.6 O ensino de jornalismo na Universidade de Coimbra

A formação em comunicação social propõe uma vertente ampla sobre diversos seguimentos incluídos dentro dessa área de conhecimento, como por exemplo a publicidade e propaganda, a relações públicas e o próprio jornalismo. O ensino relacionado a esta última área propõe-se, entre muitos outros aspectos, a formação de profissionais críticos, que compreendam os fundamentos necessários para a produção de uma notícia, além de atuações diversas, como assessorias.

Em Portugal, somente na década de 1990 foi instituída especificamente uma graduação na área de jornalismo.

Em 1993, sob proposta da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e por deliberação do Senado, foi criada a Licenciatura em Jornalismo na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que se iniciou regularmente, com o 1º ano lectivo, em 1993/94. A Licenciatura em Jornalismo – primeira do país a designar-se como tal - oferece como saída profissional a formação de jornalistas no domínio da imprensa escrita, radiofónica e televisiva (PORTUGAL, 2005, p. 7).

Chamada de licenciatura, a graduação em jornalismo ocorre no primeiro ciclo. Finalizado este processo é conferido ao estudante o grau de licenciado; Aos que optarem por dar continuidade nos estudos é possível acessar o mestrado, ou segundo ciclo; e, posteriormente, o doutoramento, também chamado de terceiro ciclo. Conforme o NCE/14/00331, que apresenta

o ciclo de estudos, os objetivos gerais da formação em jornalismo na Universidade de Coimbra são:

a) Fornecer conhecimentos introdutórios teóricos e práticos em jornalismo e comunicação; b) Desenvolver capacidades para a elaboração de mensagens adequadas às áreas da comunicação; c) Introduzir o desenvolvimento atual das áreas de especialização afetas ao jornalismo e à comunicação; d) Fornecer as bases do conhecimento das dinâmicas e os enquadramentos sociais, económicos, políticos, jurídicos, profissionais e deontológicos do jornalismo e da comunicação; e) Desenvolver, de modo interdisciplinar, a aquisição de competências para selecionar, interpretar e aplicar literatura apropriada relativamente a conteúdos, contexto, objetivos e qualidade de informação; f) Desenvolver a capacidade para pensar autónoma e criticamente, desempenhando tarefas e propondo soluções para a resolução de problemas no âmbito da área de formação; g) Fornecer competências para empregar metodologias de estudo próprias da área de formação; h) Permitir o acesso a ciclos de estudo posteriores. (PORTUGAL, 2014, p. 6).

A atual licenciatura em jornalismo tem enquadramento no Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de março, na redação atual; e na Portaria nº 782/2009. A formação na área na Universidade de Coimbra é considerada a primeira a ser definida legalmente em Portugal. Como pode ser observado anteriormente, muitas lutas foram travadas para que este curso fosse ofertado. Posteriormente, discussões que envolveram diversos países europeus trataram sobre formatos educacionais que viessem atender entre outros pontos, as necessidades comerciais e económicas de toda uma região. No próximo tópico deste capítulo será tratado de forma mais aprofundada sobre o “Processo de Bolonha”.

3.7 O processo de Bolonha

Interesses económicos e financeiros, em um mundo capitalista, foram desenhados e estabelecidos em vários Países, principalmente após as Revoluções Industriais. Num contexto de “Globalização” ou “Internacionalização”, situação mundial que foi sedimentada nas últimas décadas do século XX, e a partir de uma análise materialista de seu significado, mostram que os fluxos comerciais, financeiros e de interação entre pessoas foram aproximados, isto é, a distância e o tempo não impedem relacionamentos e interações diversas (MARIANO, 2007). Relacionado o objetivo de se obter mão de obra qualificada e a possibilidade de se construir um processo educacional que viesse a atender à necessidade geral de centralidade educacional de

Países Europeus, entre outras questões internas coletivas e individuais, nascia o Processo de Bolonha, numa “tentativa de aproximar as políticas ligadas ao Ensino Superior nos países europeus, procurando estabelecer uma área europeia de ensino superior” PORTO JÚNIOR; MORAES e SILVA, 2015, p. 151).

A criação desse novo processo educacional também pode é explicada em outra obra de Porto Júnior:

O Processo de Bolonha nasceu com a Declaração de Sorbonne (1998), com os encontros de ministros da educação da União Europeia e do Espaço Econômico Europeu em Bolonha, em 1999, e começou sua estruturação e sua consolidação com os encontros em Praga (2001), Berlim (2003), Bergen (2005), Londres (2007), Louvaine (2009), Budapeste e Viena (2010) e Bucareste (2012). Esses encontros representam a estruturação político-social, visando à consolidação das ações em âmbito da União Europeia, e cada um deles representa um elemento importante na constituição de um status comum europeu (PÔRTO JÚNIOR, 2017, p. 68).

A assinatura da Declaração de Bolonha à época foi realizada pelos ministros responsáveis pela formação em nível superior de 29 Países da Europa (SILVEIRA e SEVERO, 2008; LIMA, AZEVEDO e CATANI, 2008; ROCHA e VAIDERGON, 2010; PÔRTO JÚNIOR, 2017; MELO, 2019). Entre os Países que participaram dessa assinatura estava Portugal, ativamente alinhado a favor dessa reforma educacional entre os Governos, que tinham como foco final a consolidação de uma formação no Ensino Superior padrão em toda a Europa (PORTUGAL, 2021).

Além do País Português, também foram signatários do Acordo, conforme o Texto da Declaração de Bolonha (1999), a Áustria, Bélgica, República Tcheca, Bulgária, Estônia, Dinamarca, França, Finlândia, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Letônia, Itália, Luxemburgo, Lituânia, Holanda, Malta, Polônia, Noruega, Romênia, Eslovênia, República da Eslováquia, Suíça, Suécia, Espanha e Reino Unido. Até o ano de 2020 o Processo já conta com a participação de 47 países, que participam da Convenção Cultural Europeia (PORTUGAL, 2021).

Desde o início o objetivo de instituir e manter esse tratado estava relacionado à necessidade de elevar a competitividade internacional da formação superior europeia (DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 1999). Este mesmo texto é claro e evidente, entre outros

aspectos, no que diz respeito à sua intenção de promover uma espécie de mercado da profissionalização superior centrada na Europa (LIMA, AZEVEDO e CATANI, 2008).

Há inúmeras discussões e obras que tratam sobre a formação nos moldes constituídos pelo Processo de Bolonha. Por isso é importante conhecer como funciona este método educacional. Diferentemente do Brasil, a divisão da formação a partir desse tratado passou a ser dividida em ciclos.

A partir de 2005 inicia-se a adaptação dos cursos a Bolonha, e mais uma vez os cursos superiores sofrem alterações, desta vez sem distinção, entre os ensinos Universitário e Politécnico. As licenciaturas passam a chamar-se cursos de 1º ciclo e tem a duração de três anos. Em termos de pós-graduação, o 2º Ciclo (mestrado) tem a duração de dois anos, e o 3º ciclo (doutoramento) mantem os três anos de duração, podendo apenas ser ministrado por universidades (CANAVILHAS, 2009, p. 59).

Neste sentido torna-se pertinente observar a diferença de um ano entre uma graduação em Jornalismo no Brasil e em Portugal. Enquanto a Licenciatura em Comunicação e Jornalismo, por exemplo, na Universidade de Coimbra, possui duração de três anos, a graduação na mesma área na UFT só pode ser concluída em quatro. As discussões que são levantadas – e citadas anteriormente – dizem respeito, entre outros aspectos, à formação técnica e pouco teórica que pode ocorrer no 1º ciclo em Portugal. Silva (2018, p. 53) afirma que “o Processo de Bolonha sempre estará nos debates sobre reformas no ensino superior em decorrência de sua amplitude e das alterações que promoveu”.

Ainda tendo como exemplo a Licenciatura em Comunicação e Jornalismo da Universidade de Coimbra, classifica-se em três níveis: Licenciatura (1º Ciclo), grau de licenciado; Mestrado (2º Ciclo), grau de mestre; Doutoramento (3º Ciclo), grau de doutor. Também torna-se pertinente destacar que existe a possibilidade de se realizar nesta instituição o Mestrado Integrado, que engloba o os ciclo de estudos - 1º e 2º, e garante ao estudante o grau de licenciado e de mestre.

Um mecanismo que auxilia no processo de consolidação de Bolonha é o Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS):

O ECTS torna os programas de estudo inteligíveis e fáceis de comparar. Pode ser utilizado para todo o tipo de cursos e contextos de aprendizagem ao longo da vida. Serve para os estudantes, em geral, e para os estudantes de mobilidade: pode funcionar

em termos de acumulação de créditos dentro de uma instituição e de transferência de créditos entre instituições [...] O ECTS é um sistema centrado no estudante e baseado no volume de trabalho requerido ao estudante para que este alcance os objectivos de determinado programa de estudos. Estes objectivos são definidos preferencialmente em termos de resultados de aprendizagem e competências. [...] O ECTS baseia-se no princípio de que 60 créditos medem o volume total de trabalho de um estudante a tempo inteiro. Na Europa, esse volume de trabalho situa-se entre as 1500 e 1800 horas por ano e nesses casos um crédito corresponde a 25-30 horas de trabalho. Regra geral, 30 créditos equivalerão a um semestre e 20 créditos a um trimestre de estudos (PORTUGAL, 2021, *online*).

Outro instrumento utilizado dentro de formações Europeias é Suplemento ao Diploma (SD) “um documento escrito numa língua estrangeira de grande circulação onde se descreve o programa de estudos e, entre outros elementos, se certificam as chamadas competências transversais de cada aluno” (LIMA, AZEVEDO e CATANI, 2008, p. 12), o objetivo desse suplemento seria o de “promover entre os cidadãos europeus a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior (DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 1999, p. 2).

Ao perceber o contexto mercantil claramente descrito na Declaração de Bolonha é possível analisar não só a necessidade de se estabelecer formações no ensino superior técnicas e menos duradouras no 1º ciclo, para atender um mercado de trabalho Europeu, mas também o contexto econômico que envolve esse tipo de formação. Foi aberto um “mercado” de graduações que tem sido visto com bons olhos por diversas pessoas, principalmente brasileiros. Uma matéria divulgada pelo Jornal “O Globo”⁵ em agosto de 2020 mostrou que o “Brasil representa cerca de 40% dos alunos estrangeiros matriculados em Portugal. Ao fim do ano letivo, em julho, eram 25 mil (dados provisórios), um crescimento de 19% em relação a 2018/2019”, isto é, mesmo em meio a uma Pandemia ainda é crescente o número de pessoas deste País que buscam esse tipo formação fora do País.

Em contrapartida há pensamentos que destacam o Processo de Bolonha como um mecanismo de fortalecimento sólido economicamente e educacionalmente de todo um continente. Pôrto Júnior (2017, p. 91) afirma que é “uma experiência sem precedentes na região europeia, exemplo de cooperação transfronteiriça no ensino superior, que fez o mundo olhar

⁵ “Apesar da pandemia e da crise, aumentam pedidos de brasileiros para estudar em Portugal” - Gian Amato, especial para O Globo, 14/08/2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/apesar-da-pandemia-da-crise-aumentam-pedidos-de-brasileiros-para-estudar-em-portugal-24585902>>

para a Europa com interesse”. Outros não veem com bons olhos a influência europeia, galgada no Processo de Bolonha, na formação em nível superior no Brasil. Chegam a afirmar que “as universidades poderão perder seu papel social, deixarão de cumprir sua finalidade básica [...] e se renderão ao objetivo submisso da globalização, pois a educação é um dos pilares que possibilita uma inserção mais vantajosa do país no mercado mundial” ROCHA e VAIDERGON, 2010, p. 6).

O importante nestas discussões é o de fomentar os esclarecimentos sobre o Processo de Bolonha, que há mais de 20 anos vem se consolidando como uma forma de garantir educação superior à população europeia e aos estrangeiros. Não entrando no mérito neste momento sobre benefícios ou maléficis desta forma de ensino, será possível estabelecer uma comparação um pouco mais aprofundada sobre a formação em Jornalismo na Universidade de Coimbra e a graduação em Jornalismo da UFT, após a avaliação dos respectivos Projetos Pedagógicos Curriculares de cada um dos cursos. Essa análise poderá ser conferida nos capítulos posteriores dessa Dissertação.

PARTE III

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES

4.1 Os Projetos Pedagógicos dos cursos de Jornalismo das federais do Norte do Brasil

Para uma melhor compreensão das informações disponibilizadas nos Projetos Pedagógicos Curriculares das graduações em Jornalismo ofertadas pelas universidades federais da Região Norte do Brasil, torna-se necessário nesta parte da pesquisa aplicar os procedimentos metodológicos já explicados anteriormente. Conforme Cellard (2012) existem cinco dimensões da análise documental para definir se um documento está apto a ser analisado dentro de uma pesquisa: o contexto; autor ou autores; confiabilidade do texto; natureza do texto; os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Seguindo inicialmente a linha estabelecida pelo autor foi trabalhado individualmente cada um dos nove PPCs, a partir dessas cinco etapas. O objetivo nesta parte é o de estabelecer a confiabilidade das informações que serão trabalhadas no decorrer da análise. É necessário ressaltar que a análise dos cursos da UFAC, UNIFAP, UFAM, UFAM-ICSEZ, UFPA, Unifesspa, UNIR e UFRR será realizada de forma generalizada para que se possa compreender a forma pedagógica de ensino de Jornalismo nas universidades federais do Norte do Brasil. A partir dessa construção será possível contribuir com estudos que envolvam a formação na área, como também observar similaridades e diferenças entre os respectivos PPCs.

A análise do PPC do curso de Jornalismo da UFT será mais aprofundada, assim como o da Licenciatura em Comunicação e Jornalismo da UC. O objetivo é o de obter informações mais detalhadas sobre essas duas formações para que se possa realizar uma análise crítica-comparativa que venha a responder ao questionamento norteador da pesquisa, assim como alcançar os objetivos geral e específicos estabelecidos pelo pesquisador. Em ordem alfabética das siglas, serão apresentadas a seguir os PPCs dos cursos de Jornalismo ofertados nas Universidades Federais do Norte do Brasil.

4.1.1 O PPC da UFAC

O Projeto Pedagógico Curricular da UFAC em vigência é do ano de 2013 e foi construído na cidade de Rio Branco, Capital do Estado do Acre. Neste primeiro momento, e seguindo as cinco dimensões propostas por Cellard (2012) avalia-se inicialmente o contexto em que o referido PPC foi regulamentado. À época o curso comemorava 12 anos desde que a primeira turma de Jornalismo ingressou na graduação. Este projeto é o segundo do curso e considerou, entre outros aspectos, “as mudanças nos cenários e práticas ligados ao campo da comunicação e informação durante este período, nos contextos local, regional, nacional e mundial” (BRASIL, 2013, p. 2).

Anteriormente chamado de “Comunicação Social – Jornalismo”, o curso se adequou à Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação na área e, na atualidade, é reconhecido como Bacharelado em Jornalismo. Compreender essa mudança é importante, pois ela se repetirá nos demais PPCs analisados, já que a alteração do nome da graduação foi constante após as determinações dispostas nas DCNs. Pereira e Adghirni (2011) citam o sociólogo Erik Neveu (2001) nesta questão ao afirmar que as mudanças no perfil dos profissionais aproximaram os jornalistas de uma área mais ampla da comunicação e, conseqüentemente, os afastou das especificidades do próprio Jornalismo. Neste sentido, a própria profissão estaria sendo adaptada para uma lógica prioritariamente mercadológica.

Com o estabelecimento das DCNs é possível observar uma busca pela aproximação dos profissionais para a base educacional da formação prioritária em Jornalismo. Neste sentido a UFAC também acompanhou essas mudanças. Guba e Lincoln (1981) *apud* Lüdke e André (1986) afirmam que há vantagens na complexidade de se analisar documentos, pois são locais que possuem uma infinidade de informações e que seus respectivos contextos devem ser observados com cautela. Neste sentido é importante destacar os sentidos impregnados para que fosse ofertada uma formação em Jornalismo na UFAC:

O curso de Bacharelado em Jornalismo tem o objetivo de formar profissionais e pesquisadores para atuação crítica sobre fatos e processos socioeconômicos e culturais da região amazônica. Visa fomentar levantamento de dados, produção de informação, análises e interpretação de problemas da realidade social e, desta forma, contribuir com a qualidade de execução das políticas públicas e divulgação das manifestações da sociedade e dos atos do poder público. O curso visa formar profissionais capazes

de atuar no mercado de trabalho de modo criativo, competente e crítico. Para isto, busca dar uma visão abrangente sobre questões culturais e sócio econômicas da região amazônica e do Brasil, além de proporcionar formação técnica específica. Busca incentivar a produção do conhecimento e da informação de forma a defender os interesses econômicos, sociais e culturais da sociedade regional e considerar suas peculiaridades na formulação de políticas públicas (BRASIL, 2013, p. 10).

Observa-se que a proposta de formação do profissional Jornalista pela UFAC objetiva lançar no mercado de trabalho um profissional que tenha consciência social da sua profissão, como também capacidade técnica para realizar um trabalho de qualidade. Neste sentido, entende-se que o contexto de produção do referido PPC foi o de se adequar às normas pedagógicas nacionais para a formação em Jornalismo na referida instituição federal.

A segunda dimensão estabelecida por Cellard (2012) é que a define o autor ou autores do documento analisado. O respectivo documento analisado não deixa claro de início o responsável ou responsáveis pela produção do PPC. Somente na página 83 é que é citado o chamado “Núcleo Docente Estruturante”, formado por seis professores, responsável por coordenar o Projeto Pedagógico do curso de Jornalismo na UFAC. Não há menção em nenhuma parte do documento sobre a participação de acadêmicos no processo de produção do PPC.

A terceira dimensão proposta por Cellard (2012) é a da confiabilidade do texto. Conforme demonstrado no capítulo da metodologia deste trabalho o pedido de solicitação do documento a ser analisado foi realizado por meio do Sistema de Informação ao Cidadão (e-Sic), via Lei de Acesso a Informação, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 5 - Solicitação do PPC de Jornalismo da UFAC via e-Sic

Protocolo	Instituição	Data da solicitação	Data da Resposta
23546.043207/2021-40	UFAC – Fundação Universidade Federal do Acre	29/06/2021	12/07/2021

Fonte: UFAC, elaborado pelo autor, 2021.

Desta maneira compreende-se que um documento encaminhado por uma Universidade Federal brasileira ao pesquisador é considerado confiável para a realização de sua respectiva análise documental. Neste contexto não há o que se discutir sobre a confiabilidade do documento estudado.

A quarta dimensão estabelecida por Cellard (2012) é a natureza do texto. É importante destacar neste ponto sobre quais aspectos foram escritas as diretrizes pedagógicas disponíveis no respectivo PPC. Todos os professores que são responsáveis pela condução do projeto pedagógico do curso são efetivos e possuem dedicação exclusiva com a UFAC. Neste sentido não é perceptível pela análise do documento, nenhuma interferência que possa ter sido incluída ou excluída por interesses escusos. No entanto é importante ressaltar a não participação discente na produção do conteúdo pedagógico estabelecido, o que viria a contemplar somente uma parte interessada na formação em Jornalismo da instituição.

A quinta e última dimensão proposta por Cellard (2012) está relacionada aos conceitos chave ou a lógica interna do texto. Neste ponto é perceptível ao analisar o PPC do curso de Jornalismo da UFAC, como há uma coerência metodológica em sua construção e as divisões e subdivisões estabelecidas para dar sentido ao conteúdo.

O documento está dividido em 18 partes: Apresentação; Perfil do Curso; Justificativa para a reformulação do curso; Dados de identificação do curso; Perfil do egresso; Competências e Habilidades; Estrutura curricular; Trabalho de conclusão de curso; Estágio curricular supervisionado; Atividades complementares; Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem; Sistema de avaliação do curso; Quadro de docentes; Núcleo docente estruturante; Infraestrutura para o funcionamento do curso; Metodologia adotada para a consecução da proposta; Legislação básica; e Referências.

O PPC do Curso de Jornalismo da UFAC também está adaptado ao disposto nas DCNs na forma de divisão dos seus eixos de formação, que estão organizados nas seis partes estabelecidas: Eixo de fundamentação humanística; Eixo de fundamentação específica; Eixo de fundamentação contextual; Eixo de formação profissional; Eixo de aplicação processual; Eixo de prática laboratorial. Neste sentido, observa-se que o referido documento atende ao estabelecido pelas DCNs que, em Art. 17, diz que “As Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas nesta Resolução deverão ser implantadas pelas instituições de educação superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de 2 (dois) anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta” (BRASIL, 2013, p. 8).

Essa observação é importante, pois mesmo oito anos depois da publicação das DCNs será observado que alguns PPCs ainda não atualizaram suas Diretrizes Pedagógicas conforme

a Resolução nº 1 de 27 de Setembro de 2013. Um desses exemplos é o da UFAM, que ainda é datado de 2008, cinco anos antes da publicação das novas DCNs.

Quadro 6 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da UFAC

Nome do Curso	Graduação em Jornalismo
Atos legais de autorização, criação, renovação ou de reconhecimento	Resolução Reitoria nº 30, de 24 de Outubro de 2000 Resolução Reitoria nº 01, de 22 de março de 2007 Portaria SESU/MEC 608, de 28 de junho de 2007
Título Acadêmico conferido	Bacharel em Jornalismo
Modalidade de ensino	Presencial
Tempo de duração mínimo	4 anos
Carga horária mínima	3000
Turno de funcionamento	Noturno

Fonte: Brasil (2013), elaborado pelo autor (2021).

De maneira geral o PPC do curso da UFAC mostrou uma organização entre as informações sobre o processo de ensino de Jornalismo a ser repassado aos acadêmicos, assim como o que se espera de um profissional formado pela instituição. Análise do documento, composto por 115 páginas desde a capa até a última informação anexa, não abre margens para saber se mudanças posteriores ocorrerão no processo pedagógico da graduação. A partir do que foi analisado percebeu-se uma gama de informações organizadas de forma sistemática e com uma linha metodológica clara. Porém, ficou evidente a não participação de discentes na construção do PPC, já que em nenhum momento isso é citado no documento encaminhado ao pesquisador pela UFAC.

4.1.2 O PPC da UNIFAP

O curso de jornalismo da UNIFAP tem o Projeto Pedagógico de Curso em vigência datado de setembro de 2015, um pouco mais recente do que o da UFAC, tendo sido construído na cidade de Macapá, capital do Amapá. Ainda seguindo as dimensões propostas por Cellard (2012) para a análise do documento, avalia-se inicialmente o contexto de regulamentação do PPC em questão. O documento, sendo uma revisão da versão anterior, datada de 2010, foi reformulado e reestruturado para atender às novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de

Bacharelado em Jornalismo (a saber, Resolução CNE/CES 1/2013, publicada em 1º de outubro de 2013); além da mudança de nome do único curso público de Jornalismo do Amapá, passando de curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo para “Bacharelado em Jornalismo”, o PPC do curso também teve mudanças nas concepções acerca da área, primando por uma formação mais humanística e interdisciplinar, além de buscar a constituição de um curso que,

considera os desafios éticos, técnicos e estéticos do profissional no contexto das tecnologias e das reconfigurações dos processos de produção, circulação e recepção de informação, com destaque para as especificidades de organização, funcionamento e práticas profissionais locais (região Norte e estado do Amapá, particularmente). (BRASIL, 2015, p. 7)

Esta reformulada visão sobre o curso preconiza também uma condução mais voltada para as questões mercadológicas, uma vez que é mais focada nas especificidades profissionais do jornalismo em si e de seus conhecimentos de área. O documento ainda aponta para uma formação de profissionais de forma “empreendedora e criativa no contexto de formação” (BRASIL, 2015, p. 7), o que também demonstra a preocupação com a atuação do profissional no mercado de trabalho, visto as condições atuais do trabalho do jornalista em seu campo de atuação.

Na segunda dimensão proposta por Cellard (2012), busca-se por informações relativas à autoria do documento em análise. Na página 4 são mencionados os componentes atuantes da organização do documento chamados de Membros do Núcleo Docente Estruturante Ano 2014; o grupo é composto por três professores e três professoras do curso da UNIFAP, e suas atribuições são descritas brevemente mais à frente, na página 42, na sessão referente ao Núcleo Docente Estruturante, constando no documento como sistematizadores do PPC. Ainda na página 4 são mencionados mais 6 docentes do curso que, junto ao Núcleo Docente Estruturante, compõem os Membros do Grupo de Trabalho. A contribuição destes é mencionada na apresentação do PPC da seguinte forma:

O processo incluiu três grupos de trabalhos voltados a pensar o ensino de jornalismo, a pesquisa em jornalismo e o cenário contemporâneo e local envolvendo a profissão. Cada grupo de trabalho foi formado por professores do colegiado que elaboraram discussões e propostas prévias para discussão e aprovação do colegiado. (BRASIL, 2015, p. 8)

Assim, percebe-se uma reunião de docentes do curso para a reformulação do PPC. Não é mencionada a participação de acadêmicos no processo.

A terceira dimensão que deve ser considerada, de acordo com Cellard (2012), é a de confiabilidade do documento. Neste sentido, assim como na análise do documento anterior, o pedido de solicitação do Projeto Pedagógico De Curso foi realizado por meio do Sistema de Informação ao Cidadão (e-Sic), via Lei de Acesso à Informação, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 7 - Solicitação do PPC de Jornalismo da UNIFAP via e-Sic

Protocolo	Instituição	Data da solicitação	Data da Resposta
23546.043213/2021-05	UNIFAP – Fundação Universidade Federal do Amapá	22/06/2021	12/07/2021

Fonte: UNIFAP, Elaborado pelo autor, 2021.

Sendo o documento encaminhado por uma Universidade Federal brasileira mediante solicitação regulamentada pelo e-Sic ao pesquisador, é considerado confiável para a realização da análise documental. Assim, não há o que se discutir sobre a confiabilidade do documento estudado.

A quarta dimensão proposta por Cellard (2012) diz respeito à natureza do texto. Aqui, é necessário destacar quais aspectos nortearam a escrita dos direcionamentos pedagógicos presentes no PPC. Considerando que são todos os autores e autoras membros efetivos do corpo docente da UNIFAP, e devido à justificativa apresentada na introdução do documento, é visível que se trata de um documento de natureza regulamentadora do curso, adequando sua estrutura às novas diretrizes para o curso em questão. Ademais, não é possível perceber nenhuma interferência de inclusão ou exclusão por motivos outros. Ainda, como anteriormente, é importante destacar a falta de participação do corpo discente na produção do documento pedagógico, fato que pode levar à compreensão de que o documento considera em grande parte apenas a visão docente do processo de ensino-aprendizagem para o direcionamento pedagógico do curso.

A quinta dimensão de Cellard (2012) fala sobre os conceitos chave ou lógica interna do texto. Nesse sentido, é interessante perceber como o PPC da UNIFAP é congruente e

metodologicamente coeso no cumprimento dos objetivos a que se propõe, mantendo-se fiel aos pressupostos apresentados na introdução.

O documento é dividido em 12 seções: Introdução, Instituição, Contexto Regional (com subseção O campo profissional no estado do Amapá), Organização Didático-Pedagógica (subdividida em Objetivos, Perfil do curso e Perfil do egresso), Estrutura Curricular (subdividida em Formação e eixos do curso), Marcos Conceituais (subdividida em Marco Teórico-epistemológico sobre o campo do Jornalismo, Fundamentos conceituais sobre o ensino de jornalismo, Avaliação, Disciplinas Optativas, ENADE, Disciplinas das Políticas Nacionais, Atendimento ao Discente e Ementário Geral das disciplinas obrigatórias e optativas), Corpo Docente (subdividido em Linhas de Pesquisa e Colegiado), Política de Extensão e Pesquisa (com subseção Ensino, pesquisa, extensão e a perspectiva interdisciplinar), Plano Estratégico para o Curso, Infraestrutura, Bibliografia e Anexos.

O PCC da UNIFAP também demonstra adaptação às DCNs, dividindo sua estrutura curricular pelos seis eixos formativos preconizados pelas diretrizes (fundamentos da humanística, da especificidade do jornalismo, do contexto da área, da formação profissional, da aplicação processual e da prática laboratorial) e detalhando as competências de cada eixo, assim como a carga horária por eixo. Tendo em vista o prazo de dois anos dado a partir da publicação das novas diretrizes (em 2013), nota-se que o PCC da UNIFAP foi atualizado e regulamentado em tempo hábil e dentro do prazo estipulado.

Quadro 8 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da UNIFAP

Nome do Curso	Bacharelado em Jornalismo
Atos legais de autorização, criação, renovação ou de reconhecimento	Resolução Consu 021/2007 REUNI Resolução 019/2011, de 11/11/11 Resolução CONSU/UNIFAP 030/2015
Título Acadêmico conferido	Bacharel em Jornalismo
Modalidade de ensino	Presencial
Tempo de duração mínimo	8 semestres
Carga horária mínima	3.600 horas
Turno de funcionamento	Noturno

Fonte: Brasil (2015) organizado pelo autor (2021)

Por fim, de modo abrangente, o PPC da UNIFAP demonstra grande coesão teórico-metodológica e apresenta de maneira satisfatória os conceitos e linhas pedagógicas que o curso

deve seguir. Há um detalhamento a respeito dos eixos de formação, assim como sobre as disciplinas e a filosofia do curso. Também apresenta de maneira clara e coesa o perfil de profissional em Jornalismo que o curso pretende formar, deixando evidente a preocupação com uma formação humanística e interdisciplinar, mas também empreendedora e voltada para o mercado. A descrição e normatização do Núcleo Docente Estruturante deixa a entender que o PPC etará constantemente passando por avaliações e atualizações quando necessário. Dessa forma, o documento, que totaliza 93 páginas, mostra sua preocupação com o avanço e atualização do curso, mesmo que não tenha sido mencionada em nenhum momento a participação do corpo discente nesse processo.

4.1.3 O PPC da UFAM

O PPC de jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em vigência, intitulado “Projeto Político-Pedagógico - Curso de Jornalismo”, data de 2008 e foi construído na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. A data do documento já demonstra que este PPC é anterior às novas diretrizes nacionais para os cursos de jornalismo, o que pode significar que o documento apresente algumas inadequações quanto às previsões da Resolução CNE/CES 1/2013, publicada em 1º de outubro de 2013.

Seguindo a análise de acordo com as cinco dimensões propostas por Cellard (2012), inicia-se pela primeira dimensão, referente ao contexto de regulamentação do documento. Na apresentação, o PPC traz a necessidade de atualização, visto que a estrutura curricular anterior data de 1984. Estando em estudos e avaliação desde 1995, apenas em 2005 (dez anos depois) iniciam-se discussões para implantação factual de uma nova estrutura curricular. O debate, iniciado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Ciência da Comunicação, Informação, Design e Artes (Interfaces) em acordo com a Chefia do Departamento e Coordenação de Curso durante o período de greve dos professores e técnicos-administrativos, ainda sofreu esvaziamentos durante seu processo. No entanto, a necessidade de atualização do curso se fez maior. De acordo com o documento,

apresentar uma estrutura administrativa moderna e ágil, capaz de servir como suporte para o novo currículo de Jornalismo, cuja base é a flexibilidade. Essa flexibilidade não apenas é uma tentativa de adaptar o currículo aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da área, mas, principalmente, preparar os (as) estudantes de jornalismo para um mercado cada vez mais competitivo. (BRASIL, 2008, p. 5)

Assim, percebe-se um interesse do PPC em adaptar-se tanto às normativas educacionais para o curso de graduação à época quanto às atualidades do mercado de trabalho do jornalismo, visando a uma modernização do perfil profissional que a universidade forma. O texto ainda fala sobre a necessidade de mudanças na área didático-pedagógica, reestruturando o curso em módulos, e também prevê alterações na estrutura administrativa do Departamento de Comunicação Social (DECOM) para melhor atender às demandas dos cursos de Jornalismo e Relações Públicas.

Na segunda dimensão de Cellard (2012), deve-se avaliar a autoria do documento e informações relativas às pessoas que o escreveram. Logo na segunda página, há um parágrafo falando sobre a Comissão de Elaboração do PPC, em que diz que o projeto foi “elaborado pelo professor Dr. Gilson Vieira Monteiro com a colaboração de todos os professores, administrativos, alunos e membros da comunidade que participaram das discussões que antecederam a formatação deste Projeto Político Pedagógico.” (BRASIL, 2008 p. 2). Neste ponto percebe-se algo diferente dos outros PPCs analisados até agora: a participação de membros do corpo discente e da comunidade, além de administrativos e de *todos* os professores. Mais à frente, a natureza deste debate é melhor desenvolvida, citando também as entidades internas organizadoras do documento:

o que se discutiu inicialmente serviu de base para a elaboração de uma nova proposta de estrutura curricular levada a cabo pela nova Coordenação de Curso, com apoio do Centro Acadêmico de Comunicação Social e da Chefia do Departamento. No início as discussões contaram com a participação de professores, técnicos, alunos e representantes da sociedade organizada. Concluiu-se que, além da mudança didático-pedagógica, o curso deveria modificar a estrutura administrativa com a finalidade de sustentar as mudanças pedagógicas advindas da nova estrutura curricular. (BRASIL, 2008, p. 4)

Nesse sentido, é louvável a diversidade de setores presentes no debate para a construção do documento, uma vez que são ativos e participantes na realização do curso como um todo. Seguindo para a terceira dimensão de Cellard (2012), relativa à confiabilidade do documento, têm-se que, assim como os PPCs anteriores, o documento analisado chegou ao pesquisador por

meio de solicitação feita no Sistema de Informação ao Cidadão (e-Sic), via Lei de Acesso à Informação, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 9 - Solicitação do PPC de Jornalismo da UFAM via e-Sic

Protocolo	Instituição	Data da solicitação	Data da resposta
23546.043209/2021-39	UFAM – Fundação Universidade do Amazonas	22/06/2021	12/07/2021

Fonte: UFAM, elaborado pelo autor, 2021.

O documento, tendo sido enviado por uma Universidade Federal brasileira mediante solicitação regulamentada pelo e-Sic ao pesquisador, é considerado confiável para a realização da presente análise. Assim, o quesito de confiabilidade do documento está de acordo com o previsto.

A quarta dimensão proposta por Cellard (2012) diz respeito à natureza do documento. Como dito anteriormente, o documento busca adequar-se aos parâmetros curriculares da época, renovar seus conceitos, uma vez que o documento anterior é demasiadamente antigo, e trazer uma nova visão sobre o perfil profissional que pretende formar. Dessa forma, o documento de natureza regulatória do curso cumpre seus objetivos e não é possível perceber interferências internas ou externas que tenham interesses escusos. A participação do corpo discente e de membros da comunidade e da sociedade civil também garante de forma mais adequada a idoneidade da produção do documento.

Na quinta dimensão apontada por Cellard (2012), deve-se ter como foco os conceitos chave e a lógica interna do documento. Neste ponto percebe-se que o documento tem organização simples, objetiva, mas que caracteriza bem as alterações e renovações, tanto na estrutura curricular quanto na prática pedagógica.

O documento é dividido em cinco partes principais: Apresentação, Marco Referencial, Infra-estrutura(sic) existente e necessária, Corpo docente e técnico-administrativo e Anexos. O tópico Marco Referencial é subdividido em Caracterização do Curso, Estrutura e Funcionamento do Curso, Matriz Curricular, Concepção Metodológica e Princípios Norteadores da Avaliação de Aprendizagem.

Quadro 10 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da UFAM

Nome do Curso	Curso de Jornalismo
Atos legais de autorização, criação, renovação ou de reconhecimento	***
Título Acadêmico conferido	Jornalista
Modalidade de ensino	Presencial
Tempo de duração mínimo	4 anos
Carga horária mínima	2.880
Turno de funcionamento	Noturno

Fonte: Brasil (2008), elaborado pelo autor (2021).

O documento organiza o curso de Jornalismo da UFAM de maneira modular. Assim, a matriz curricular é dividida nos módulos Leitura e produção de textos I, com 360 horas-aula, Leitura e produção de textos II, também com 360 horas-aula, Audiovisual, com 330 horas-aula, Assessoria de Imprensa, com 300 horas-aula, Jornal, com 300 horas-aula, Rádio, com 300 horas-aula, Televisão, com 300 horas-aula e TCC, com 270 horas. O módulo de TCC é composto apenas pelo Trabalho de Conclusão de Curso, que, além de monografia, “também poderá ser apenas um Projeto Experimental em Jornalismo, este último um produto jornalístico, que deverá ser inovador, e que não necessariamente será apresentado acompanhado da monografia tradicional” (BRASIL, 2008, p. 18), como diz o documento. Ainda é exigida uma carga horária mínima de 180 horas de componentes curriculares optativos, que não são oferecidos pelo curso de Jornalismo, mas que podem ser realizados,

em qualquer curso de Graduação da Universidade Federal do Amazonas ou de quaisquer outras universidades com cursos de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação, desde que a matrícula nos componentes curriculares optativos tenham o aval de um professor do curso (tutor). (BRASIL, 2008, p. 25)

Não há, no documento, informações reunidas e organizadas a respeito da identificação do curso além das cargas horárias mencionadas. O PPC da UFAM, contando com 65 páginas no total, adequa sua estrutura curricular ao Parecer CES 492/2001, e, apesar de simples e ainda não devidamente estruturado de acordo com as novas DCNs, cumpre seus objetivos de atualização, principalmente no que concerne ao perfil profissional pretendido e à visão de mercado que pretende dar aos seus egressos. A participação do corpo discente, técnicos-administrativos e comunidade em geral também são um diferencial do documento. No entanto, devido às novas normativas e diretrizes para os cursos de Jornalismo, precisa de reestruturação, a fim de adequar melhor sua organização.

4.1.4 O PPC da UFAM ICSEZ

O Projeto Pedagógico de Curso para Jornalismo da UFAM-ICSEZ foi regulamentado no ano de 2010, sendo construído na cidade de Parintins, estado do Amazonas. Assim como o anterior, este PPC data de um ano anterior às novas diretrizes.

Avaliando o documento de acordo com a teoria de Cellard (2012), começando pela primeira dimensão proposta pelo autor, é preciso observar o contexto de construção do documento. Para isso, neste caso em específico, é preciso lançar um olhar para o histórico da própria unidade acadêmica. O Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) é componente da Unidade Permanente de Parintins - Baixo Amazonas (UFAM). A instalação deste Campus Universitário se deu em 1970, por um esforço da Fundação Projeto Rondon em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), passando, em 1989 a exercer atividades enquanto UFAM e apenas em 2005 foi consolidada enquanto Unidade Permanente. Nesse ínterim, como Unidade que passou por todos estes processos até sua estabilização, o curso de Jornalismo do ICSEZ é relativamente novo e, à data da construção desse documento, ainda estava em fase de implantação.

A implantação do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo surgiu a partir das demandas levantadas em estudos sobre a oferta de condições no processo de formação de profissionais na área de Jornalismo, por meio de audiências públicas realizadas com a participação de autoridades locais, de representantes da sociedade civil organizada e de municípios. (BRASIL, 2010, p. 10)

Pode-se perceber, desde o princípio, uma participação de todos os setores interessados no curso, o que também é presente na construção do PPC. Ainda denominado “Comunicação Social com habilitação em Jornalismo”, o curso teve sua primeira turma ingressante no vestibular de 2007. O documento em análise é resultado de reuniões de discussão realizados em 2008 e 2009, em especial no segundo semestre de 2009, quando os docentes passaram a ser efetivamente concursados e contribuir com a proposta de matriz curricular. A partir dessa proposta, o documento foi construído metodologicamente por um conjunto de setores acadêmicos:

Dois fóruns para discussão da matriz foram realizados envolvendo a sociedade civil organizada, o corpo administrativo e o corpo discente; estes dois últimos mantiveram dois representantes permanentes nas reuniões colegiadas de discussão deste projeto. Os discentes integraram voluntariamente um grupo de discussão composto ainda por professores e técnicos administrativos para análise e reflexão sobre a matriz curricular e as diretrizes do curso. Todas as decisões foram então, numa segunda fase, levadas ao conhecimento do Colegiado do curso. (BRASIL, 2010, p. 8-9)

Nesse sentido, é possível ver como o documento reforça a coletividade na construção do PPC, o que é consideravelmente interessante vistos os propósitos do mesmo. A segunda dimensão de Cellard (2012) é relativa aos autores do documento. Na página 4 do PPC é apresentada uma lista de nomes da Comissão responsável pela elaboração do Projeto, sendo três professores, três professoras e três nomes sem identificação, não ficando claro se fazem parte do corpo discente ou técnico-administrativo. Ainda são mencionadas duas componentes do Departamento de Apoio ao Ensino como Orientação e Acompanhamento Pedagógico. Assim, percebe-se que não apenas os professores do curso foram participantes da construção do projeto, mas também outros setores.

A terceira dimensão proposta por Cellard (2012) é relativa à confiabilidade do documento. Da mesma forma como os PPCs anteriores, o documento do ICSEZ chegou ao pesquisador por meio de solicitação feita pelo Sistema de Informação ao Cidadão (e-Sic), via Lei de Acesso à Informação, conforme é possível verificar no quadro abaixo.

Quadro 11 - Solicitação do PPC de Jornalismo do ICSEZ (UFAM) via e-Sic

Protocolo	Instituição	Data da solicitação	Data da resposta
23546.061360/2021-59	UFAM – Fundação Universidade do Amazonas - Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia	13/09/2021	04/10/2021

Fonte: UFAM ICSEZ, elaborado pelo autor, 2021.

O documento, enviado por uma Universidade Federal brasileira mediante solicitação regulamentada pelo e-Sic ao pesquisador, é confiável para a realização da análise documental. Assim, não há o que se questionar quanto à confiabilidade do documento.

A quarta dimensão que Cellard (2012) propõe é a respeito da natureza do documento analisado. Por ter sido regulamentado enquanto ainda em fase de implantação do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, o PPC configura-se como um documento

de natureza regulatória e normatizadora das atividades do curso. Ainda, por ter sido construído por professores concursados efetivos da UFAM, em um trabalho coletivo com discentes, técnicos-administrativos e sociedade, não são encontrados no documento motivos alheios que possam ter interferido na produção deste.

Com relação à quinta dimensão de Cellard (2012), que diz respeito aos conceitos chave e a lógica interna do documento, pode-se sublinhar alguns pontos. Primeiramente, ressalta-se o processo de debate e estudos que contribuíram para a elaboração do PPC, trabalho contínuo e colaborativo a fim de trazer uma concepção moderna e atual sobre a atuação do jornalista. De acordo com o texto presente na Apresentação, o documento:

foi concebido e elaborado a partir da compilação do conjunto de leituras críticas de documentos e informações sobre as mudanças das diretrizes que norteiam os princípios teóricos e metodológicos da prática jornalística e da reflexão sobre a formação e as atividades do jornalista, considerando o seu relevante papel social, referenciado na realidade da região amazônica e nas especificidades locais, sem perder de vista a conjuntura contemporânea. (BRASIL, 2010, p. 10)

O PCC é organizado sumariamente em 7 partes: Apresentação, Marco Referencial (subdividido em Caracterização do Curso, Estrutura e funcionamento do curso, Matriz Curricular, Ementas, Objetivos Gerais e Referências das Disciplinas, Concepção Metodológica e Princípios norteadores da Avaliação de Aprendizagem), Infraestrutura (subdividido em Laboratório de Jornalismo Impresso e Fotojornalismo, Laboratório de Videodifusão, Laboratório de Rádio e Laboratório de Jornalismo Impresso e Fotojornalismo), Corpo Docente do ICSEZ, Referências, ANEXO A – Regulamentação Atividades Complementares e ANEXO B – Regulamentação do Trabalho Conclusão Curso / TCC.

O documento é bem detalhado e discorre bastante a respeito das pretensões do curso. Fala muito sobre o papel social do jornalista e de sua atividade profissional, expandindo o campo de atuação das mídias e veículos tradicionais de comunicação para outros setores, como os de assessoria e empreendedorismo. O PPC do ICSEZ mantém uma preocupação com a realidade local, apresentando estudos e dados que justificam a implementação do curso na região, assim como deixa bem clara a adequação às orientações pedagógicas do período. Apesar de ainda não estar alinhado às novas DCNs para os cursos de Jornalismo, o texto apresenta, na página 19, uma listagem de habilidades e competências a serem desenvolvidas e trabalhadas

durante o curso que lembram em muito os seis eixos formativos propostos pela Resolução CNE/CES 1/2013 de 1º de outubro de 2013; traz os conceitos de fundamentação humanística e social, de formação específica para habilitação em jornalismo, conhecimento do processo histórico regional, e demonstra um grande interesse pelas questões específicas da região amazônica, valorizando a situação local do profissional.

Quadro 12 - Dados de identificação do curso de Jornalismo do ICSEZ(UFAM)

Nome do Curso	Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo
Atos legais de autorização, criação, renovação ou de reconhecimento	Resolução nº 060/2007
Título Acadêmico conferido	Bacharel em Jornalismo
Modalidade de ensino	Presencial
Tempo de duração mínimo	4 anos
Carga horária mínima	2.700
Turno de funcionamento	Noturno

Fonte: Brasil (2010) organizado pelo autor (2021).

De maneira geral, o PPC do ICSEZ é bem elaborado e explica em detalhes suas pretensões, filosofia e metodologia didático-pedagógica. Apesar de ainda não estar adequado às novas DCNs para os cursos de jornalismo, apresenta conceitos atuais que correspondem ao que propõem as novas diretrizes. O documento cumpre bem seu objetivo de implementação do curso e estruturação dos preceitos gerais para a graduação em jornalismo, ressaltando o contexto local e contando com o esforço colaborativo de corpo docente, estudantes e sociedade civil em sua construção. Ainda deixa claro que, enquanto documento do processo de implementação do curso, deve ser revisado e atualizado constantemente, contando com a colaboração dos setores mencionados para o aperfeiçoamento do curso.

4.1.5 O PPC da UFPA

Diferente dos anteriores, o PPC da Universidade Federal do Pará (UFPA) (ao menos a versão enviada pela universidade ao pesquisador) não possui capa ou informações de sumário. Não é possível identificar com precisão o ano ou local de construção do documento; uma pista

que pode dar acesso a estas informações são os dados levantados na sessão Justificativa de Oferta do Curso, que, na página 6, cita eventos de dezembro de 2016. Para encontrar essa informação, foi necessária uma busca no site da Coordenadoria de Avaliação e Currículo⁶, ligada à pró-reitoria de Ensino e Graduação da UFPA, por meio do Sistema de Projetos Pedagógicos de Curso. Neste local foi encontrado o mesmo documento aqui analisado e a resolução nº 5.284 de 19 de fevereiro de 2020, que aprovou o PPC do curso; assim, consta como data de publicação o ano de aprovação: 2020. O fato de não encontrarmos a data de publicação diretamente no documento – uma informação primordial para análise ou mesmo entendimento do PPC – já mostra um problema com o formato de publicação dos dados relativos ao curso; informações como estas deveriam ser de mais fácil acesso na estrutura do documento.

Na primeira dimensão proposta por Cellard (2012), busca-se compreender o contexto de regulamentação do documento. Como mencionado, o texto não apresenta uma data de publicação, sendo necessário recorrer a documentos complementares para conseguir este dado. Entretanto, na sessão Justificativa de Oferta do Curso, o PPC explica a necessidade de renovação devido à adequação da formulação do curso às novas DCNs:

Em 43 anos de criação, o curso passa por sua quinta reforma curricular, na qual considera as mudanças ocorridas na sociedade e na área da Comunicação, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais, publicadas pelo Conselho Nacional de Educação - Resolução CNE/CES Nº 1, de 27/09/2013 para o Curso de Bacharelado em Jornalismo. Segundo levantamento de Guedes (2014, p. 57), o curso de Comunicação da UFPA teve quatro grades curriculares implementadas: 1977 [1976]; 1980; 1988; 2002 (esta última ainda em vigência, com alguns ajustes, formalizado pela Resolução N. 4558/2014). (BRASIL, 2020, p. 4)

De acordo com a citação acima, vê-se que o documento é uma proposta de atualização ao PPC de 2002, sendo o documento “resultado de um amplo processo de discussão, conduzido pelo NDE do curso, levando em conta a necessidade de aperfeiçoar e atualizar o currículo já existente, de maneira a aproximá-lo das atuais dinâmicas do campo do Jornalismo” (BRASIL, 2020, p. 5). Havendo interesse de adequação às novas diretrizes, o documento aqui analisado foi construído com este intuito de modernização e adaptação do curso aos novos parâmetros de mercado e da profissão do jornalista.

⁶ <http://www.ppc.proeg.ufpa.br/view/inicio/visitante.php>

Na segunda dimensão proposta por Cellard (2012), volta-se a atenção às pessoas que tiveram autoria no documento. Assim como quanto aos dados de data e local de publicação, não consta no corpo do texto os autores do PPC, estando apenas mencionado o NDE (Núcleo Docente Estruturante) como participantes do processo de discussão e elaboração do documento, como na citação acima. Em nenhum outro momento é mencionado ou detalhado quem são os componentes do NDE, ou se há participação de algum outro setor ou instância da universidade na produção do documento; esse fato deixa a entender que apenas os docentes do curso estiveram presentes na elaboração do documento.

Na terceira dimensão proposta por Cellard (2012), é preciso observar as características de confiabilidade do documento. Assim como os documentos utilizados nas análises anteriores, o PPC da UFPA foi solicitado pelo Sistema de Informação ao Cidadão (e-Sic), via Lei de Acesso à Informação, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 13 - Solicitação do PPC de Jornalismo da UFPA via e-Sic

Protocolo	Instituição	Data da solicitação	Data da resposta
23546.043211/2021-16	UFPA – Universidade Federal do Pará	23/06/2021	12/07/2021

Fonte: UFPA, Elaborado pelo autor, 2021.

O documento, tendo sido encaminhado por uma Universidade Federal brasileira mediante solicitação regulamentada pelo e-Sic, é considerado confiável para a realização da presente análise. Assim, pode-se atestar a confiabilidade do documento.

A quarta dimensão de Cellard (2012) diz respeito à natureza do documento. Como já dito anteriormente, o PPC busca adequar-se às novas diretrizes nacionais para os cursos de Jornalismo. Tendo sido fruto de discussões promovidas pelos docentes da instituição, todos sob regime de dedicação exclusiva, não é possível encontrar evidências no documento de interferências ou interesses outros que não a adaptação e atualização do curso às novas normativas. Entretanto, é importante notar a dificuldade em acessar algumas informações no documento, como os responsáveis diretos pela organização do documento, e a ausência do corpo discente, técnico-administrativo e comunidade nas discussões para revisão e atualização do documento.

A quinta dimensão proposta por Cellard (2012) corresponde aos conceitos chave e lógica interna do documento analisado. Nesse sentido, é possível ver como o PPC da UFPA reforça constantemente seu caráter de atualização e revisão do projeto pedagógico do curso, detalhando os procedimentos metodológicos e organização curricular a serem seguidos.

O PPC está dividido em 10 partes: Histórico da UFPA, Justificativa de Oferta do Curso, Características Gerais do Curso, Diretrizes Curriculares do Curso (subdividido em Fundamentos epistemológicos, éticos e didático-pedagógico; Objetivos do curso; Perfil do egresso, Competências e Procedimentos metodológicos), Organização Curricular do Curso (subdividida em Apresentação da estrutura do curso, Trabalho de conclusão de curso, Estágio supervisionado, Atividades complementares, Política de pesquisa, Política de extensão e Política de inclusão social), Planejamento do Trabalho Docente, Sistema de Avaliação (subdividido em Concepção e princípios da avaliação, Avaliação da aprendizagem, Avaliação do ensino e Avaliação do projeto pedagógico), Infraestrutura (subdividido em Docentes, Técnicos, Instalações e Recursos materiais), Referências Bibliográficas e Anexos.

O texto do PPC adequa as cargas horárias e divisões metodológicas do curso aos seis eixos propostos pelas DCNs de 2013, organizando o curso em dois núcleos principais: o Núcleo teórico/dimensão teórica, que engloba os três primeiros eixos propostos pela DCN (fundamentação humanística, fundamentação específica e fundamentação contextual), e Núcleo profissional/dimensão teórico-prática, que engloba os outros três eixos (formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial). A partir dessa divisão, as disciplinas do curso são distribuídas e os procedimentos metodológicos descritos. O documento ainda reforça o ideal de formação de um profissional voltado para o contexto local:

o projeto valoriza e volta-se, de forma ainda mais enfática à realidade Amazônica. O objetivo é formar jornalistas que atentem para a observação e compreensão do espaço Amazônico em suas diversas dinâmicas (econômica, política, cultural, ambiental), tendo como eixo de observação e ação a dinâmica comunicacional. O interesse é contribuir para a constituição, na UFPA, de um centro de referência e capacitação de jornalistas habilitados a cobrir o espaço Amazônico e de pesquisadores voltados à interpretação da relação entre Comunicação, Cultura e Amazônia, no rumo dos esforços do PPGCOM/UFPA. (BRASIL, 2020, p.16)

Dessa forma, reafirma seu compromisso com a cultura regional amazônica e com a importância da formação de um profissional consciente do campo de atuação e mercado local

de sua profissão, atentando-se para as tecnologias contemporâneas e novos meios de comunicação a serem trabalhados.

Quadro 14 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da UFPA

Nome do Curso	Comunicação Social – Jornalismo
Atos legais de autorização, criação, renovação ou de reconhecimento	Resolução do CONSUN/UFPA N° 323/75 Portaria MEC N° 196 de 23 de fevereiro de 1981
Título Acadêmico conferido	Bacharel em Jornalismo
Modalidade de ensino	Presencial
Tempo de duração mínimo	4 anos
Carga horária mínima	3.205
Turno de funcionamento	Matutino

Fonte: Brasil (2020) organizado pelo autor (2021)

Em geral, o PPC da UFPA apresenta-se de maneira diversa dos demais no tocante à organização estrutural. Com a falta de algumas informações primordiais, como data e local de publicação e comissão de produção do documento, alguns fatores são prejudicados. No entanto, quanto à organização curricular do curso em si e à adequação aos novos parâmetros dispostos nas DCNs para o curso de Jornalismo, o PPC cumpre seus objetivos de maneira bastante satisfatória, descrevendo em completude os processos do curso. Ainda é curioso notar como, mesmo adequando-se às DCNs de 2013 e mencionando no corpo do documento o curso como “Jornalismo”, no cabeçalho do documento ainda consta a nomeação antiga “Comunicação Social – Jornalismo”. O texto também não deixa claro se o título concedido ao egresso é de bacharel ou habilitado. Essas são algumas contradições que deixam o documento em falha.

4.1.6 O PPC da Unifesspa

O Projeto Pedagógico de Curso do Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) foi construído e regulamentado em 2018, na cidade de Rondon do Pará. Seguindo as dimensões de análise documental propostas por Cellard (2012), a primeira para a qual deve-se atentar é referente ao contexto de regulamentação do documento. Assim como o PPC do ICSEZ (UFAM), este também inaugura o curso, cabendo em seus intuitos a implantação e estruturação do curso de Jornalismo da Unifesspa. De acordo com o documento, a implantação da graduação em Jornalismo

é plenamente justificada pela necessidade de formar na e para região, profissionais com competência e análise crítica, frente ao cenário que se impõe de novas tecnologias de comunicação e da informação, bem como a emergência de novas modalidades de comunicação organizacional e comunitária. (BRASIL, 2018, p. 12)

O documento ainda cita a necessidade de formação de profissionais voltados para o trabalho na região amazônica e com questões relativas à grande desigualdade social e violência da região (p. 9). Desse modo, justifica a implantação do curso nos preceitos de acesso à informação e ensino libertador, ideais que funcionam ativamente na estrutura curricular proposta.

Na segunda dimensão proposta por Cellard (2012), deve-se buscar informações sobre a autoria do texto. O documento apresenta, na página 2, o nome de apenas um professor, como elaborador do PPC, sendo este de dedicação exclusiva à universidade. Nenhum dado mais é oferecido sobre a autoria do PPC. Por mais que se entenda que o documento está inaugurando o curso de Jornalismo na Unifesspa, é curioso notar como não há menção à participação do restante do corpo docente, da comunidade acadêmica ou qualquer outro setor na produção do documento.

Na terceira dimensão de Cellard (2012), relativa à confiabilidade do documento, têm-se, do mesmo modo como para os PPCs anteriores, que o PPC da Unifesspa foi enviado após solicitação pelo Sistema de Informação ao Cidadão (e-Sic), via Lei de Acesso à Informação, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 15 - Solicitação do PPC de Jornalismo da Unifesspa via e-Sic

Protocolo	Instituição	Data da solicitação	Data da resposta
23546.043210/2021-63	UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	22/06/2021	12/07/2021

Fonte: Unifesspa, elaborado pelo autor, 2021.

O documento, encaminhado por uma Universidade Federal brasileira mediante solicitação regulamentada pelo e-Sic, pode ser considerado confiável para a realização da análise documental. Desse modo, não há o que se questionar quanto à confiabilidade do documento.

A quarta dimensão proposta por Cellard (2012) é relativa à natureza do documento. Sendo o PPC da Unifesspa um documento de primeira estruturação do curso de jornalismo, sendo produzido por professor universitário de dedicação exclusiva, não é perceptível a existência de algum interesse escuso que possa interferir na natureza do documento. Assim, entende-se o texto como de natureza estruturadora e regimentar do curso.

Na quinta dimensão proposta por Cellard (2012), deve-se olhar para os conceitos chave e a lógica interna da documentação analisada. Nesse sentido, pode-se ver como o PPC cumpre seu objetivo de regimentação e estruturação do curso de Jornalismo, detalhando os procedimentos metodológicos a serem adotados e organizando o currículo a fim de implantar o curso regularmente.

O documento é dividido em 9 partes: Introdução, Justificativa de Oferta do Curso, Características Gerais do Curso, Diretrizes Curriculares do Curso (subdividida em Fundamentos epistemológicos, éticos e didático-pedagógico; Objetivos; Perfil do egresso, Competências do egresso e Procedimentos metodológicos), Organização Curricular do Curso (subdividida em Estrutura do curso, Trabalho de conclusão de curso (TCC), Estágio supervisionado, Atividades complementares, Articulação do ensino, pesquisa e extensão, Política de pesquisa, Política de extensão e Política de inclusão social e ações afirmativas), Planejamento do Trabalho Docente, Sistema de Avaliação (subdividido em Concepção e princípios da avaliação, Avaliação da aprendizagem, Avaliação do ensino e Avaliação do projeto pedagógico), Infraestrutura (subdividido em Docentes, Técnicos, Instalações e Recursos materiais), Referências Bibliográficas e Anexos.

O curso é implantado pelo documento já segundo a Resolução CNE/CES 1/2013, ou seja, já é organizado segundo a estrutura de seis eixos formativos propostos pelas novas diretrizes. Ainda, demonstra uma preocupação em desenvolver práticas didáticas de modo a incluir o contexto local amazônico e a valorização dos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Também há um interesse em desenvolver a pesquisa e extensão no curso:

Nesta linha os alunos do curso de jornalismo serão incentivados a integrar-se às atividades de pesquisa e de extensão desenvolvidas pela Faculdade do curso 22 (como bolsistas, estagiários ou colaboradores), assim como às atividades externas (estágios, cursos, seminários etc.) de interesse para a vida acadêmica do aluno (BRASIL, 2018, p. 21-22)

Este destaque mostra também o compromisso com o desenvolvimento de uma universidade de qualidade e baseada no tripé ensino-pesquisa-extensão, premissa fundamental que deve nortear os cursos de graduação e a composição das Universidades Federais como um todo.

Quadro 16 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da Unifesspa

Nome do Curso	Curso de Jornalismo
Atos legais de autorização, criação, renovação ou de reconhecimento	Portaria Número 25 de 01/07/2013
Título Acadêmico conferido	Bacharel em Jornalismo
Modalidade de ensino	Presencial
Tempo de duração mínimo	4 anos
Carga horária mínima	3.037
Turno de funcionamento	Integral

Fonte: Brasil (2018) organizado pelo autor (2021)

Em linhas gerais, o PCC cumpre bem o que se propõe e consegue normatizar com qualidade clareza e compromisso o curso de Jornalismo implantado na Unifesspa. A justificativa da implantação do curso e as premissas didático-pedagógicas mostram um compromisso social do curso para com a região, com as novidades tecnológicas da profissão e com a formação de profissionais dignos, aptos, conscientes e críticos. O curso já nasce atualizado e adaptado às diretrizes mais recentes, estando de acordo com o que preconizam.

4.1.7 O PPC da UNIR

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) tem sua construção datada do ano de 2018, na cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, como registrado no documento, e teve sua aprovação no ano seguinte, de acordo com a Resolução nº 116, de 29 de agosto de 2019, que consta junto ao PPC.

Procedendo análise de acordo com as dimensões propostas por Cellard (2012), deve-se, em primeiro lugar, buscar informações sobre o contexto de regulamentação do documento. O documento, assim como o da Unifesspa e do ICSEZ (UFAM), também é um documento de implantação do curso de Jornalismo, este sendo no campus de Porto Velho. Percebe-se que o

documento tem por premissa a organização curricular e estrutural do curso de Jornalismo, além de justificar a implantação do curso no campus de Porto Velho, e que faz isso de forma coesa e bem explicada. Além da preocupação com o contexto amazônico e do Norte do país em sua relação com o campo de atuação do jornalista, o PPC da UNIR tem também como objetivo o diálogo com demais Instituições de Ensino Superior que ofertam o curso de Jornalismo, a fim de agregar esforços na área:

A criação do curso de graduação em Porto Velho oportunizará uma maior aproximação, já existente, entre os pesquisadores desta área da UNIR com os docentes da Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Roraima (UFRR) e UFAM, fortalecendo o campo da Comunicação nesta parte da região Norte. A pesquisa supracitada e as datas mencionadas referentes às criações de cursos de Comunicação na região Norte explicitam o quanto é recente a pesquisa em Comunicação na região e também a expansão dos cursos para o interior do país. (BRASIL, 2018, p. 19-20)

No documento também é possível perceber a atenção à adequação aos parâmetros mais recentes, sendo as DCNs de 2013. Dado esse contexto e visto os preceitos que motivaram a produção do documento e implantação do curso de Jornalismo no campus de Porto Velho da UNIR, pode-se prosseguir a análise.

Na segunda dimensão proposta por Cellard (2012), volta-se o olhar para as informações relativas aos autores do documento. Na página 2 do PPC, encontra-se uma lista de nomes referentes à Comissão da elaboração do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Jornalismo, composta por três professores doutores, um professor mestre – todos em regime de dedicação exclusiva à UNIR – além de uma representante técnica e uma representante discente. A diversidade de setores, apesar da predominância de membros do corpo docente, é um ponto que ganha atenção aqui. Não é citado no documento se o debate para produção do PPC teve participação de outros membros da comunidade acadêmica ou sociedade civil.

A terceira dimensão de Cellard (2012) é relativa à confiabilidade do documento. Nesse ínterim, deve-se ter como base o fato de o documento ter sido solicitado pelo Sistema de Informação ao Cidadão (e-Sic), via Lei de Acesso à Informação, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 17 - Solicitação do PPC de Jornalismo da UNIR via e-Sic

Protocolo	Instituição	Data da Solicitação	Data da resposta
23546.043212/2021-52	UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia	23/06/2021	12/07/2021

Fonte: UNIR, elaborado pelo autor, 2021.

O documento, tendo sido encaminhado por uma Universidade Federal brasileira mediante solicitação regulamentada pelo e-Sic, é considerado confiável para a realização da presente análise. Assim, pode-se atestar a confiabilidade do documento.

A quarta dimensão proposta por Cellard (2012) diz respeito à natureza do documento. Neste ponto, deve-se atentar aos parâmetros norteadores da escrita do documento. Sendo o PPC da UNIR produzido por professores do curso de Jornalismo a ser implantado, todos em dedicação exclusiva, como já mencionado, não é possível perceber na análise do documento alguma interferência ou interesse escuso durante a elaboração deste. Ainda pode-se elencar a participação de outros setores que não o docente, por mais que de apenas um membro de cada outro setor, como forma de garantia do norteamento da produção deste PPC.

Na quinta dimensão de Cellard (2012), analisa-se os conceitos chave e lógica interna da construção do documento. É perceptível como o PPC cumpre seu objetivo de implantação do curso de Jornalismo no campus de Porto Velho, deixando bem claro o que segue como filosofia e os parâmetros de organização, tanto da estrutura curricular quanto dos procedimentos didáticos, de maneira organizada.

O documento é dividido em seis partes, sendo elas Apresentação, Contextualização (subdividida em Contextualização da universidade federal de Rondônia e Contextualização da realidade econômica/social da região), Organização Didático-Pedagógica (subdividida em Objetivos do curso, Concepção do curso, Justificativa, Legislação, Perfil do egresso, Perfil do curso, Estrutura curricular, Representação gráfica de um perfil de formação e Avaliação e metodologias de ensino), Estrutura Administrativa e Acadêmica do Curso (subdividida em Gestão administrativa e acadêmica do curso e Recursos Humanos), Infraestrutura (subdividida em Estrutura administrativa do curso, Suporte administrativo, Equipamentos e laboratórios, Biblioteca, Infraestrutura básica utilizada no ensino e Acessibilidade) e Referências.

O documento deixa claro que é norteado tanto pelas DCNs de 2013 quanto pela experiência de 16 anos de oferta do curso no campus da UNIR em Vilhena. Ressaltando a importância de ser o único curso de Jornalismo público do estado, trazendo dados e pesquisas sobre o qual recente é a preocupação com a formação para comunicação na região Norte do país, fala ainda sobre a necessidade de tratar, na formação do jornalista, de questões concernentes à vida social da região:

Da mesma maneira, prima-se pela formação humanística, cidadã, voltada para as características geográfico-humanas das áreas em que atua o profissional jornalista, contemplando assim a percepção crítica de questões que atravessam a sociedade brasileira contemporânea, ao considerar questões de gênero, afro-brasileiras, indígenas, de Direitos Humanos, de Educação Ambiental e da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Estas questões estão diluídas na ordenação do ementário que, com isso, contempla a necessária interdisciplinaridade na formação de um profissional de nível superior. A proposta é tratar estes temas de maneira transversal para alcançar a formação de um profissional jornalista cidadão, comprometido com o meio ambiental e social em que vive e atua (BRASIL, 2018, p. 5)

O curso já é organizado e regulamentado segundo os seis eixos formativos propostos pelas novas Diretrizes. O documento deixa ainda evidente a pretensão de construção de profissionais críticos, proativos, empreendedores e atuantes em seu meio social, fornecendo, para isso, uma formação diversificada em sua matriz curricular e completa dentro do que competem os conhecimentos do profissional de jornalismo.

Quadro 18 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da UNIR

Nome do Curso	Graduação em Jornalismo
Atos legais de autorização, criação, renovação ou de reconhecimento	Resolução nº 128/CONSUN, de 31 de novembro de 1997; Parecer 032/SUN
Título Acadêmico conferido	Bacharel em Jornalismo
Modalidade de ensino	Presencial
Tempo de duração mínimo	4 anos
Carga horária mínima	3.640
Turno de funcionamento	Noturno

Fonte: Brasil (2018) organizado pelo autor (2021)

Como um todo, o documento é coeso e bem estruturado, delineando bem as concepções que nortearão a implantação do curso de Jornalismo no Campus de Porto Velho. O PPC explicita com bom detalhamento a distribuição das disciplinas pelos eixos de formação propostos pela DCN e a inserção de temas transversais concernentes à formação diversificada

do profissional de Jornalismo. Ainda, fala de maneira clara sobre o processo de elaboração do documento; entretanto, cabe ressaltar a baixa representatividade de outros setores da comunidade universitária que não o docente.

4.1.8 O PPC da UFRR

O PPC da Universidade Federal de Roraima (UFRR) data do ano de 2015 e publicado em Boa Vista, capital do estado de Roraima. Na primeira dimensão proposta pela teoria de Cellard (2012), é preciso avaliar o contexto de produção do documento. À ocasião, o curso completava 24 anos de implantação, e o Projeto Pedagógico de Curso, sendo posterior às DCNs de 2013, é construído a fim de adequar-se aos novos direcionamentos dados pela Resolução CNE/CES N° 01/2013. De acordo com o documento, houve ainda embasamento em outras documentações:

No trabalho, considerou-se também oportuna, a proposta polivalente atribuída ao campo jornalístico pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) – documento enviado à Comissão encarregada de elaborar as novas diretrizes curriculares [...]. Noutra frente, buscou-se aproximar o novo Projeto Pedagógico do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFRR, ao Modelo Curricular proposto pela UNESCO. (BRASIL, 2015, p. 7)

Os dois documentos citados e usados como referência constam nos anexos do PPC. Essa intertextualidade e diversidade de influências pode ter levado a algumas diferenças entre este e outros PPCs aqui analisados. Uma das primeiras coisas que se pode notar é a manutenção da nomenclatura do curso enquanto “Comunicação Social – Jornalismo”, enquanto que a maioria dos cursos já atualizados de acordo com as novas DCNs mudaram sua nomenclatura para apenas “Jornalismo”. Esse fato é explicado no trecho da Justificativa em que o texto fala que a reformulação do PPC:

não significa abrir-se sem parâmetros a temas que reforçam a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. O Jornalismo mantém seu vínculo com a Ciência Social Aplicada da Comunicação. Porém, amplia o espaço de valorização da profissão de acordo com suas nuances contemporâneas. (BRASIL, 2015, p. 10)

Na segunda dimensão proposta por Cellard (2012), deve-se observar as informações relativas à autoria do documento. O PPC da UFRR traz, na página 2, uma lista de nomes de componentes da Comissão de Elaboração; na lista constam 5 docentes, um deles identificado como presidente da Comissão. Todos os docentes são professores do curso de Jornalismo em regime de dedicação exclusiva da UFRR. Não é mencionada a participação de técnicos ou discentes no processo, o que pode nos fazer pensar que a questão docente teve prevalência na produção do documento.

A terceira dimensão de Cellard é relativa à confiabilidade do documento. Do mesmo modo como os documentos anteriores, este foi obtido mediante solicitação feita pelo Sistema de Informação ao Cidadão (e-Sic), via Lei de Acesso à Informação, conforme vê-se no quadro abaixo.

Quadro 19 - Solicitação do PPC de Jornalismo da UFRR via e-Sic

Protocolo	Instituição	Data da solicitação	Data da resposta
23546.043208/2021-94	UFRR – Fundação Universidade Federal de Roraima	23/06/2021	12/07/2021

Fonte: UFRR, elaborado pelo autor, 2021.

Sendo o documento encaminhado por uma Universidade Federal brasileira em resposta a solicitação regulamentada pelo e-Sic, é considerado confiável para a realização da análise documental. Assim, não há o que se questionar quanto à confiabilidade.

A quarta dimensão proposta por Cellard (2012) é relativa à natureza do documento analisado. Como já mencionado, o PPC tem por objetivo a adequação do curso da UFRR às novas DCNs para os cursos de Jornalismo. Tendo sido elaborado por grupo de docentes em regime de dedicação exclusiva à instituição, não é possível encontrar, pela análise, influências ou interesses outros que não a regulamentação e estruturação do curso. No entanto, é importante ressaltar a falta de discentes e outros setores da comunidade acadêmica na elaboração do projeto, uma vez que terão suas atividades também norteadas por ele.

A quinta dimensão de análise para Cellard (2012) é referente aos conceitos chave e à lógica interna do documento. Nesse sentido, é possível ver que o PPC Do curso de Jornalismo

da UFRR é bem estruturado e adequa-se aos documentos que usa como base para sua reorganização, em especial quanto à Matriz Curricular.

O documento é dividido em 13 partes, sendo elas Introdução, Justificativa, Objetivos, Perfil profissional do egresso (subdividido em Formas de acesso e Competências e habilidades do jornalista), Organização do Curso (subdividido em Matriz curricular, Eixos de formação, Disciplinas por eixo de formação, Tabela da matriz curricular, Tabela de pré-requisitos e Equivalências), Atividades complementares, Estágio curricular supervisionado, Trabalho de conclusão de curso, Sistemas de avaliação (subdividido em Avaliação do projeto pedagógico, Avaliação do processo de ensino-aprendizagem e Avaliação institucional), Recursos Humanos, Infraestrutura material e tecnológica, Referências bibliográficas e Anexos.

Uma grande preocupação do PPC é a contextualização da profissão do jornalista em seu entorno e, ainda, uma visão mais ampla do espaço e das questões humanas que o rodeiam, tanto a nível local quanto global. Também ganha destaque a necessidade cada vez maior de proporcionar uma formação que instrumentalize o jornalista para o mercado de maneira mais empreendedora e inovadora, seja no manuseio de equipamentos e ferramentas tecnológicas, seja na numa perspectiva ampliada do seu campo de atuação:

Vem daí a necessidade de se buscar subsídios para operacionalizar o jornalismo de acordo com os seus princípios básicos e em consonância com as novas demandas sociais, tecnológicas e do mercado. Uma missão que se acentua no contexto ao qual o Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFRR se insere: a Amazônia legal, um espaço onde acontecimentos, temáticas e problemáticas de interesse público são globalmente discutidos. A nova matriz pretende assim aprofundar o compromisso com a profissão e os seus valores, dando ênfase à formação do jornalista enquanto intelectual, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos. (BRASIL, 2015, p. 9-10)

O documento faz a organização da matriz curricular de acordo com os seis eixos de formação propostos pela Resolução CNE/CES Nº 01/2013. Assim, de maneira clara e objetiva, mantém seu compromisso com a formação de jornalistas aptos e conscientes de sua atuação, assim como prima por uma visão global e multidimensional.

Quadro 20 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da UFRR

Nome do Curso	Comunicação Social – Jornalismo
---------------	---------------------------------

Atos legais de autorização, criação, renovação ou de reconhecimento	***
Título Acadêmico conferido	Bacharel em Jornalismo
Modalidade de ensino	Presencial
Tempo de duração mínimo	4 anos
Carga horária mínima	3.020
Turno de funcionamento	Noturno

Fonte: Brasil (2015) organizado pelo autor (2021)

De forma geral, o PPC do curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFRR é bem estruturado e organiza o curso, adequando-o às novas diretrizes e trazendo importantes debates para o programa do curso. Nesse sentido, conclui-se que a UFRR busca um perfil de egresso consistente e atualizado para lidar com as questões do mercado e do campo de atuação do jornalista como um todo. Entretanto, nota-se como não houve participação do corpo discente na elaboração do documento, o que seria de grande importância, visto que os discentes são parte atuante do processo formativo do curso. O documento deixa ainda espaço para contínua avaliação e reformulação do PPC pelo Núcleo Docente Estruturante, a ser convocado quando necessário.

4.1.9 O PPC da UFT

Ao analisar os Projetos Pedagógicos Curriculares dos cursos de Jornalismo sediados nas Universidades Federais do Norte do Brasil foi possível identificar particularidades presentes em cada um dos documentos. É necessário destacar que a leitura dos respectivos PPCs auxiliou o pesquisador a observar com uma criticidade maior o Projeto do curso de Jornalismo da UFT, o último da Região a ser analisado nesta pesquisa, e que será utilizado para realizar a análise crítica-comparativa com as indicações pedagógicas da licenciatura em Comunicação e Jornalismo da UC. É a partir desse olhar crítico, observando os contextos de construção das diretrizes, que se pretende dar sequência analítica nesta parte do trabalho.

Logo de início é possível perceber que o PPC de Jornalismo da UFT é o mais extenso da Região Norte, contabilizando da primeira à última folha, um total de 326 páginas. Seguindo a linha já apresentada nos demais PPCs analisados anteriormente, utiliza-se nesta parte da

pesquisa as cinco dimensões de Cellard (2012) para garantir a confiabilidade das informações que serão trabalhadas a partir do respectivo Projeto.

O primeiro deles é o contexto no qual o documento foi escrito. Em dezembro de 2015 o Consepe da UFT aprovou oficialmente o novo PPC do curso, por meio da Resolução nº 34 de 10 de dezembro de 2015. Para o pesquisador há uma facilidade maior em trabalhar o contexto formativo nesta instituição já que o mesmo é egresso da referida graduação, tendo iniciado a formação em 2009 e colado grau em 2015. Neste sentido acompanhou, mesmo que parcialmente, as mudanças pedagógicas. O curso, por exemplo, tinha a nomenclatura “Comunicação Social – Jornalismo” e se consolidou a partir do novo PPC como “Bacharelado em Jornalismo”.

Conforme explicado no capítulo sobre a história da UFT e do curso de Jornalismo da instituição, mudanças significativas ocorreram no decorrer dos anos da graduação. Uma das mais simbólicas foi a transferência de uma instituição pública estadual para uma universidade federal. Neste sentido, compreende-se que processos pedagógicos da formação foram estabelecidos dentro do contexto de um Estado novo da Federação. O respectivo PPC analisado, por exemplo, foi aprovado via Consepe em 2015, isto é, 27 anos após a criação do Estado e 19 anos depois da criação do curso. Ao levantar essa questão, torna-se necessário explicar a instituição UFT dentro deste contexto:

A Universidade Federal do Tocantins insere-se na sociedade tocantinense como importante propulsora do desenvolvimento técnico, científico e educacional, comprometendo-se com o crescimento do Estado em todos os âmbitos. A UFT nasceu com a missão de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio de pesquisas e experiências inseridas no contexto socioeconômico e cultural do Estado e da Região. Dessa forma, no campo do jornalismo, tem-se a necessidade de formar novos profissionais integrados as realidades sociais e de sua profissão bem como de graduar profissionais já em exercício prático do jornalismo, sem, contudo, estarem habilitados academicamente para isso. Assim, seja para o ingresso ou a continuidade no exercício da profissão, o curso de Jornalismo comunga do objetivo da UFT, trazendo sempre a discussão o que há de mais recente em sua área de interesse (BRASIL, 2015, p. 20-21).

Em 2015, ano em que foi aprovado o PPC de Jornalismo da UFT muitos contornos políticos permeavam o cenário Nacional. Um deles foi a abertura do processo de impeachment da então Presidenta Dilma Rouseff, procedimento autorizado no dia 02 de dezembro daquele

ano pelo Presidente da Câmara dos Deputados à época Eduardo Cunha.⁷ Já num contexto local, 2015 foi o ano em que o Tocantins ultrapassou a marca 1,5 milhão de habitantes.⁸ É pertinente observar tais informações como forma de situar, mesmo que parcialmente, leitores e leitoras desta pesquisa, sobre o cenário que se desenhava à época da aprovação do novo PPC analisado. Neste sentido, avaliar o contexto social em que o *corpus* estudado foi escrito é necessário dentro de uma análise documental, mesmo que este contexto tenha ocorrido recentemente (CELLARD, 2012).

Sob a perspectiva de que construiu um o Projeto analisado um destaque importante observado neste PPC é a citação nominal em duas oportunidades de representantes discentes. “Os estudantes do curso de Jornalismo são representados no colegiado do curso, conforme normatização vigente, na proporção de 1/5 (um quinto) dos docentes efetivos. Os representantes devem ser eleitos pelo Centro Acadêmico e têm direito a voz e voto” (BRASIL, 2015, p. 18). Neste sentido, além do trabalho da Comissão de Elaboração/Sistematização do Projeto, composta por docentes efetivos do curso, percebe-se que houve uma garantia de participação dos acadêmicos na construção do respectivo PPC.

Sobre a confiabilidade do documento analisado, assim como os demais PPCs, o pesquisador utilizou do recurso garantido pela LAI para solicitar via e-Sic o projeto em vigência pela graduação.

⁷ Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma. G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>>. Acesso em 27/07/2021.

⁸ Tocantins ultrapassa 1,5 milhão de habitantes, diz levantamento do IBGE. G1 Tocantins. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2015/08/tocantins-ultrapassa-15-milhao-de-habitantes-em-2015-diz-ibge.html>>. Acesso em 27/07/2021.

Quadro 21 - Solicitação do PPC de Jornalismo da UFT via e-Sic

Protocolo	Instituição	Data da Solicitação	Data da Resposta
23546.043206/2021-03	UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins	22/06/2021	12/07/2021

Fonte: UFT, Elaborado pelo autor, 2021.

Neste sentido, ao receber um documento da instituição por meio de um canal oficial, é possível garantir a confiabilidade das informações analisadas. Além disso, também é importante destacar que a qualidade documental do que foi repassado ao pesquisador que, neste caso, possui bons aspectos para serem trabalhados.

Sobre a natureza do texto, ele foi construído a partir de um colegiado formado por docentes efetivos. “Com relação à estabilidade, mais do que um direito inerente aos servidores públicos efetivos, seu propósito é isentá-los de perseguições políticas fortuitas e evitar que a administração pública seja usada como cabide de empregos e favores políticos” (DINIZ et al. 2012, p. 15). Nas inúmeras discussões, principalmente debatidas na atual gestão federal por meio de uma proposta de reforma administrativa, a estabilidade é debatida como algo negativo. Entretanto, ela mostra totalmente eficaz contra desmandos eletivos. No caso do PPC do curso de Jornalismo, por exemplo, não foi identificada nenhuma interferência política na sua construção. Pelo contrário, são disponibilizadas informações diversas e garantias de participações discentes durante os debates do próprio colegiado, com direito a voz e voto.

Sobre a lógica interna do texto, conforme a quinta e última dimensão proposta por Cellard (2012), observa-se no PPC analisado a preocupação em se construir um documento que siga linhas metodológicas bem estabelecidas. O próprio Projeto está dividido em grandes áreas, tais como: contexto institucional; contextualização do curso; bases conceituais do projeto pedagógico institucional; organização didático-pedagógica; corpos docente e técnico-administrativo; instalações físicas e laboratórios; apêndices (com ementário); e anexos.

O PPC do curso de Jornalismo também está adequado ao disposto nas DCS e faz a distribuição de seus conteúdos curriculares nos seis eixos estabelecidos pela resolução que estabelece as diretrizes gerais para a formação na área: Eixo de fundamentação humanística; Eixo de fundamentação específica; Eixo de fundamentação contextual; Eixo de formação profissional; Eixo de aplicação processual; Eixo de prática laboratorial.

Quadro 22 - Dados de identificação do curso de Jornalismo da UFT

Nome do Curso	Graduação em Jornalismo
Atos legais de autorização, criação, renovação ou de reconhecimento	Decreto n° 332/96 Resolução Unitins n° 001/96 Parecer n° 076/00 Parecer n° 068/99 Parecer n. 306/2001, de 20/09/2001, Processo n. 2001/2700/002379/CEE-TO e Portaria MEC 414, de 11/10/2011
Título Acadêmico conferido	Bacharel em Jornalismo
Modalidade de ensino	Presencial
Tempo de duração mínimo	4 anos
Carga horária mínima	3.000
Turno de funcionamento	Matutino e Noturno

Fonte: Brasil (2015), elaborado pelo autor (2021).

Organizar as informações do PPC do curso de Jornalismo da UFT conforme as cinco dimensões propostas por Cellard (2012) é necessário para mostrar como a pesquisa está utilizando documentos com fidedignidade. Essa primeira parte da análise é importante neste contexto e, partir dela, mesmo não sendo objetivo deste trabalho, pode ser realizada uma comparação generalista entre os Projetos Pedagógicos de ensino de Jornalismo nas Universidades Federais da Região Norte do Brasil.

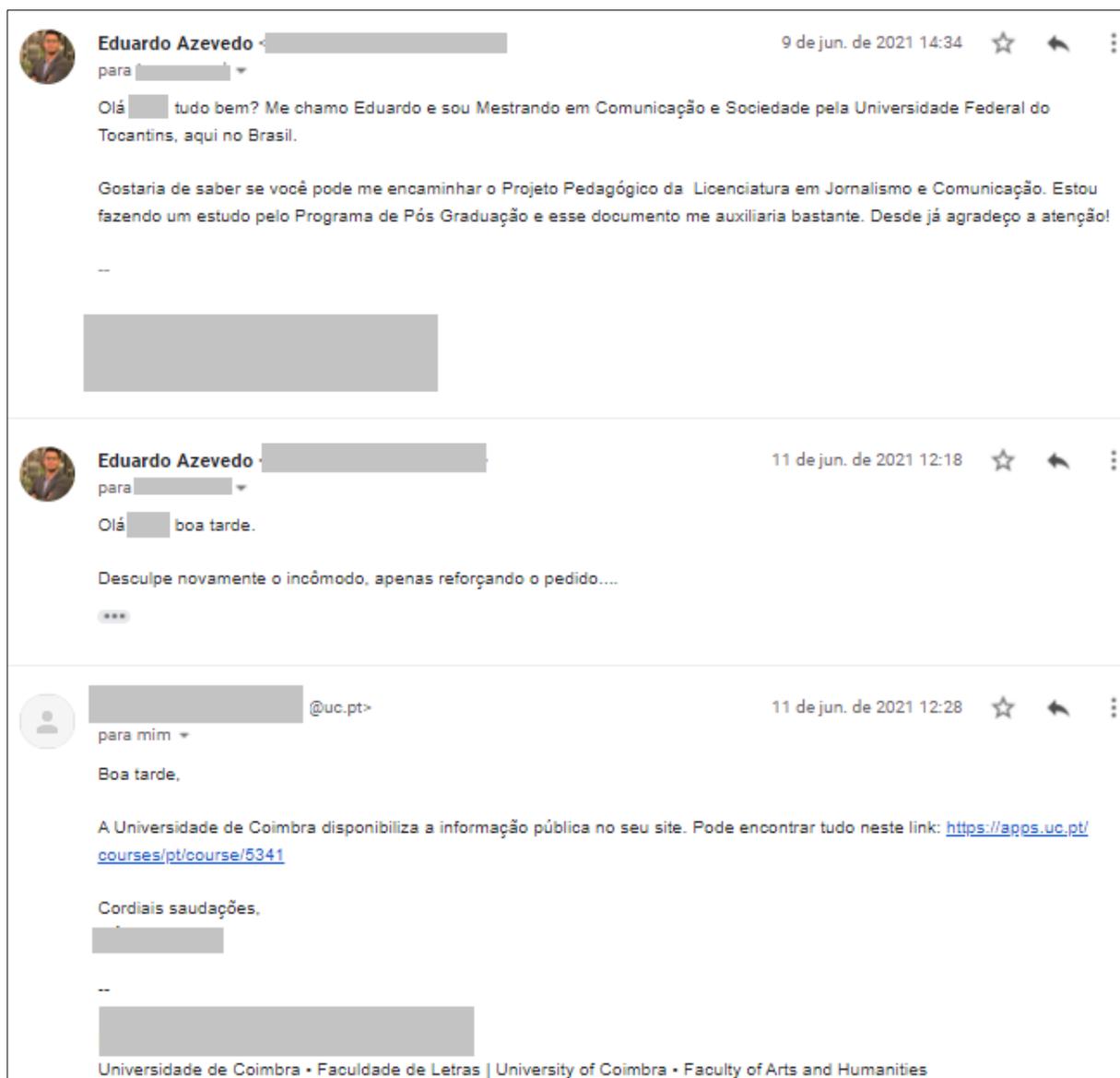
4.2 O Pedagógico da Licenciatura em Comunicação e Jornalismo da UC

As avaliações básicas sobre os PPCs dos cursos, a partir das cinco dimensões propostas por Cellard (2012) mostram que os materiais analisados possuem relevância documental para esta análise. Como o proposto na pesquisa é o de estudar o Brasil em comparação com Portugal, tendo como delimitante para este País a graduação ofertada na Universidade de Coimbra, torna-se necessário confrontar o Plano Pedagógico da instituição europeia.

Antes de iniciar esta parte da análise, que perpassará pelos critérios de contexto; autor ou autores; confiabilidade do texto; natureza do texto; conceitos-chave e a lógica interna do texto, é necessário realizar algumas observações que são pertinentes para a pesquisa. A primeira delas é a de que a graduação em Jornalismo da UC não possui documento oficial nos moldes encontrados nas instituições do norte do Brasil analisadas. Em uma busca inicial no site da instituição foi encontrada uma página na internet com informações básicas e gerais sobre o

ensino de Jornalismo. Devido à proximidade do pesquisador com formatos diferentes de Planos Pedagógicos brasileiros, optou-se por entrar em contato via e-mail com a coordenação do curso da UC para solicitar o PPC vigente da sua graduação. O autor seguiu essa linha para confirmação dos dados, porque não foi encontrado em Portugal um sistema de acesso às informações públicas, nos moldes do e-Sic brasileiro.

Figura 6 - E-mail de solicitação do PPC de Jornalismo da UC



Fonte: Print e-mail do Autor (2021)

A resposta foi encaminhada ao pesquisador pela Coordenação de Curso da UC. Um link⁹ foi disponibilizado para o acesso ao conteúdo pedagógico do ensino de Jornalismo na instituição. Ao entrar no endereço eletrônico o pesquisador confirmou de que era a mesma página da internet já encontrada anteriormente. Consequentemente, com a confirmação da UC via e-mail, é possível legitimar confiabilidade do documento online que será analisado, uma das cinco dimensões de Cellard (2012).

O texto disponibilizado na página da UC dá quatro possibilidades de análise por ano letivo: 2018/2019; 2019/2020; 2020/2021; e 2021/2022. As mudanças, em um primeiro momento, são poucas e, no geral, apenas institucionais, como a mudança de coordenador do curso. Neste sentido optou-se por analisar a página no ano 2021/2022 e as informações disponibilizadas a partir dessa escolha. O contexto ao qual está inserido é o pandêmico, isto é, praticamente dois anos o início da pandemia e possivelmente as perspectivas de ensino para 2022. Mesmo incluído nas atuais circunstâncias globais, não foi encontrado nenhuma menção à Pandemia no documento online analisado. Cellard (2012, p. 300) afirma que “esse conhecimento deve ser global, pois nunca se pode saber de antemão quais são os elementos da vida social que será útil conhecer, quando chegar o momento de formular interpretações e explicações”.

Na parte em que se analisa a autoria do documento, o Plano Pedagógico da Licenciatura em Jornalismo e Comunicação da UC não deixa claro quem ou quais atores estiveram presentes na produção do conteúdo. Nota-se, entretanto, uma objetividade em apresentar as informações que, logo de início, já apresenta os objetivos do curso e as condições de acesso à formação na área. A partir daí inicia-se a interpretação sobre a natureza do texto, outra dimensão de análise documental. Há que se considerar que em um ambiente virtual o formato de texto, com links e hiperlinks, fazem com que a navegação das informações seja mais dinâmica do que em um documento fechado, pois a forma de um texto pode ser moldada a partir do aspecto no qual ele é redigido (CELLARD, 2012).

No que concerne ao conceitos-chave do texto ele se propõe objetivamente a informar o necessário aos interessados em ingressar na referida Licenciatura. A página do site é dividida

⁹ <https://apps.uc.pt/courses/pt/course/5341>

em duas colunas. Percebe-se que na primeira são disponibilizadas as informações sobre: Objetivos do Curso; Condições de Acesso e Ingresso; Saídas Profissionais; Regime de Estudo; Língua(s) de Aprendizagem / Avaliação; Objetivos da Aprendizagem e Competências a Desenvolver; Coordenador(es) do Curso; Reconhecimento da Aprendizagem Prévia; Enquadramento Legal da Qualificação; Requisitos para Obtenção da Qualificação; Acesso a um Nível de Estudos Superior. Já na segunda são disponibilizadas informações sobre Plano de Estudos (esta parte é subdividida em duas: Jornalismo e Comunicação Jornalismo e Comunicação com Menor, e aqui pode ser encontrado o ementário das disciplinas); Candidaturas; Calendário; Acreditações; e Documentos.

De modo geral, e levando em consideração a última dimensão proposta por Cellard (2012), a lógica interna do texto mostra claramente objetiva, com foco em quem tem interesse em ingressar na instituição. Os espaços que trazem informações sobre “Concurso Especial para Estudante Internacional (ingresso em licenciaturas e mestrados integrados); Maiores de 23 anos; Mudança de/para instituição/curso; Reingresso Titulares de outros Cursos Superiores; Submeter Candidatura; Página com informação para candidatos” (PORTUGAL, online), assim como o a parte que trata de condições de acesso deixa clara essa preocupação divulgar informações sobre como ingressar na instituição. Neste contexto cabe destacar ainda a primeira parte do Plano Pedagógico, que fala sobre os objetivos do curso:

- a) Fornecer conhecimentos introdutórios teóricos e práticos em jornalismo e comunicação;
- b) Desenvolver capacidades para a elaboração de mensagens adequadas às áreas da comunicação;
- c) Introduzir o desenvolvimento atual das áreas de especialização afetas ao jornalismo e à comunicação;
- d) Fornecer as bases do conhecimento das dinâmicas e os enquadramentos sociais, económicos, políticos, jurídicos, profissionais e deontológicos do jornalismo e da comunicação;
- e) Desenvolver, de modo interdisciplinar, a aquisição de competências para selecionar, interpretar e aplicar literatura apropriada relativamente a conteúdos, contexto, objetivos e qualidade de informação;
- f) Desenvolver a capacidade para pensar autónoma e criticamente, desempenhando tarefas e propondo soluções para a resolução de problemas no âmbito da área de formação;
- g) Fornecer competências para empregar metodologias de estudo próprias da área de formação;
- h) Permitir o acesso a ciclos de estudo posteriores.** (PORTUGAL, online, grifo nosso).

Observa-se que até mesmo na parte em que se informa os objetivos de um ensino de nível superior ainda é dado destaque para o processo de permanência na instituição. Como a formação em Portugal funciona por ciclos interpreta-se o interesse da UC em que os alunos permaneçam na Universidade posteriormente à primeira parte da graduação.

Quadro 23 - Dados de identificação da licenciatura em Jornalismo e Comunicação da UC

Nome do Curso	Licenciatura em Jornalismo e Comunicação
Atos legais de autorização, criação, renovação ou de reconhecimento	A qualificação tem enquadramento no Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de março, na redação atual; Portaria nº 782/2009, de 23 de julho
Título Acadêmico conferido	Licenciado
Modalidade de ensino	Presencial
Tempo de duração mínimo	6 semestres
Carga horária mínima	180 Créditos ECTS
Turno de funcionamento	Tempo Integral e Matutino

Fonte: Portugal (online), elaborado pelo autor (2021)

De forma geral, o Plano Pedagógico da Licenciatura em Jornalismo e Comunicação da UC é bem objetivo e possui informações em destaque para pessoas que possuem interesse em ingressar na instituição. A partir dessa observação interpreta-se que a UC tem como um dos seus focos principais a entrada de novos estudantes, assim como a permanência deles em ciclos posteriores. Em todo o site de divulgação, a partir das informações sobre o ensino na área, não foi possível encontrar os autores do conteúdo, como também não há a dados se houve participação discente e/ou administrativa na sua produção.

4.3 Análise crítica: parâmetros

Verificar e registrar práticas pedagógicas de ensino são importantes para que se possa garantir um aparato histórico sobre percalços/desatinos ocorridos ao longo de uma determinada área de formação, seja ela de nível fundamental, médio, técnico ou no ensino superior. Quando se trata de uma área específica, mais precisamente nas instituições de graduação que ensinam teorias e práticas jornalísticas não é diferente. Buscar e reunir informações que envolvem o processo de ensino/aprendizagem podem evidenciar aspectos que venham a contribuir

historicamente, com debates e discussões sobre métodos utilizados para transmitir conhecimento.

Pensando nesta contribuição para a produção de conhecimento oportunizada a partir da pesquisa, e levando em consideração a análise documental dos PPCs, optou-se nesta parte do trabalho a delimitar a estudo à disciplina de Teorias da Comunicação. Outro aspecto que deve ser levado será levado em consideração é a necessidade de se estabelecer parâmetros de criticidade na análise, para que se possa compreender o alinhamento sociológico e filosófico que pretende-se mostrar a partir do estudo. Para auxiliar nesta parte optou-se por utilizar as obras de Sen (2010); Rousseau (1999); e Adorno e Horkheimer (1947); Torna-se pertinente alinhar os parâmetros de criticidade para que a análise comparativa seja estabelecida de forma clara, e para que ao final da leitura o pesquisador possa ter clareza sobre o quê de crítico sobrou no trabalho realizado.

A escolha da disciplina de Teorias da Comunicação como um parâmetros se justifica, pois ela é uma das mais importantes no que diz respeito a formação teórica para a área de Comunicação Social e Jornalismo, uma vez que, geralmente, ela é ofertada nos períodos iniciais da formação (TEMER e NERY, 2004). O estudo, como pode ser observado ao longo deste trabalho, se debruçou sobre os PPCs dos cursos de Jornalismo sediados na Região Norte do Brasil e na Licenciatura em Jornalismo e Comunicação da UC. A partir da coleta de informações foram analisadas as ementas das disciplinas de “Teorias da Comunicação”, com foco nas bibliografias básicas, pois elas “dizem respeito ao conteúdo programático da disciplina ministrada pelo professor na sala de aula, já as complementares servem como material adicional para complementar a abordagem do tema (MACHADO e BLATTMANN, 2011, p. 17).

Sob o parâmetro das teorias, as perspectivas de Sen (2010); Rousseau (1999); e Adorno e Horkheimer (1947) serão utilizadas como referência contextual, pelas suas contribuições sociológicas e filosóficas, respectivamente, as obras sobre desenvolvimento como liberdade; a origem das desigualdades entre os homens; e sobre a dialética do esclarecimento. Freire (1989, p. 8), ao defender a importância da leitura em um processo de interpretação de informações, afirma que a “compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”.

Não se busca aqui adentrar debater o pensamento sociológico e filosófico compreendido na oferta das disciplinas ou nas contribuições teóricas inegáveis dos teóricos, mas compreender estruturas básicas que podem contribuir com uma análise crítica mais efetiva nesta pesquisa.

Saber o tipo de obra utilizada no ensino de uma disciplina tão importante para o pensamento crítico, pode ser um parâmetro estimulador para entender comparativamente quais aspectos aproximam e afastam as respectivas formas de ensino de Jornalismo.

Uma das bases da construção crítica do pensamento é a discordância a partir do debate entre de ideias. Inclusive uma das condições básicas relacionada à crítica decorre da contradição (PAIVA, e GABBAY, 2010). A troca de ideias pode ocorrer a partir de questionamentos e, deles, obtêm-se respostas que são capazes de externar posições sobre os mais variados temas.

Para categorizar de forma objetiva optou-se por estabelecer perguntas a partir das três obras citadas anteriormente, Sen (2010); Rousseau (1999); e Adorno e Horkheimer (1947) e que serão respondidos à luz da crítica comparativa proposta nesta pesquisa. Há preocupação no ensino de Jornalismo em formar profissionais preparados para o esclarecimento de cidadãos e cidadãs? O ser humano é distanciado daquilo que é importante para sua vida a partir do processo de privatização das coisas. O ensino de Jornalismo também está voltado para este sistema? O Ensino de Jornalismo está voltado para a formação de “máquinas” de produção de notícias ou para seres pensantes?

É importante reforçar que as perguntas acima não têm como objetivo substituir o problema inicial proposto na pesquisa ou gerar conflito com os objetivos propostos. Ao contrário disso, elas serão usadas como apoio para responder ao questionamento norteador do estudo e para alcançar as metas estabelecidas. As indagações aqui apresentadas serão respondidas (caso seja possível) de forma objetiva, embasados nas obras dos referidos autores e à luz do ensino da disciplina de Teoria da Comunicação, o que pode ser indicativo de como é pensando o ensino de Jornalismo nos dois Países.

Entende-se ser indispensável neste momento o estabelecimento desses parâmetros para que se possa debater mais efetivamente na pesquisa, qual o papel institucional do ensino de Jornalismo presentes nos respectivos PPCs analisados. Esta parte de análise crítica comparativa será tratada na parte final da pesquisa, que engloba somente os PPCs da UFT e da Universidade de Coimbra. Entretanto torna-se pertinente avaliar, mesmo que brevemente, os demais projetos pedagógicos das instituições no contexto, já que este é o momento de produzir conhecimento sobre a Região Norte. A partir da definição dos processos metodológicos para a obtenção de informações foi possível organizar os dados obtidos. Foram levantadas informações a partir da análise documental dos PPCs, na parte que tratava das disciplinas de “Teorias da Comunicação” dos cursos de jornalismo estudados. Os autores e suas respectivas obras foram organizados e

distribuídos por cada uma das instituições. A partir desse levantamento foi possível construir um quadro com as seguintes informações:

Quadro 24 - Universidades do Norte do Brasil e autores adotados nas disciplinas de “Teorias da Comunicação”, conforme as biografias básicas constantes nas matrizes curriculares

Autor(es)	Universidades						
Mauro Wolf	UFAM	UFT	UNIFAP	UFPA	UNIR	UFRR	UFAM ICSEZ
Antônio Hohlfeldt; Luiz Cláudio Martino; Vera Veiga França	UFAM	UFT	UNIFAP	UNIR	UFRR	UFAM ICSEZ	UNIFESSPA
Armand Mattelart; Michelle Mattelart	UFAC	UFT	UNIFAP	UFPA	UFAM ICSEZ	UNIFESSPA	
Luiz Costa Lima	UFPA	UNIR					
Luís Mauro Sá Martino	UFAM	UFRR					
Ilana Polistchuck; Aluizio R. Trinta	UFAC	UFRR					
Theodor Adorno; Max Horkheimer	UFPA	UFAM ICSEZ					
Marshall MC Luhan	UFAC						
Maria Immacolata Vassalo de Lopes	UFAC						
Mirna Feitoza Pereira; Gilson Vieira Monteiro; Maria Emilia de Oliveira Pereira Abbud	UFAM						
Gabriel Cohn	UFPA						
Melvin L. DeFleur; Sandra Ball-Rokeach	UFPA						
François Dosse	UFPA						
Barbara Freitag	UFPA						
Stephen Littlejohn	UFPA						
Mauro Wilton Sousa	UFPA						
Pedro Gilberto Gomes	UFRR						
David Berlo	UFT						
Paul-Laurent Assoun	UNIR						
Antonio Hohlfeldt; Giovandro Marcus Ferreira; Luiz C. Martinho; Osvando J. de Moraes	UNIR						
Vera Veiga França; Alessandra Aldé; Murilo C. Ramos	UNIR						
Vera Regina Veiga França; Paula Guimarães Simões	UNIFESSPA						
José Marques de Melo	UFAM ICSEZ						

FONTE: Autor, 2021.

É importante observar os autores utilizados por todas as instituições que ofertam a graduação no norte do País. Ao organizar essas informações pode-se verificar que “vai se consolidando uma abertura que dissolve os estudos de teorias da comunicação em uma grande diversidade de abordagens” (MARTINO, 2005, p. 22). Reorganizar esses dados torna-se pertinente para estudos que envolvem o ensino de Jornalismo, especialmente para discussões diversas sobre a formação na área, que ainda é pouco explorada em pesquisas científicas brasileiras.

Com base no levantamento realizado percebeu-se que apenas as obras de Mauro Wolf e a conjunta de Antônio Hohlfeldt; Luiz Cláudio Martino; e Vera Veiga França são utilizadas como biografias básicas na maioria das disciplinas de Teorias da Comunicação, em cursos de Jornalismo das Universidades Federais do Norte do Brasil. Mauro Wolf é adotado por sete, das instituições analisadas, assim como as obras de Antônio Hohlfeldt; Luiz Cláudio Martino; e Vera Veiga França. Já no PPC da Licenciatura em Jornalismo e Comunicação da UC foi possível observar que oito obras são utilizadas. Dessas, os autores Armand Mattelart; Michelle Mattelart; Melvin L. DeFleur; Sandra Ball-Rokeach também são utilizados em instituições do Norte do Brasil.

Observar autores e autoras utilizadas em uma das disciplinas mais importantes para o pensamento teórico da comunicação é uma forma de analisar a preocupação de instituições de ensino superior com o fortalecimento do pensamento crítico. Ao relacionar essa questão com as obras de Sen (2010); Rousseau (1999); e Adorno e Horkheimer (1947), estabelecendo questionamentos sociológicos e filosóficos como parâmetros para a análise crítica, fica mais evidente o formato de comparação que pretende-se realizar no capítulo seguinte.

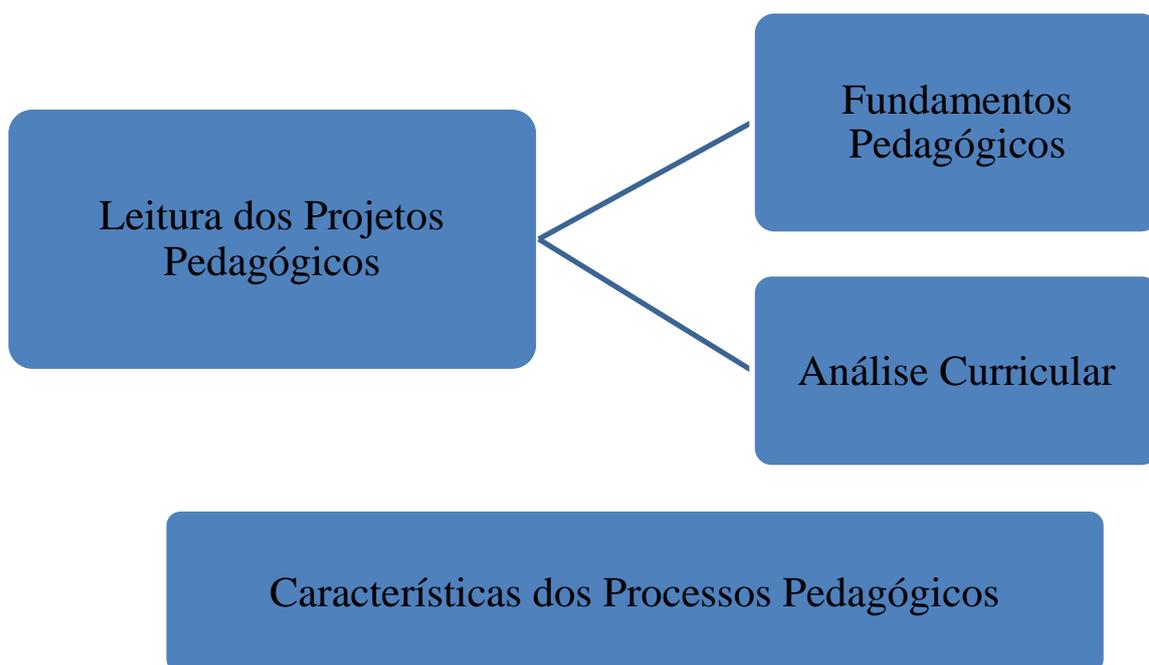
4.4 Análise crítica-comparativa: PPC do curso de Jornalismo da UFT x PPC Licenciatura em Comunicação e Jornalismo da UC

A partir desse ponto o trabalho focará sua análise nos PPCs do curso da UFT e da UC para que possam ser extraídas informações detalhadas sobre os respectivos processos pedagógicos, já que essas informações serão pertinentes durante a análise crítica-comparativa

que visa responder ao questionamento norteador da pesquisa: “Qual o nível de convergência entre as diretrizes pedagógicas curriculares que norteiam a formação do Profissional de Jornalismo no Brasil e em Portugal?”.

A prática adotada para que se possa dar continuidade na análise das diretrizes pedagógicas do PPC de Jornalismo da UFT é a disponibilizada por Silva (2018), a partir da obra de Seixas et al., (2013). Neste sentido, o pesquisador propôs uma nova adaptação de análise a ser desenvolvida:

Figura 7 - Modelo de análise do Projeto Pedagógico Curricular



Fonte: Seixas et al.(2013) *apud* Silva (2018), adaptado pelo autor (2021).

Ao estabelecer este modelo de análise de Projeto Pedagógico Curricular cabe destacar que ele será o mesmo utilizado ao ser trabalhado o PPC da Licenciatura em Comunicação e Jornalismo da UC. A partir da obtenção das respectivas características das formações existentes nas duas universidades, será possível estabelecer um método crítico-comparativo, utilizando as a última etapa da análise de conteúdo propostas por Bardin (2016): o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. É nesta parte do trabalho em que será retomado também os parâmetros de criticidade delineados no capítulo anterior.

4.4.1 Fundamentos Pedagógicos

O PPC da UFT é claro quanto aos fundamentos do ensino de Jornalismo. É destacado inclusive que as diretrizes pedagógicas têm como objetivo “promover uma formação ao estudante com ênfase no exercício da cidadania” (BRASIL, 2015, p. 24). Quando se busca analisar esta parte do PPC da UC não fica claro quais fundamentos nortearão a formação na área, ou se há alguma preocupação em retornar à sociedade o que foi aprendido na universidade. O mais próximo que foi possível identificar é um item constante nos objetivos: “f) Desenvolver a capacidade para pensar autónoma e criticamente, desempenhando tarefas e propondo soluções para a resolução de problemas no âmbito da área de formação”. Portugal (online).

Neste sentido Sen (2010), que propõe um debate pertinente sobre formas de privação de liberdade, cita diferenças entre países desenvolvidos, aqui pode-se citar Portugal, e países em desenvolvimento, como o Brasil. Para ele, no que se refere a “outras privações de liberdade, há um número enorme de pessoas em diversos países do mundo que são sistematicamente negados a liberdade política e os direitos civis básicos” (SEN, 2010, p. 29-30). Quando se pensa em uma formação profissional em Jornalismo entende-se que produzir informação social, em qualquer parte do mundo, é uma forma de garantir à população o acesso a direitos. Ora, quem não sabe o direito que tem não pode exigí-lo. Um ensino preocupado em formar profissionais comprometidos com a cidadania fortalece uma sociedade cada vez mais crítica. Neste sentido o direito à informação não pode ficar restrito ao setor privado, isto é, ao conceito mercantil de produção. Delimitando esta análise apenas ao processo de ensino, verifica-se uma maior preocupação social do PPC da UFT do que o PPC da Licenciatura em Jornalismo da UC.

A partir da observação novos questionamentos são levantados. No Brasil essa preocupação é demonstrada pelo fato deste País Latino-Americano estar em desenvolvimento? Portugal, por meio da UC, não tem essa preocupação demonstrada em seu PPC por já terem superado essa questão econômica, isto é, por terem atingido um nível de desigualdade social menor em relação a realidade brasileira? Rosseau explica que problemas que envolvem os desequilíbrios sociais têm origem: “nascem todos esses abusos senão da funesta desigualdade,

introduzida entre os homens pela distinção dos talentos e pelo aviltamento das virtudes? (...) Já não se pergunta sobre um homem se ele tem probidade, mas se tem talentos” (ROUSSEAU, p. 34).

Rousseau (1999) trata com bastante afinco as origens da desigualdade social referenciando-a a partir do Estado de Natureza para o Estado Civil. Em um contexto filosófico ele deixa clara a herança da desigualdade e mostra formas de superação deste problema entre os seres. Em uma delas diz que é necessário o ser humano “penetrar em si mesmo para ai estudar o homem e conhecer-lhe a natureza, os deveres e o fim (ROUSSEAU, 1999, p. 11).

Neste contexto pode-se recorrer a Adorno e Horkheimer (1947, p. 5) na parte em que destacam que “o saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo”. Ainda assim novas críticas a uma interpretação inicial sobre a mercantilização do ensino de Jornalismo europeu precisa ser aprofundada. Partido dessas perspectivas pode-se inferir o modelo do PPC de Jornalismo da UFT como voltado para um ensino social, isto é, com instruções definidas para a formação de um profissional preocupado com a cidadania. Nesta parte comparativa, ao levar em consideração somente os fundamentos pedagógicos constantes nos projetos, observou-se um conceito constantemente mercadológico no PPC da UC.

4.4.2 Análise curricular

Uma das forma de observar como é pensado o ensino de uma graduação é analisar a sua grade curricular, isto é, as disciplinas que são disponibilizadas para os estudantes. No curso de Jornalismo, seja na UFT ou na UC não é diferente. Conforme o plano pedagógico de Coimbra há dois planos de estudos com grades curriculares disponibilizadas: percurso Jornalismo e Comunicação e percurso Jornalismo e Comunicação com Menor. A primeira trata da formação básica, já os menores:

(...) traduzem-se numa aproximação científica a outra área, diferente da Licenciatura a que os/as estudantes estão matriculados/as. Trata-se de uma modalidade organizada de estruturar as escolhas dos/as estudantes relativas às componentes optativas das diversas licenciaturas. Um menor é composto por pelo menos 30 ECTS de opção. É

composto por um conjunto de unidades curriculares de formação teórica e metodológica de base de uma outra Licenciatura, que permitem alargar as competências adquiridas, reforçando, assim, a preparação em áreas específicas (PORTUGAL, 2013, p. 1).

Neste sentido, ao realizar a comparação crítica comparativa entre as grades curriculares das duas instituições será utilizado como referência as disciplinas do percurso Jornalismo e Comunicação, por se adequar de forma mais próxima à formação na área. Nesta grade as regras são similares à da formação com Menor. A diferença ocorre na inclusão de um tópico que trata especificamente da área de concentração complementar. Desta maneira pode-se apresentar na íntegra a disposição e as informações constantes na grade curricular da Licenciatura em Jornalismo e Comunicação da UC:

Quadro 25 - Grade curricular: Licenciatura em Jornalismo e Comunicação da UC

Nome da Unidade Curricular	Ano	Código da Unidade Curricular	Duração	Tipo	Área Científica	Créditos ECTS
Discurso e Comunicação		1010422	1º Semestre	Obrigatória	CC	6.0
Sociologia da Comunicação		1010433	1º Semestre	Obrigatória	CC	6.0
Deontologia do Jornalismo e da Comunicação		1010547	2º Semestre	Obrigatória	IJ	6.0
Produção Noticiosa		1010553	2º Semestre	Obrigatória	IJ	6.0
Comunicação Audiovisual		1010444	1º Semestre	Opcional *	CC	6.0
Comunicação Organizacional		1010456	1º Semestre	Opcional *	CC	6.0
Direito da Comunicação		1010467	1º Semestre	Opcional *	CC	6.0
Géneros Jornalísticos		1010478	1º Semestre	Opcional *	IJ	6.0
Introdução ao Multimédia		1010495	1º Semestre	Opcional *	CC	6.0
Introdução à Comunicação Política		1010489	1º Semestre	Opcional *	CC	6.0
Laboratório de Produção		1010508	1º Semestre	Opcional *	IJ	6.0
Língua Portuguesa		1010519	1º Semestre	Opcional *	CSH	6.0
Media e Cultura Contemporânea		1010525	1º Semestre	Opcional *	CSH	6.0
Teorias da Comunicação		1010536	1º Semestre	Opcional *	CC	6.0
História dos Media		1010564	2º Semestre	Opcional *	CSH	6.0
Imagem e Comunicação		1010570	2º Semestre	Opcional *	CC	6.0
Jornalismo Multimédia		1010581	2º Semestre	Opcional *	IJ	6.0
Jornalismo Radiofónico		1010592	2º Semestre	Opcional *	IJ	6.0
Jornalismo Televisivo		1010609	2º Semestre	Opcional *	IJ	6.0
Projeto		1010615	2º Semestre	Opcional *	IJ	6.0
Relações Públicas		1010626	2º Semestre	Opcional *	IJ	6.0
Socioeconómica dos Média		1010637	2º Semestre	Opcional *	CC	6.0
Teorias do Jornalismo		1010652	2º Semestre	Opcional *	IJ	6.0

Técnicas de Redação		1010648	2º Semestre	Opcional *	CSH	6.0
---------------------	--	---------	-------------	------------	-----	-----

Fonte: Portugal (2021, online).

A grade curricular da Licenciatura em Jornalismo e Comunicação da UC possui 24 disciplinas. Destas, apenas quatro são obrigatórias. Todas estão divididas em áreas científicas, sendo elas Informação e Jornalismo (IJ); Ciências da Comunicação (CC); e Ciências Sociais e Humanas (CSH). Não é informado nesta parte do plano pedagógico períodos em que são ofertadas as disciplinas ou mesmo o ano em que ela fará parte da grade. É informado somente que a duração, isto é, o período do ano em que é ofertado a matéria, será no 1º ou 2º semestre. Todas valem 6 ECTS. Para acessar informações gerais como ementa, objetivos das matérias e bibliografia básica é necessário acessar um hiperlink disponível no nome de cada disciplina.

Por outro lado, ao observar a matriz curricular de ensino de Jornalismo na UFT, é possível perceber um maior detalhamento no que diz respeito à oferta de disciplinas por período ideal, créditos (CR); cargas horárias teóricas (CHT); cargas horárias práticas (CHP); cargas horárias totais (CH total); além dos pré-requisitos para que se possa cursar determinada matéria. Também é informado a divisão das disciplinas pelos eixos determinados pelas DCNs, sendo eles: Eixo de fundamentação humanística; Eixo de fundamentação específica; Eixo de fundamentação contextual; Eixo de formação profissional; Eixo de aplicação processual; e Eixo de prática laboratorial. Ainda nos apêndices do PPC estão relacionadas todas as disciplinas obrigatórias e optativas da estrutura curricular do curso, com seus respectivos objetivo geral, ementa, bibliografia básica e bibliografia complementar (BRASIL, 2015).

Figura 8 - Matriz Curricular de Jornalismo da UFT

Período Ideal	Código	Disciplina	CR	CHT	CHP	CH Total	Pré-Req.	
1	JOR11	Filosofia	4	60		60	-	
	JOR12	Sociologia	4	60		60	-	
	JOR13	Teorias da Comunicação	4	60		60	-	
	JOR14	Leitura e Prática da Produção de Textos I	4	40	20	60	-	
	JOR15	Introdução ao Jornalismo	4	40	20	60	-	
	JOR16	Jornalismo e Psicologia	4	60		60	-	
	TOTAL DO SEMESTRE			24	320	40	360	
2	JOR27	Narrativas Jornalísticas	4	60		60	JOR15	
	JOR28	Cultura, Estética e Mídia	4	40	20	60	-	
	JOR29	Antropologia	4	60		60	-	
	JOR210	Leitura e Prática da Produção de Textos II	4	40	20	60	JOR14	
	JOR211	Teorias do Jornalismo	4	60		60	JOR13	
	JOROP	Optativa	4	30	30	60		
	TOTAL DO SEMESTRE			24	290	70	360	
3	JOR312	Técnicas de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalísticas	4	30	30	60	JOR27	
	JOR313	História das Mídias	2	30		30	-	
	JOR314	Introdução ao Audiovisual	2	30		30	-	
	JOR315	Planejamento Gráfico	4	40	20	60	JOR27	
	JOR316	Fotojornalismo I	4	40	20	60	JOR15	
	JOR317	Análise de Produtos Gráficos	2		30	30	-	
	JOROP	Optativa	4	30	30	60		
TOTAL DO SEMESTRE			22	200	130	330		
4	JOR418	Produção em Jornalismo	6		90	90	JOR312	
	JOR419	Radiojornalismo	8	30	90	120	JOR312	
	JOR420	Jornalismo e Cidadania	4	40	20	60	JOR29 JOR15	
	JOR421	Fotojornalismo II	4		60	60	JOR316	
	JOR422	Análise de dados estatísticos em Jornalismo	2	30		30	-	
	JOROP	Optativa	4	30	30	60		
	TOTAL DO SEMESTRE			28	130	290	420	
5	JOR523	Ética no Jornalismo	4	60		60	JOR211	
	JOR524	Telejornalismo I	4	40	20	60	JOR312 JOR314	
	JOR525	Edição em Jornalismo	10	30	120	150	JOR315 JOR316 JOR418	
	JOR526	Gestão em Jornalismo	2	30		30	JOR15	
	JOROP	Optativa	4	30	30	60		
	TOTAL DO SEMESTRE			24	190	170	360	
6	JOR627	Telejornalismo II	4		60	60	JOR524	
	JOR628	Assessoria de Comunicação	4	40	20	60	JOR526	
	JOR629	Estágio Supervisionado I	8	30	90	120	JOR312 JOR314 JOR419	
	JOR630	Metodologia do Trabalho Científico	4	60		60	JOR211	
	JOR631	Webjornalismo	4	30	30	60	JOR312	
	JOR632	Jornalismo Regional	4	60		60	JOR15	
	TOTAL DO SEMESTRE			28	220	200	420	
7	JOR733	TCC I	4	60		60	JOR419 JOR524 JOR525 JOR630	
	JOR734	Jornalismo Multimídia	4	40	20	60	JOR631	
	JOR735	Jornalismo Especializado I	4	20	40	60	JOR312	
	JOR736	Assessoria de Imprensa	2	30		30	JOR312	
	JOR737	Estágio Supervisionado II	8	30	90	120	JOR629	
	TOTAL DO SEMESTRE			22	180	150	330	
8	JOR838	TCC II	12		180	180	JOR628 JOR631 JOR733	
	JOR839	Crítica da Mídia	4	30	30	60	JOR211	
	JOR840	Jornalismo Especializado II	4	20	40	60	JOR312	
	TOTAL DO SEMESTRE			20	50	250	300	
	TOTAL (carga horária obrigatória)			192	1580	1300	2880	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES			8			120		
TOTAL GERAL			200			3000		

Fonte: Brasil (2015, p. 45 e 46)

Uma das maiores diferenças entre as duas matrizes curriculares está na oferta de disciplinas obrigatórias e optativas. Enquanto o projeto pedagógico da UC oferta apenas três com obrigatoriedade, a da UFT exige que 39 sejam cursadas para que a formação esteja completa. Outro ponto que merece ser destacado é o da oferta de matérias optativas. Há uma grade curricular específica na universidade federal do Brasil, somente com as disciplinas que são facultativas. Ainda assim é necessário que quatro destas sejam cursadas para que a carga horária final seja alcançada pelos discentes.

No total são 53 possibilidades de matérias facultativas informadas no PPC de Jornalismo da UFT. “Isto significa flexibilizar o currículo para disciplinas optativas e estabelecer parceria entre professor e aluno para melhor apreensão de conteúdos, o que propiciará uma formação humanística e continuada, completando o processo formativo (BRASIL, 2015, p. 21).

Ao adentrar mais a fundo em uma das disciplinas que se propõe a instigar o pensamento crítico, Teorias da Comunicação, é possível observar nas suas respectivas ementas propostas distintas e autores diferentes utilizados como referência básica para o Ensino da matéria.

Quadro 26 - Comparação da disciplina de "Teorias da Comunicação"

Bibliografias Básicas	
UC	UFT
ESTEVES, J. P. (2002) [org.]. Comunicação e Sociedade. Lisboa: Livros Horizonte.	BERLO, David. O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
HOLMES, D. (2005). Communication Theory. London: Sage.	HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.). Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2010.
LITTLEJOHN, S. (1982). Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana. Rio de Janeiro: Zahar Editores.	MATTELART, A & MATTELART, M. História das Teorias da comunicação. São Paulo: Loyola, 2006.
MATTELART, A & MATTELART, M. (2002). História das Teorias da Comunicação. Porto: Campo das Letras	WOLF, Mauro. Teorias da comunicação. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
WATZLAWICK et al. (1972). Pragmática da comunicação humana. São Paulo: Cultrix McLuhan.	
MCQUAIL, D. (2003). Teoria da Comunicação de Massas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.	
SERRA, J. P. (2007). Manual de Teoria da Comunicação, Covilhã: LABCOM.	
FLEUR, M. D. & ROKEACH, S. B. (1993). Teorias da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Zahar Editores.	

UC	UFT
Objetivo geral e/ou resultados da aprendizagem da disciplina	
<p>Proporcionar aos alunos uma compreensão das múltiplas abordagens que o estudo da comunicação pode ter, reforçando a ênfase na componente relacional das teorias da comunicação. O programa procura também oferecer teorias da comunicação que complementem as abordagens teóricas à comunicação lecionadas noutras disciplinas do curso, permitindo, assim, que os estudantes tenham contacto com um leque mais abrangente de diferentes perspectivas no pensamento sobre a comunicação. Os estudantes deverão, assim, ser capazes de: reconhecer várias dimensões da comunicação interpessoal e dos media, diferenciando entre aspetos técnicos e interacionais; desconstruir a naturalização do fenómeno da comunicação na experiência quotidiana; conhecer alguns dos principais fundamentos as teorias da comunicação.</p>	<p>Desenvolver um reconhecimento amplo da dimensão comunicativa do mundo, em especial na realidade midiática contemporânea, a partir dos fundamentos das várias correntes do pensamento comunicacional.</p>

FONTE: Portugal (2021, online) e Brasil (2015, p. 103), elaborado pelo autor (2021)

Trazer essa comparação a partir de uma única disciplina se faz importante, não desconsiderando as demais que são ofertadas pelos dois projetos pedagógicos, para que se possa avaliar como é desenvolvido no contexto educacional das teorias, o ensino de Jornalismo. Neste sentido, verifica-se que a maioria das obras são diferentes, com uma observação sobre o uso da obra “História das Teorias da comunicação”, dos pesquisadores Michelle Mattelart e Armand Mattelart, utilizada tanto no Ensino de Jornalismo na UC, quanto na UFT.

No caso dos objetivos da disciplina do curso, ambos trazem uma preocupação com o ensino de amplas abordagens da comunicação. Nesta parte, a ementa da UC é um pouco mais detalhada no que diz respeito às competências que se espera ao final do curso da matéria de teorias. Outro ponto que merece ser destacado são os métodos de ensino que serão utilizados no decorrer das aulas, algo exclusivo da ementa da Licenciatura portuguesa. É descrito a possibilidade sempre que necessário, do uso de *powerpoint* para debates entre discentes, além do uso de materiais audiovisuais (PORTUGAL, 2021 online).

À luz de Sen (2010) é possível estabelecer uma análise crítica neste ponto em que se compara as grades de matérias, com delimitação final à observação da disciplina de teorias da comunicação nos dois cursos. Quando observa-se as duas possibilidades de formação no contexto de suas matrizes curriculares, percebe-se uma maior liberdade para escolha do que se quer estudar no projeto pedagógico da UC. Sen (2010) promove um debate sobre a privação de capacidades e destaca o desenvolvimento como possível quando pessoas amplificam suas competências, entre elas a do conhecimento.

Neste sentido, uma maior liberdade – pelo menos em um primeiro momento – poderia oportunizar aos discentes a ampliação de escolhas. É necessário ressaltar que essa perspectiva se dá a partir da análise visual do que é proposto nas respectivas matrizes curriculares. Em algumas situações muitas possibilidades que estão escritas no papel, não são colocadas em prática por motivos diversos. A grande oferta de disciplinas optativas, por exemplo, não quer dizer que todas estarão disponíveis para escolha discente. Dependerá em regra do professor e sua área de formação, o que pode significar a redução de opções durante uma formação.

À luz da discussão sobre as teorias da comunicação, aqui debatidas de forma um pouco mais aprofundada, torna-se pertinente discutir à luz de Adorno e Horkheimer (1947) e seus pensamentos sobre os lados negativos e positivos do esclarecimento. Ao compreender as Teorias até então apresentadas sobre as massas, uma pessoa poderá compreender melhor o sistema ao qual estará inserido profissionalmente. No caso da formação da UC, oito bibliografias constam como básicas para o ensino da disciplina. No caso da UFT são quatro. No contexto quantitativo as possibilidades em obras são mais diversas na instituição europeia, do que na brasileira.

Compreende-se que, quanto mais competências teóricas os discentes possuem acesso, maior pode ser a possibilidade de se lidar com fatores diversos no campo profissional. Adorno e Horkheimer (1947, p. 6) ressaltam que “o esclarecimento é totalitário”, já que o processo de pré-estabelecimento das relações sociais se dá de forma burocrática, mas elucidam que ele pode também ser benéfico para a sociedade já que “corrói a injustiça da antiga desigualdade, o senhorio não mediatizado; perpetua-o, porém, ao mesmo tempo, na mediação universal, na relação de cada ente com cada ente. (...) ele elimina o incomensurável” (p. 09).

No sentido amplo do debate, e ao levar em consideração Sen (2010) e Adorno e Horkheimer (1947), observou-se relações de ensino próximas entre a UC e a UFT, no que diz respeito ao ensino de Jornalismo. Ambas possuem compromisso em promover escolhas de formação, com maior peso neste sentido para o curso português. Também é necessário ressaltar que as diferenças nas ofertas de disciplinas, suas obrigadoriedades e ofertas optativas, se são evidentes no contexto dos dois ensinos superiores. O PPC da UFT mostrou-se muito mais organizado do que o da Licenciatura da UC, com informações gerais e detalhadas que dão diretrizes claras a docentes e discentes sobre o que pretende-se ensinar, além dos eixos

estabelecidos para cada disciplina. Porém, ao adentrar em uma das disciplinas como forma de observar mais detalhadamente o ensino, conseguiu-se observar uma preocupação da instituição portuguesa em disponibilizar uma maior quantidade de obras, o que é um indicativo positivo – mas não determinante – de eficiência em formação.

4.4.3 Características gerais dos processos pedagógicos

Os projetos pedagógicos do ensino de Jornalismo possuem suas respectivas particularidades, algumas semelhanças, mas as diferenças se sobressaem num contexto comparativo, método este que, em alguns casos, os procedimentos são formulados sob estrito controle e os resultados são altamente generalizados (GIL, 2008). Ao pensar nestes conceitos torna-se pertinente demonstrar de forma mais explícita características gerais dos processos de ensino.

Quadro 27 - Informações gerais UFT x UC

Descrição	UFT	UC
Quantidade de páginas	326 páginas	Online, com <i>hyperlinnks</i>
Legislação legal de criação do curso	Decreto Estadual n.º 332 Diário Oficial do Estado do Tocantins, n.º 556, página 5080, de 18 de outubro de 1996, e pela resolução de criação: Resolução/UNITINS Nº 001/96, de 04 de novembro de 1996. O funcionamento autorizado pelo parecer 076/00, publicado em Diário Oficial de 28 de agosto de 2000, n.º 965, página 20939 (página 20).	Não informado
Comissão de elaboração	Três professores são informados como sendo da 3ª Comissão de Elaboração/Sistematização (página 06).	Não informado
Representação discente	São citados 09 estudantes como representação discente no PPC (página 05).	Não informado
Corpo técnico	De acordo com o PPC o curso de Jornalismo possui cinco técnicos nas áreas de Audiovisual (02); Técnico em Jornalismo (01); Técnica em Planejamento Gráfico (01); Técnica em Fotografia (01) (Página 82).	Não informado
Corpo docente	Composto conforme o PPC por 23 professores efetivos e 2 professores substitutos. (Página 69).	Conforme o PPC, são 13 professores. Não é informado o tipo de vínculo.
Informações sobre estruturas físicas do curso	As instalações do curso de Jornalismo compreendem parte das salas de aula do Bloco A, nos turnos matutino e noturno e do bloco I, onde estão instalados os laboratórios do curso, a saber: laboratório de fotografia, laboratório de redação, estúdio de TV, laboratório de rádio,	Não informado

	ilha de edição. A Coordenação do curso está localizada no bloco administrativo Bala II, juntamente com a administração do Campus e as demais coordenações de cursos. Os professores dispõem de três espaços para suas atividades extraclasse, como orientações de projetos de pesquisa e extensão do curso, a saber: duas salas de aproximadamente 23,3m ² cada no bloco II e uma sala no bloco Bala II.	
Regimento acadêmico	Disponível no Apêndice B, a partir da página 28.	Não informado

Fonte: Brasil (2015); Portugal (2021, online), elaborado pelo autor.

Ao buscar informações básicas sobre o ensino de Jornalismo, a partir dos projetos pedagógicos, foi possível identificar um abismo no que diz respeito à disponibilidade de informações entre os PPCs da UFT e da UC. Ficou evidente o quanto a instituição da Região Norte do Brasil trabalhou com maior preocupação técnica a construção das diretrizes de formação em Jornalismo. Melo (2019, p. 14) afirma que o Brasil “tende a aceitar modelos estrangeiros com maior presteza, especialmente de Portugal, pela colonização que implica em uma proximidade cultural e histórica”. Porém, ao analisar comparativamente dois cursos de graduação na mesma área de formação percebe-se que, no Norte do Brasil, o modelo de projeto pedagógico mostrou-se mais satisfatório ao trazer inúmeras informações para quem venha a ter interesse em conhecer a formação na área; discentes e docentes.

Por outro lado, o PPC da formação em Jornalismo da UC – disponível em uma página da internet com acessos externos em *hiperlinks* – mostrou muito objetivo, o que não quer dizer que venha a ser ineficiente. Conforme explicado anteriormente é possível acessar as informações de anos anteriores de forma ágil. Não há muitas mudanças, mas observa-se uma maior facilidade em atualizar as informações disponíveis, diferentemente do PPC da UFT, que data de 2015. Em um espaço de seis anos, período em que está sendo realizada a pesquisa, muito informação constante no plano pedagógico da instituição brasileira pode estar defasada.

Ao retomar outro ponto de avaliação dos dois PPCs, reforça-se o caráter mercadológico observado principalmente no curso da UC. É perceptível ao analisar a página, uma tendência em dar possibilidades e informações de ingresso na instituição e de permanência para ciclos futuros. Fora desta página, mas ainda no site da Universidade, é disponibilizado informações sobre custos para cursar a graduação. Além de algumas taxas há a discriminação de anuidade

para Licenciaturas no valor de 7000 EUR (sete mil euros)¹⁰, convertidos à moeda brasileira um total de R\$ 44.674,71, isto é, mais três salários mínimos no Brasil por mês. Ao observar a partir de Rousseau (1999), é possível confirmar um dos pensamentos do autor de que o ser humano é distanciado de muitas oportunidades a partir do processo de privatização das coisas. Neste sentido, o ensino de Jornalismo português também está voltado o sistema, pois de fato ele só é acessível – desconsiderando programas de bolsas – para quem possui recursos financeiros para pagar os valores cobrados pela UC.

Diferentemente do País Europeu, o ensino de Jornalismo é ofertado na UFT, uma instituição pública “com aproximadamente nove mil alunos [...] podendo desta forma contribuir para o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis” (BRASIL, 2015, p. 12). Ao debater essa questão de acesso ao ensino superior chega-se à conclusão de que a possibilidade de se manter na instituição pública é assumidamente superior à de uma paga.

Sen (2010) discute sobre pobreza e não a relaciona somente a renda. Para ela a pobreza vai além da moeda, mas pode ser combatida com políticas públicas e equidade entre os seres. Não é dizer aqui sobre situações socioeconômicos de acadêmicos entre as instituições. Para entender sobre essa diferença seria necessário realizar uma comparação mais aprofundada sobre as realidades discentes. Porém é inegável que, entre classes sociais, apenas uma instituição pública seria viável para as mais baixas. Neste sentido destaca-se a inegável diferença entre a instituições no que diz respeito a acesso, com foco positivo social evidentemente melhor para a UFT.

¹⁰ <https://www.uc.pt/brasil/graduacao/enem/taxas>

PARTE IV

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes mesmo de uma página deste estudo ser escrita, vivíamos no Brasil uma situação completamente diferente do momento em que ele foi entregue. Estamos no meio de uma Pandemia da COVID-19. Neste exato momento, enquanto essas considerações são escritas, descobre-se que novas variantes do vírus estão se proliferando no Brasil e também em Portugal. Neste momento, não é possível ver um fim para este problema que tem deixado famílias inteiras devastadas. Ainda acreditamos na vacina como uma saída para esta situação, mesmo que o negacionismo por vezes cerque o nosso meio. Ao ler um trecho de Adorno e Horkheimer (1947) muita coisa me passou pela cabeça. O fragmento diz que,

"os fascistas não só são igualmente capazes de cometer erros, mas também, com suas qualidades como miopia intelectual, obstinação, desconhecimento das forças econômicas e, sobretudo, com a incapacidade de ver o negativo e levá-lo em conta na avaliação da situação em seu conjunto, também contribuem subjectivamente para a catástrofe que, no íntimo, sempre esperaram" (p. 99).

Essa passagem é muito atual, mesmo tendo sido escrita há décadas. É uma realidade brasileira. Aqui, mesmo com todo o aparato do Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores programas de saúde pública do mundo, ainda estamos enfrentando problemas no que diz respeito à imunização das pessoas. Tudo isso sob o olhar e bênção de "líderes políticos". Ou melhor: pela falta deles. Entretanto, como diz Chico Burque, "apesar de você, amanhã há de ser outro dia". É importante contextualizar, mesmo que em dois parágrafos, essa indignação, porque foi ela que me acompanhou durante todo processo de escrita deste trabalho.

Foi preciso muitas mudanças metodológicas e de percursos de análise para que pudéssemos chegar até aqui. E, enfim, chegamos. Quando me disseram há anos que o processo de pesquisa, geralmente, não esclarece dúvidas, mas gera ainda mais questionamentos eu não acreditei. E olha só, é verdade. Conforme o desenrolar do estudo ocorria, mais perguntas iam surgindo e novas formas de olhar a ciência iam sendo moldadas na cabeça deste pesquisador. Ainda assim foi preciso foco para alcançarmos, mesmo que parcialmente, resposta ao questionamento norteador da pesquisa: "Qual o nível de convergência entre as diretrizes pedagógicas curriculares que norteiam a formação do Profissional de Jornalismo no Brasil e em

Portugal?”. A resposta vem da delimitação do tema para a Região Norte do País e, posteriormente e de forma mais detalhada, para os PPCs de Jornalismo da UFT e da Licenciatura em Jornalismo e Comunicação da UC. Numa escala em que propõe três níveis: baixo, médio e alto, podemos colocar a consonância entre essas diretrizes entre o baixo e médio. Os projetos pedagógicos no contexto da análise são completamente diferentes em suas estruturas, disponibilidade de disciplinas obrigatórias e optativas, informações gerais e aspectos técnicos. Confesso que inicialmente achei que o contexto de informações da instituição europeia iria surpreender as diretrizes de ensino da Universidade nortista brasileira. Positivamente inesperada, a resposta foi contrária a este pensamento. O PPC do curso de Jornalismo da UFT mostrou-se muito mais complexo tanto nas suas bases conceituais, quanto nos fundamentos do projeto pedagógico. Uma ênfase para a representação discente neste processo de construção, destacada em uma parte do documento. Porém, acredita-se que para aprofundar ainda mais a resposta ao questionamento inicial da pesquisa seria necessário analisar outros aspectos dos projetos com mais profundidade, como por exemplo os contextos educacionais, além das obras e autores constantes em cada uma das ementas das disciplinas dos dois cursos.

No que concerne ao objetivo geral do estudo de “Compreender as diretrizes pedagógicas curriculares da formação em Jornalismo no Brasil e em Portugal”, acredita-se que, em partes, foi possível alcançá-lo. À luz dos autores que nortearam a pesquisa encontramos evidências de que o PPC da Licenciatura em Jornalismo e Comunicação da UC possui um caráter mercantil, com foco em informações para acesso à formação na área. Isso pode ser compreendido pelo fato do curso, diferentemente da graduação da UFT, não ser gratuito. Neste sentido percebeu-se que as diretrizes pedagógicas na instituição portuguesa são muito objetivas e disponibilizadas somente em uma página da internet. Isso pode ser confirmado ao entrar na página do PPC da UC. A primeira informação vista é sobre os “Objetivos do Curso”, que tratam do que a instituição espera ofertar ao acadêmico. Já a segunda é sobre “Condições de Acesso e Ingresso” na Universidade.

No que diz respeito ao PPC da UFT a estrutura é completamente diferente. As diretrizes pedagógicas são explicadas de forma detalhada, informado a divisão das disciplinas pelos eixos determinados pelas DCNs, sendo eles: Eixo de fundamentação humanística; Eixo de fundamentação específica; Eixo de fundamentação contextual; Eixo de formação profissional;

Eixo de aplicação processual; e Eixo de prática laboratorial. Neste sentido foi possível compreender as diretrizes pedagógicas curriculares da formação em Jornalismo no Brasil e em Portugal, tendo como delimitante as duas instituições. Porém o conhecimento não é acabado e, outras dúvidas e propostas de compreensão foram surgindo durante o processo.

Um fator que leva a essa afirmação diz respeito ao tipo de ensino ofertado, isto é, o gratuito na UFT, e o pago da UC. O abismo social que estas duas situações evidenciam em um contexto educacional é inegável. Ainda assim, seria necessário aprofundar um pouco mais os estudos nos respectivos contextos sociais e econômicos para compreender cientificamente qual o tamanho dessa diferença, pois ela existe. Fica aqui uma possibilidade para pesquisas futuras que possam ser realizadas sobre o tema.

Sobre os objetivos específicos, acredita-se que o pesquisador conseguiu alcançá-los com êxito. O primeiro deles foi o de “realizar um levantamento documental seguindo as cinco dimensões propostas por Cellard (2005), com informações sobre as graduações em Jornalismo nas instituições analisadas”. Uma análise a partir desses critérios foi realizada neste estudo e, mais que isso, também optou-se por fazê-la a partir dos PPCs das instituições federais da região norte do Brasil que ofertam o curso de Jornalismo. Essa escolha foi realizada, pois sabemos os poucos estudos feitos sobre a região Norte. Este pesquisador não poderia perder essa oportunidade de referenciar informações que podem contribuir para o conhecimento direto sobre esses Estados que fazem parte da Amazônia Legal.

O segundo objetivo específico proposto também foi alcançado: “estudar as práticas de ensino do Brasil (Graduação em Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins) e Portugal (Ciclo I de Jornalismo e Comunicação na Universidade de Coimbra), a partir de seus respectivos Projetos Pedagógicos Curriculares”. Um processo demorado, em certos momentos cansativo, mas muito proveitoso. Foi possível construir quadros informacionais sobre os mais variados tópicos presentes nos dois PPCs e que poderão auxiliar pesquisas futuras que venham a ter o Ensino de Jornalismo como foco. Vale destacar também o aparato histórico da formação em Jornalismo no mundo levantado durante a pesquisa.

O terceiro e último objetivo específico foi: “estabelecer uma análise crítica-comparativa das informações da graduação em Jornalismo da UFT e da Licenciatura em Comunicação e Jornalismo da UC. Chegamos nesta parte da pesquisa depois de utilizar as três etapas de Bardin

(1977; 2006) durante todo o percurso – Pré-análise; Exploração do material; e Tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Também foi preciso estabelecer parâmetros de criticidade a partir de Sen (2010); Rousseau (1999); e Adorno e Horkheimer (1947). Acredita-se que, dentro das possibilidades, conseguiu-se definir uma crítica-comparativa entre os dois objetos de estudos, ocasião em que chegou a uma consideração de que o PPC da UFT possui mais informações e é superior em estrutura técnica do que o PPC da UC.

Uma consideração seguida de questionamentos que também precisa ser exposta trata do contexto pandêmico. As formas de ensino mudaram. O ensino por meio de ferramentas virtuais prevaleceu nos anos de 2021 e 2022 e pode ser uma nova forma pedagógica de ensino a ser implementada nas instituições. Pensar nesse contexto para a produção de novas diretrizes é necessário, para que não ocorra um rápido e vultuoso processo de defasagem curricular. Por um lado, compreende-se que o PPC da UFT, aprovado em 2015, não teria nenhuma informação sobre este contexto em seu teor. No entanto o da UC, que é virtual e que disponibiliza dados dos anos de 2021/2022, poderia constar algumas readequações de ensino dentro de um contexto pandêmico.

Estudos como este que tratam sobre o Ensino de Jornalismo são necessários, principalmente para regiões do Brasil não pertencentes ao eixo daquelas que sedimentaram a área da comunicação nas últimas décadas. Fazer ciência e pesquisa em um momento tão desafiador também é uma forma de resistência. Uma maneira de mostrar para essa geração e para gerações futuras de que é possível contribuir com a nossa sociedade. Que esta pesquisa possa servir de auxílio para outras. É o que espero.

REFERÊNCIAS

ANUNCIACÃO, Cristiano Pinto. **Dos estudos sobre Jornalismo às teorias do Jornalismo reflexões epistemológicas**. 2019. 207 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro - São Paulo: Edições 70. 3ª Reimp.: 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades e Estados**. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>. Acesso em: 07 de dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo, remetidas pela Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação, para apreciação da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação**. Brasília: publicado no D.O.U. de 12/9/2013, Seção 1, Pág. 10. Brasília, DF.

BRASIL. **Projeto Político-Pedagógico Curso de Jornalismo - UFAM**. Manaus, AM, 2008. <<http://biblioteca.ufam.edu.br/attachments/article/256/PPC%20Jornalismo.pdf>>. Acesso em: 07 de dez. 2020.

BRASIL. **Projeto de Reestruturação Curricular do Curso de Graduação em Comunicação Social - UFPA**. Belém, PA, 2002. Disponível em: <http://facom.ufpa.br/wp-content/uploads/2015/05/4-PPC_Projeto-Pedag%C3%B3gico-do-Curso.pdf>. Acesso em: 07 de dez. 2020.

BRASIL. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Jornalismo - UNIR**. Vilhena, RO, 2015. <http://www.dejor.unir.br/uploads/43524258/projeto_pedagogico_do_curso_de_jornalismo_unir_vilhena.pdf>. Acesso em: 07 de dez. 2020.

BRASIL. **Projeto Político-Pedagógico Curso de Jornalismo - UFAC**. Rio Branco, AC, 2013.

BRASIL. **Projeto Pedagógico do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFRR**. Boa Vista –RR, 2015. Disponível em: <<http://200.139.17.103/comunicacao/index.php/nv-projeto-pedagogico>>. Acesso em: 07 de dez. 2020.

BRASIL. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Jornalismo – Unifap**. Macapá, AP, 2015. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/jornalismo/files/2015/11/PROJETO-POL%c3%8dTICO-PEDAG%c3%93GICO-DO-CURSO-DE-BACHARELADO-EM-JORNALISMO- ATUAL .pdf>>. Acesso em: 07 de dez. 2020.

BRASIL. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Jornalismo**. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Rondon do Pará, 2018.

BRASIL. **Curso de Bacharelado em Jornalismo - Câmpus de Palmas.** Portal UFT. Disponível em <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/agronomia/jornalismo/historico>>. 2019. Acesso em 10/10/2019.

BRASIL. **Resolução Nº 34 de 10 de Dezembro de 2015.** Dispõe sobre a atualização do texto e retificação da tabela de equivalência do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Jornalismo, Câmpus de Palmas (Resolução nº 05/2015 do Consepe). Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/349IWExIROqOmaHe6LbKBw>. Acesso em 18/11/2019.

BRASIL. Universidade Federal do Tocantins (UFT). **Edital nº 01/2018 chamada pública para cadastro e seleção de candidatos a membros do CEP UFT.** Publicado em 23/03/2018. Disponível em: <http://docs.uft.edu.br/share/s/IN4bz3BTr-60OmIm033hw>>. Acesso em 18/03/2021.

BRASIL. Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências.** Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Superior Diário Oficial da União, Brasília, 1º de outubro de 2013 – Seção 1 – p. 26.

CANAVILHAS, J. M. M. **O ensino do jornalismo em Portugal.** Estudos em Comunicação. University of Beira Interior, Portugal. nº 6, p. 55-67, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/06/pdf/canavilhas-ensino-webjornalismo.pdf>>. Acesso em: 10 de dez. 2020.

CELLARD, André. A Análise Documental. In. POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-315.

CARVALHO. Luís Pedro Melo de. **O Movimento dos Capitães, o MFA e o 25 de Abril: do marcelismo à queda do Estado Novo.** Dissertação (Mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, 2009.

CASCAIS, F. **Ensino do jornalismo em Portugal.** História de um fracasso dos jornalistas. 2008. Disponível: <<http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wpcontent/uploads/sites/8/2017/04/13artigo5.pdf>>. Acesso em 10 de dez. de 2020.

COSTA, Carlos. A formação do jornalista: olhar crítico e contemporaneidade. In. **Jornalismo e Contemporaneidade: um olhar crítico.** Por: Cláudio Coelho, Dimas A. Künsch e José Eugenio de O. Menezes (Orgs.). Revista Eletrônica CoMtempo, v. 7, n. 3, P. 13-33, 2015.

DECLARAÇÃO DE BOLONHA. **Declaração de Bolonha - 1999.** Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Universidade de São Paulo (USP). 1999. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-n%C3%A3o-Inseridos-nas-Delibera%C3%A7%C3%B5es-da-ONU/declaracao-de-bolonha-1999.html>>. Acesso em 27/07/2021.

DINIZ, Lidiane. **Costa Rego e o Curso Pioneiro de Jornalismo da Universidade do Distrito Federal.** XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

DINIZ, Talita da Gama Silva. Et. al. **Estabilidade no Emprego e o Comportamento do Servidor Público de Municipal**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia: Gestão, inovação e Tecnologia para a Sustentabilidade. IX SEGeT. 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/1201677.pdf>>. acesso em 25/07/2021.

FENAJ. **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), organização - Florianópolis: [s.n.], (Florianópolis: Imprensa da UFSC) 138 p.: il. - 2ª edição, 2002.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. Paulo Freire. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf>. Acesso em 10/10/2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo. v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo** – sentidos e formas de uso (reimp.). Cascais: Princípia. 2008.

HIME, Gisely V.V.C. “**Construindo a Profissão de Jornalista: Cásper Líbero e a Criação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil**.” Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2005.

KINCHESCKI, G. F. ALVES, R. FERNANDES. T. R. T. **Tipos de metodologias adotadas nas dissertações do programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina no período de 2012 a 2014**. XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária - CIGU: Desafios da Gestão Universitária no Século XXI. Mar del Plata - Argentina, 2015.

KOSHIYAMA, A. M. . **Ensino do Jornalismo Brasil-EUA: O Legado de Pulitzer nos Tempos do Capitalismo Financeiro**. In: INTERCOM - Colóquio Brasil-EUA em Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro. <http://reposcom.portcom.intercom.org.br>. São Paulo: INTERCOM, 2005.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute. SCHELLER, Morgana. BONOTTO, Danusa de Lara. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização**. Revista de investigaciones UNAD Bogotá - Colombia No. 14, julio-diciembre, p. 55-73, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARA, Ângela Mara de Barros. MOLINA, Adão Aparecido. Pesquisa Qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias. In: César de Alencar Arnaut de Toledo; Maria Teresa Claro Gonzaga. (Org.). **Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas**. Maringá: Eduem, 2011, v. p. 121-172.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 12 de junho de 2021.

LOPES, Fernanda Lima. **Reflexões sobre políticas educacionais para o ensino de jornalismo no Brasil nos primeiros anos do regime militar**. Revista Brasileira de História da Mídia, v.2, n.1, jan./jun. 2013.

LÜDKE, Menga. ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. - São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO Marli; BLATTMANN Ursula. **A Biblioteca Universitária e sua relação com o projeto pedagógico de um curso de graduação**. Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v.25, n.1, p.9-20, jan./jun. 2011.

MARIANO, Karina Pasquariello. Globalização, Integração e o Estado. In: **Nova Visão das Teorias de integração Regional: Um modelo para a América Latina**. Departamento de Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Lua Nova, São Paulo, 71: 123-168, 2007.

MARTINO. Luiz C. **Os cursos de teoria da comunicação à luz do jornalismo: obstáculos e impropriedades das posições tecnicista e intelectualista**. Trabalho apresentado no NP Teorias da Comunicação, do XXVIII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, realizado na UERJ em setembro de 2005.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forenseuniversitária, 1982.

MELO, Gabriela Pereira. **Ensino e atuação dos jornalistas na Região Norte do Brasil e de Portugal**. 2019. 129f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

MELO, J. M. **Os primórdios do ensino de jornalismo**. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Florianópolis, v.1, n.º2, 2º sem., 2004, pp.73-83.

MESQUITA, Mário. PONTE, Cristina. **Relatório sobre o Ensino e a Formação Profissional na área do Jornalismo**. Estudo elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal. Revista de Recensões de Comunicação e Cultura. 1997. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com1.html>> . Acesso em 11 de dez. de 2020.

PAIVA, R.; GABBAY, M. M. **Comunicação, crítica e cidadania:** releituras teóricas e perspectivas práticas. Revista Debates, v. 4, n.1, p. 78–98, 2010.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. **O jornalismo em tempos de mudanças estruturais.** In Texto, Porto Alegre, v. 1, n. 24, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/19208>>. Acesso em: 28/07/2021.

PETRARCA, Fernanda Rios. **O Jornalismo no Brasil:** a gênese de uma profissão. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. 31 de maio a 03 de junho de 2005, UFMG, Belo Horizonte, MG, 2005.

PEIXINHO, A. T. et al. Experiência de Ensino do Jornalismo: Modelo Pedagógico da Universidade de Coimbra. In. **Revista Estudos de Jornalismo.** Número 6, volume 1 (dez. 2016). Disponível em: http://www.revistaej.sopcom.pt/ficheiros/20161231-ej6_v1_2016.pdf>. Acesso em 11 de dez. de 2020.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental:** seu uso numa pesquisa historiográfica. Cad. Pesqui. [online]. 2001, n.114, pp.179-195. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300008>.

PÔRTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. **Entre Comunicação e Educação:** o Processo de Bolonha e as ações formativas em cursos de Comunicação Social / Jornalismo em Portugal / Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior. -- Salvador: UFBA / Faculdade de Comunicação, 2012. 2 v. 614 f.: il.; 31 cm.

PÔRTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. **Processo de Bolonha:** história, formação e ensino na União Europeia [recurso eletrônico] / Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

PORTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças; MORAES, Nelson Russo. SILVA, Rodrigo Barbosa. **Notas sobre as Políticas de Formação Pós-Bolonha:** O Caso da Implementação do Sistema ETCS. onexão – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul – v. 14, n. 28, jul./dez. 2015, p. 149-166.

PORTUGAL. Universidade de Coimbra. Guia do Estudante 2004 – 2005, Jornalismo. **Publicação do Conselho Pedagógico Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.** 2005. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/iej/guia_jorn04.pdf>. Acesso em 11 de dez. de 2020.

PORTUGAL. **FAQ – Licenciaturas com Menores.** Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra (GAALA/FEUC). 2013. Disponível em: <https://www.uc.pt/feuc/informacoes/docs/2012-2013/FAQ_menores>. Acesso em 29/11/2021.

PORTUGAL. **O Processo de Bolonha e o Espaço Europeu de Ensino Superior: Informação para candidatos internacionais.** Universidade de Coimbra - UC/PT. 2021. Disponível em: <https://www.uc.pt/candidatos-internacionais/sistema_graus/processo-bolonha>. Acesso em 28/07/2021.

ROCHA, Cíntia Lins Rocha, VAIDERGORN, José. **Processo de Bolonha a criação de um espaço superior e possíveis influências nas universidades brasileiras**. Localización: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, ISSN-e 1982-5587, Vol. 5, Nº. 2, 2010, págs. 115-122.

RODRIGUES, Joselinda Maria. **O ensino e formação em comunicação e jornalismo: um estudo sobre a disciplina sociologia da comunicação em cursos de jornalismo no Brasil e Portugal**. 2018.172f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução Maria Ermantina Galvão. Cronologia e introdução Jacques Roges. 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999, - Clássicos. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/discurso-sobre-a-origem-e-os-fundamentos-das-desigualdades-entre-os-homens.pdf>>. Acesso em 15/09/2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. — São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Sinomar Soares de Carvalho. **Formação em Comunicação Social/Jornalismo na Região Norte: um estudo sobre alterações nas universidades federais a partir de 2013**. 2018. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

SILVEIRA, Roseli Fernandes da; SEVERO, Simone Dorneles. **Processo de Bolonha: um olhar sobre o novo paradigma da educação e por que todo universitário deve conhecê-lo** Revista Práxis, vol. 2, julho-diciembre, 2008, pp. 17-21.

SOUSA, Jorge Pedro. **Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo**. Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol. I Nº 2 - 2º semestre de 2004.

TEIXEIRA, Patrícia Oliveira. **O ensino do jornalismo em Portugal: breve história e panorama curricular, ao virar da primeira década do século XXI**. Estudos em Jornalismo e Mídia - Vol. 9 Nº 2 – Julho a Dezembro de 2012.

TOCANTINS. Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS. **Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Unitins**. Portal Unitins. Disponível em <<https://www.unitins.br/nportal/portal/page/show/historico>>. Acesso em 10/10/2019.

VALQUARESMA, Lisandra Rodrigues. **Ensino do Jornalismo em Portugal: adequação da formação ao mercado de trabalho**. 2018. 103f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Ciências da Comunicação, Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2018.

VIEIRA, Paulo Henrique; ARNAUT DE TOLEDO, César Alencar. Roteiro para Elaboração de Projeto de Pesquisa. In: César de Alencar Arnaut de Toledo; Maria Teresa Claro Gonzaga.

(Org.). **Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas**. Maringá: Eduem, 2011, v. , p. 21-40.